



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



IVONEIS MACEDO DUARTE

**FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO
CAMPUS CORUMBÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
(2017-2022)**

**Campo Grande/MS
2024**

IVONEIS MACEDO DUARTE

**FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO
CAMPUS CORUMBÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
(2017-2022)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, área de concentração Formação de Educadores, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso

**Campo Grande/MS
2024**

D872f Duarte, Ivoneis Macedo

Financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus
Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2017-2022) / Ivoneis Macedo
Duarte. – Campo Grande, MS: UEMS, 2024.

145 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Educação – Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientadora: Prof^ª Dra. Jaqueline Daniela Basso.

1. Educação básica e tecnológica - Financiamento 2. Educação profissional 3.
Ensino público federal 4. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Corumbá (MS)
I. Basso, Jaqueline Daniela II. Título

CDD 23. ed. - 379.11

IVONEIS MACEDO DUARTE

**FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO
CAMPUS CORUMBÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
(2017-2022)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Marsiel Pacífico (Titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Celeida Maria Costa de Souza e Silva (Titular)
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Profa. Dra. Andressa Gomes de Rezende Alves (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva (Suplente)
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Maria José de Macedo (*in memoriam*), minha maior e mais especial referência pessoal em leitura e dedicação, e também a meu pai, Antônio de Souza Duarte, à minha esposa Quézia Nantes Abuchaim Duarte, por me dar apoio neste percurso, e aos meus filhos Pedro Ivo, Ana Beatriz e Trícia Aléxia e meus netos Henry e Jolyne.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e cuidar em todas as idas e vindas das cidades de Corumbá a Campo Grande, e agora de Aquidauana para Campo Grande, por permitir que todas as dificuldades que surgiram fossem superadas e me impulsionassem sempre para frente e por me abençoar na conclusão dessa longa caminhada.

Agradeço aos amigos que me auxiliaram nessa empreitada, seja pela doação de pdf, recomendações de leituras, ou uma palavra de motivação.

Agradeço a todos meus familiares torceram, motivaram e me ajudaram nessa jornada.

À orientadora deste trabalho, Professora Doutora Jaqueline Daniela Basso, pela paciência, orientação e grande colaboração ao longo da realização desta dissertação, e pela amizade.

Enfim, muitíssimo obrigado a todos!

DUARTE, Ivoneis Macedo. **Financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Campus Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2017-2022)**. 2024. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2024.

RESUMO

O funcionamento das unidades educacionais do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul é subordinado à administração do Ministério da Educação, e seu financiamento assegurado em conjunto com os recursos destinados ao Ensino Público Federal, sendo, portanto, associados aos recursos destinados às Universidades Federais. Com o intuito de ofertar educação técnica e tecnológica em nível médio e superior, assim como as universidades, os Institutos Federais promovem a formação por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, objetivava-se compreender o processo de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2017 e 2022. O recorte temporal inicial justifica-se pela promulgação da Emenda Constitucional n. 95/ 2016 que impactou a política de gastos públicos, e o final pela disponibilidade de dados. Para alcance dos objetivos propostos, realizou-se pesquisa de cunho descritivo e analítico, empregando como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de indicadores estatísticos oficiais disponibilizados pelo MEC, IBGE, MDIC, INEP e IFMS. Verificou-se que, diante da política de austeridade fiscal em curso no financiamento da educação brasileira, sobremaneira após a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, entre os anos de 2017 e 2022, embora o IFMS não tenha vivenciado cortes drásticos dos recursos destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, o incremento orçamentário, na maioria dos anos, foi abaixo do IPCA. Na prática, essa política representa retração no potencial de investimento, uma vez que, naquele mesmo período, ocorreu a ampliação de matrículas (presenciais e EaD) e de projetos de pesquisa, sem o devido incremento de pessoal e ampliação das instalações, o que evidencia a intensificação do trabalho dos profissionais técnicos e docentes, bem como dá indícios da precarização das condições da educação oferecida.

Palavras-chave: Financiamento da Educação Básica e Tecnológica. Emenda Constitucional 95/2016. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. *Campus* Corumbá. Educação Profissional.

DUARTE, Ivoneis Macedo. **Financing of teaching, research and extension activities of the Corumbá Campus of the Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2017-2022)**. 2024. 142f. Dissertation (Professional Master's Degree in Education) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2024.

ABSTRACT

The operation of the educational units of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul is subordinate to the administration of the Ministry of Education, and their financing is ensured jointly with the resources allocated to Federal Public Education, and are therefore associated with the resources allocated to Federal Universities. In order to offer technical and technological education at secondary and higher education levels, like universities, Federal Institutes promote training through teaching, research, and extension. In this context, the objective is to understand the financing process of teaching, research, and extension activities of the Corumbá Campus of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul, between 2017 and 2022. The initial time frame is justified by the enactment of Constitutional Amendment No. 95/2016, which impacted public spending policy, and the final time frame is justified by the availability of data. In order to achieve the proposed objectives, a descriptive and analytical research was carried out, using the following methodological procedures: bibliographic research, documentary research and analysis of official statistical indicators made available by the MEC, IBGE, MDIC, INEP and IFMS. It was found that, given the ongoing fiscal austerity policy in the financing of Brazilian education, especially after the enactment of Constitutional Amendment 95/2016, between 2017 and 2022, although the IFMS did not experience drastic cuts in resources allocated to teaching, research and extension activities, the budget increase, in most years, was below the IPCA. In practice, this policy represents a reduction in investment potential, since, in that same period, there was an increase in enrollments (in-person and distance learning) and research projects, without the necessary increase in personnel and expansion of facilities, which highlights the intensification of the work of technical and teaching professionals, as well as giving indications of the precariousness of the conditions of the education offered.

Keywords: Financing of Basic and Technological Education. Constitutional Amendment 95/2016. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá Campus. Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Campus</i> Corumbá	53
Figura 2 - IFMS em números	78
Figura 3 - Modalidade de Cursos no Campus Corumbá	99
Figura 4 - Percentual legal de vagas destinadas ao PROEJA em 2017	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação, jan./fev./mar. 2012 - jul./ago./set. 2023	28
Gráfico 2 - Valores dos Gastos Totais no IFMS de 2017 a 2022.....	80
Gráfico 3 - Valores dos Investimentos e Inversões realizados no IFMS de 2017 a 2022	81
Gráfico 4 - Valores dos Outros Custeios realizados no IFMS de 2017 a 2022	82
Gráfico 5 - Valores dos Gastos de Pessoal realizados no IFMS de 2017 a 2022	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial do Brasil (1997-2022)	27
Tabela 2 - Unidades de Institutos Federais por Estado entre os anos de 2016 a 2022	34
Tabela 3 - Valores de Custeio no IFMS de 2017 a 2022.....	79
Tabela 4 - Valores de Gastos Totais no IFMS de 2017 a 2022-Comparativo em relação ao IPCA	81
Tabela 5 - Série Histórica do Índice de Eficiência.....	95
Tabela 6 - Série Histórica de eficácia IFMS	95
Tabela 7 - Série Histórica - Alunos matriculados em relação à força de trabalho no IFMS....	96
Tabela 8 – Percentual de Estudantes do nível médio no IFMS	97
Tabela 9 - Percentual de Estudantes da educação profissional técnica de nível médio no Campus Corumbá de 2017 a 2023.....	97
Tabela 10 - Vagas para a formação de professores e Licenciaturas.....	98
Tabela 11 - Vagas PROEJA	100
Tabela 12 - Vagas destinadas ao PROEJA no <i>Campus</i> Corumbá.....	100
Tabela 13 - Programa de Formação Inicial e Continuada- IFMS.....	101
Tabela 14 - Matrículas no Campus Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada).....	103
Tabela 15 - Matrículas no <i>Campus</i> Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade EaD - Cursos FICs	104
Tabela 16 - Matrículas no Campus Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Ensino Médio.....	105
Tabela 17 - Matrículas no <i>Campus</i> Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Ensino Superior	106
Tabela 18 - Matrículas no <i>Campus</i> Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial – Pós-Graduação.....	107
Tabela 19 - Número de Técnicos e Docentes no Campus Corumbá	108
Tabela 20 - Alunos Matriculados no IFMS por Renda per Capita Familiar.....	109
Tabela 21 - Recursos investidos em auxílios estudantis - <i>Campus</i> Corumbá.....	111
Tabela 22 - Projetos de Extensão ofertados no Campus Corumbá de 2022 a 2023	113
Tabela 23 - Projetos de Extensão Apresentados e Aprovados no Campus Corumbá	114
Tabela 24 - Projetos de Extensão Aprovados por Área Temática no Campus Corumbá.....	114
Tabela 25 - Pessoas de Grupos Sociais Atendidas pelos Projetos de Extensão no Campus	

Corumbá	115
Tabela 26 - Projetos de Pesquisa ofertados no Campus Corumbá de 2017 a 2023	118
Tabela 27 - Distribuição de Docentes envolvido em Projeto de Pesquisa no Campus Corumbá do ano de 2017 a 2023.....	119
Tabela 28 - Distribuição de Técnicos Administrativos envolvidos em projeto de pesquisa no Campus Corumbá de 2017 a 2023.....	120
Tabela 29 - Distribuição de Estudantes envolvido em Projeto de Pesquisa no Campus Corumbá de 2017 a 2023.....	121
Tabela 30 - Valor Planejado e Executado em Projeto de Pesquisa no Campus Corumbá de 2017 a 2023	121
Tabela 31 - Índice Geral de Cursos (IGC) de algumas IFs de 2022	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos Técnico Integrado ofertados pelo IFMS	44
Quadro 2 - Cursos Técnico Subsequente ofertados no IFMS	44
Quadro 3 - Cursos do PROEJA ofertados pelo IFMS	45
Quadro 4 - Curso Superior ofertados pelo IFMS	45
Quadro 5 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo IFMS	46
Quadro 6 - Vagas em Cursos FICs ofertados no primeiro e segundo semestre de 2019.....	54
Quadro 7 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2020	56
Quadro 8 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2021	58
Quadro 9 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2022	60
Quadro 10 - Cursos de Técnico Integrado no <i>Campus</i> Corumbá.....	62
Quadro 11 - Curso Técnico Integrado (PROEJA) em Manutenção e Suporte em Informática no <i>Campus</i> Corumbá	62
Quadro 12 - Cursos Superiores no <i>Campus</i> Corumbá	63
Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação ofertados no <i>Campus</i> Corumbá	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACG	Base Aérea de Campo Grande
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orcamentario
BP	Balanco Patrimonial
CBO	Classificacao Brasileira de Ocupacoes
CEB	Câmara de Educao Basica
CEFET	Centros Federais de Educao Tecnológica
CENID	Centro de Idiomas do IFMS
CEREL	Central de Relacionamento
CF/88	Constituicao Federal de 1988
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNCST	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educao
CONAE	Conferencia Nacional de Educao
CONIF	Conselho Nacional das Instituicoes da Rede Federal de Educao Profissional, Científica e Tecnológica
COVID- 19	(CO)rona (VI)rus (D)isease - ano de 2019
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CREAD	Centro de Referencia em Tecnologias Educacionais e Educao a Distância
DCs	Demonstracoes Contabeis
DE	Dedicacao Exclusiva
DFC	Demonstracao dos Fluxos de Caixa
DIRED	Diretoria de Estudos Educacionais
DVP	Demonstracao das Variacoes Patrimoniais
EaD	Educao a Distância
EC	Emenda Constitucional
EJA	Educao de Jovens e Adultos
ENCprovão	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio

ENICT	Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica
EPCT	Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FECIPAN	Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal
FIC	Formação Inicial e Continuada
FOB	<i>Free on Board</i>
Fortec	Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
FPF	Fundo Público Federal
FUNSAU MS	Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul
GND 5	Grupo de Natureza de Despesa
HRMS	Hospital Regional de Mato Grosso do Sul
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais
IGC	Índice Geral de Cursos
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MBA	<i>Master Business Administration</i>
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul

NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PAA	Plano de Ações Anual do IFMS
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Plano Plurianual
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
ProfEPT	Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SCT	Semana de Ciência e Tecnologia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Setec/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA-EPT	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINTSS-MS	Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no MS
SISTec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISU	Sistema de Seleção Unificada
SMA	Semana do Meio Ambiente
STI	Setor de Tecnologia da Informação
TAM	Termo de Acordos e Metas
TecnoIF	Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFs	Universidades Federais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VET	<i>Vocational Education and Training</i>
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas

SUMÁRIO

1. A EXPANSÃO DA REDE DE INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO <i>CAMPUS</i> CORUMBÁ DO IFMS	25
1.1 Expansão do ensino técnico e tecnológico e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil a partir dos anos 2000	25
1.2 Breve histórico da criação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.....	40
1.3 O <i>Campus</i> Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul: breve histórico de sua criação e o atendimento educacional ofertado	46
2. FINANCIAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E AS INTERFERÊNCIAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95/2016	65
2.1 Política de austeridade fiscal no Brasil: a Emenda Constitucional 95/2016	65
2.2 Processo e fontes de financiamento da Rede de Institutos Federais e do IFMS	71
3. INTERFERÊNCIAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO <i>CAMPUS</i> CORUMBÁ DO IFMS	85
3.1 Ensino, pesquisa e extensão como instâncias formativas nos cursos técnicos e tecnológicos.....	85
3.2 Ações de ensino, políticas de auxílio estudantil e pessoal disponível.....	90
3.2 Ações de extensão	113
3.4 Ações de pesquisa	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXO 1	141

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), sobretudo entre os anos de 2017 e 2022. Situamos o objeto no processo de expansão dos Institutos Federais (IFs), impulsionado pela Lei nº 11.892, de 2008, alavancado pelos governos de Lula e Dilma, que provocou um aumento significativo de unidades (*campi*), cursos e vagas atingindo todas as unidades federativas do país, e a demanda de recursos financeiros. Contudo, o financiamento da educação pública foi afetado pela entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95/2016), que acirrou a política de austeridade fiscal no país.

A escolha do objeto se deu pelo fato de que a área de gestão pública sempre inspirou e aguçou em mim muitas curiosidades e particularidades relacionadas ao cotidiano da “coisa pública”, desde meu primeiro “emprego público” quando cheguei em Campo Grande/MS, após ter-me alistado para servir como militar das forças armadas em fevereiro de 1995 na Base Aérea de Campo Grande (BACG). Entretanto, no serviço militar não tive um contado direto com a área de gestão, onde prestei serviço até janeiro de 2001. De 2006 a 2016, a partir de aprovação em concurso público, atuei como Técnico em Programação da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul (FUNSAU MS) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), e nesse cargo público me despertou ainda mais o interesse em compreender como funcionava a administração pública, e desde um certo tempo tenho despendido esforços em compreender um pouco mais sobre a área de gestão pública e também sobre a gestão privada. A partir de 2010, fiz três especializações, sendo uma na Engenharia de Produção pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) em 2010 e outras duas em 2014 na área de gestão pública, sendo uma em Gestão Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e outra em Gestão em Saúde pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Atuei como coordenador do Conselho Local de Saúde do HRMS, no período de fevereiro de 2014 a novembro de 2015, e também como Secretário de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no MS (SINTSS-MS) de dezembro de 2013 a junho de 2016, onde tive a oportunidade de observar várias informações e dados relativos à gestão pública da área da saúde. Concomitantemente, enquanto atuava como Técnico em Programação da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul (FUNSAU MS), de maio de 2006 a junho de 2016, no Setor de Tecnologia da Informação (STI), no ainda hoje único hospital estadual público na capital de Mato Grosso do Sul (MS), o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), também atuei na Perícia Médica do estado de Mato Grosso do

Sul.

Nesse sentido, os estudos realizados na UFMS e na UFGD me levaram a compreender um pouco sobre algumas particularidades da estrutura pública e da área da Saúde Pública. E a partir de 2016, com minha aprovação em concurso de Professor em Redes de Computadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT) no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), entrei para a área de Educação Pública, a qual conhecia muito pouco ou quase nada, apesar de ter feito o antigo 2º Grau em Magistério, concluído em 1994 na Escola Estadual Maria José em Anaurilândia/MS. Meu curso superior foi em Tecnologia em Processamento de Dados, concluído em 2006, na Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande/MS e fiz uma Formação em Licenciatura da Computação em 2015, na Rede de Educação Claretiano em Campo Grande também. E apesar de ter passado boa parte da minha vida em instituições de ensino, não ousaria dizer que conhecia a área de Educação Pública. Quando comecei o Mestrado Profissional em Educação em março de 2022, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), onde tive a oportunidade de continuar meus estudos e aprender um pouco mais sobre a área de Educação, então comecei a perceber que essa área é extremamente complexa e com diversas particularidades, e aqui busquei explorar um pouco sobre a Educação Profissional Tecnológica (EPT) para tentar elucidar algumas questões, principalmente sobre o financiamento das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual é nosso objeto de estudo, sobretudo após as interferências da Emenda Constitucional nº 95/2016.

Em meados dos anos 2000, ocorreu um relevante período de expansão e de interiorização dos Institutos Federais (IFs), aumentando a oferta de cursos técnicos, graduações em tecnologias, bacharelados, engenharias e licenciaturas, dando origem ao que hoje conhecemos como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), também denominada, em muitos documentos do setor público, como Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), sendo que a formação atual da Rede foi instituída pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008. Essa rede é composta por Institutos Federais (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), universidades e escolas técnicas, espalhadas por todo o território nacional. Dessa forma, tem desempenhado um importante papel na formação de profissionais capacitados para atuar em diferentes setores da economia e da sociedade brasileira, alicerçada nos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão.

Durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011) e Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorreu uma notável expansão das instituições federais de Educação Profissional Tecnológica (EPT). Entre os anos de 2004 e 2014, mais de 500 novas

unidades foram criadas, um crescimento de mais de três vezes e meia em relação à quantidade de unidades existentes em 2003 (Brasil, 2015). No contexto dessa expansão, houve também investimentos nas Universidades Federais (UFs), com o objetivo de abrir vagas e ampliar o acesso ao ensino superior. Essa iniciativa visa atender à demanda de formação profissional em diferentes níveis e modalidades, impulsionando não apenas a quantidade de instituições, mas também a qualidade da educação ofertada.

Entretanto, a política de expansão não se deu de maneira uniforme em todo o território nacional. A criação de novas instituições e a provisão da oferta de cursos técnicos e superiores ocorreram em consonância com as demandas específicas de cada região e sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, foram criadas iniciativas como o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em 24 de junho de 2005, instituído pelo Decreto nº 5.478, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que tiveram como foco a inclusão de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio em idade certa, proporcionando a esses indivíduos uma oportunidade de formação profissional e educacional.

No âmbito dessas iniciativas, os Institutos Federais (IFs) desempenham um papel central. Além de ofertar cursos técnicos, superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e engenharia, essas instituições promovem a formação continuada, a capacitação e a especialização dos profissionais em diferentes áreas do conhecimento. A busca por articulação entre teoria e prática, a centralidade do trabalho como princípio educativo e a organização por áreas profissionais são fundamentais para a proposta pedagógica dessas instituições, que têm como objetivo formar cidadãos críticos, éticos e competentes tecnicamente.

Para tanto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Federal no país foi privilegiada com grandes investimentos nas últimas décadas e, conseqüentemente, observa-se incentivos para a produção científica e promoção do ensino profissionalizante através das modalidades Técnica e Tecnológica. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é o departamento do Ministério da Educação responsável pelo atendimento às políticas públicas voltadas à EPT.

As atividades de nível Técnico Profissionalizante no setor público ficaram a cargo dos Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica. Os Institutos Federais receberam incentivos do Governo Federal para a ampliação do número de unidades educacionais em todo o país com o propósito de disseminar a Educação Profissional de nível médio, visando atender demandas diversificadas do mercado de trabalho que necessitavam de profissionais habilitados

para esse novo mundo do trabalho.

A partir disto, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: como se deu o processo de financiamento e quais foram as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no *Campus* Corumbá do IFMS entre os anos de 2017 e 2022? O recorte temporal inicial justifica-se pela promulgação da Emenda Constitucional n. 95/ 2016 que impactou a política de gastos públicos, e o final pela disponibilidade de dados. Nossa hipótese é a de que, dado o contingenciamento de recursos destinados à educação como um todo, os IFs também podem ter sido atingidos pelo corte de verbas, de maneira análoga ao que tem ocorrido com as Universidades Federais, o que teria resultado na inflexão da oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição.

Com vistas a confirmar ou refutar nossa hipótese, traçamos como objetivo geral: compreender o processo de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do IFMS entre os anos de 2017 e 2022; e como objetivos específicos: historicizar o processo de expansão dos Institutos Federais a partir da promulgação da Lei 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no Brasil e em Mato Grosso do Sul; rememorar o histórico de criação do *Campus* Corumbá do IFMS; estudar o processo e as fontes de financiamento dos Institutos Federais e do *Campus* Corumbá do IFMS e o regime de austeridade fiscal no financiamento da educação pública brasileira, sobretudo a partir da promulgação da EC 95/2016; identificar e descrever a evolução da oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do IFMS no período estudado.

Para tanto, realizamos um estudo descritivo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, coleta e análise de indicadores estatísticos. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de teses, dissertações, livros e artigos acadêmicos que contemplam o tema estudado, amparamo-nos principalmente nas discussões de Pacheco (2009, 2012, 2020), Frigotto (2013), Rufino (2017), Vinhais (2013), Amaral (2003), Magalhães e Castioni (2019), Rossi (2019), Krugman e Skidelsky (2017).

Por sua vez, a pesquisa documental se embasou em parte da legislação vigente e documentos oficiais do Governo Federal acerca dos Institutos Federais e documentos do IFMS e do *Campus* Corumbá, como os Relatórios de Gestão de 2017 a 2022, Editais na Central de Seleção, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), Plano de Desenvolvimento do *Campus* Corumbá, Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI 2019-2023), Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI 2014-2018), Política de Apoio ao Ensino, Política de Extensão,

Política de Inovação e Projetos Pedagógicos de Cursos do *Campus* Corumbá (Brasil, 2015, 2016a, 2021; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017d, 2017c, 2018e, 2018f, 2018f, 2023d).

Por fim, os indicadores referentes ao financiamento do IFMS e do *Campus* Corumbá foram extraídos de fontes oficiais, a saber: Plataforma Nilo Peçanha (PNP), IFMS em Números e Relatórios de Gestão do Exercício de 2017 a 2022. Na PNP, encontra-se uma gama muito grande de informações gerenciais que alimenta outros sistemas governamentais, sendo que o painel IFMS em números se atualiza a partir das informações contidas nesta plataforma que foi uma referência no capítulo dois e será utilizada também no capítulo terceiro (Brasil, 2023e; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023b).

Em relação à divisão dos capítulos, no primeiro capítulo foi realizado um levantamento histórico sobre a EPT, sobretudo dos Institutos Federais, do IFMS e do *Campus* Corumbá, além de demonstrar as vagas, os cursos e suas quantidades. Ele destaca que a expansão das instituições de ensino técnico e tecnológico foi marcada por políticas voltadas à qualificação profissional e inclusão social, mas que essa expansão ocorreu dentro de um modelo neoliberal que restringe investimentos nas áreas sociais. O capítulo conclui que, apesar da criação de novos campus e cursos, a lógica neoliberal impôs limites severos ao financiamento dessas iniciativas. O segundo capítulo aborda as implicações da política de austeridade fiscal para o financiamento dos Institutos Federais, especialmente após a Emenda Constitucional 95/2016. A análise dos dados de financiamento do IFMS, sobretudo o *Campus* Corumbá, mostra que, apesar de não ter havido cortes drásticos nos recursos, o aumento do orçamento foi insuficiente para acompanhar a inflação. Isso resultou em um cenário de intensificação do trabalho docente e discente, com um número crescente de matrículas e projetos de pesquisa, mas sem ampliação correspondente dos recursos humanos e financeiros.

No terceiro capítulo, discutiu-se o financiamento do *Campus* Corumbá do IFMS, a partir da apresentação e da problematização dos indicadores dos anos de 2017 a 2022 acerca dos recursos, fontes de financiamento, parcerias público-privadas e indicadores do Instituto como concessão de bolsas, quantitativo de matrículas, cursos, auxílios, de modo a compreender como evoluiu a capacidade de financiamento da unidade de ensino em questão. O capítulo conclui que, para garantir a continuidade e sustentabilidade das atividades acadêmicas, são necessárias políticas estratégicas de financiamento que compensam as perdas salariais e viabilizem o aumento da equipe técnica e docente.

Além disso, dada a natureza profissional do Programa de Pós-Graduação da UEMS, o presente estudo deve subsidiar um Projeto de Produto Técnico Tecnológico, apresentado nos

anexos. Cabe destacar que, para a comunicação da pesquisa, parte dos dois capítulos iniciais serão publicados em forma de capítulos de livro.

1. A EXPANSÃO DA REDE DE INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO *CAMPUS* CORUMBÁ DO IFMS

Neste primeiro capítulo, buscaremos contextualizar o processo de expansão dos Institutos Federais a partir da promulgação da Lei 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, bem como resgataremos o histórico de criação do *Campus* Corumbá do IFMS e dimensionaremos a oferta de cursos da referida instituição.

1.1 Expansão do Ensino Técnico e Tecnológico e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil a partir dos anos 2000

A expansão da Rede de Institutos Federais no Brasil, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul, emerge como um relevante marco na transformação da educação profissional e tecnológica no país. A propagação dessa rede educacional foi fundamentada em políticas governamentais voltadas ao atendimento das demandas por qualificação profissional, fomentando a inclusão social e o desenvolvimento regional. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em estudo sobre a política de educação profissional no governo Lula (janeiro de 2003 a janeiro de 2011), e Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020), ao analisarem o papel social dos institutos federais, ressaltam que aquela expansão esteve intrinsecamente ligada à compreensão da educação profissional como um motor essencial para formar cidadãos habilitados a contribuir para o avanço econômico e social de suas regiões (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020).

Destarte, registramos que a trajetória histórica oficial da educação profissional no Brasil começou em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha (14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910), quando foram criadas 19 Escolas de Aprendizes de Artífices, as quais se tornaram a base dos atuais Institutos Federais (IFs) (Brasil, 2016d, 2016c). Também existem relatos sobre o início da educação profissional no Brasil ter-se dado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa quando o príncipe regente D. João VI criou o Colégio das Fábricas (Cabral, 2011). Mesmo iniciada oficialmente no século XIX, foi após a segunda metade do século XX que o Ensino Técnico se expandiu no Brasil, sobretudo após a

promulgação da Lei 5.692/71 que imprimiu caráter tecnicista à educação brasileira.

Entretanto, daremos atenção ao período histórico recente, no qual destaca-se a expansão do que chamamos hoje de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), atualmente composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 01 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Todos esses organismos estão distribuídos segundo a Plataforma Nilo Peçanha (abril de 2024) em 656 unidades nas 27 unidades federativas do país, disponibilizando 1.067.552 vagas em 11.814 cursos (Brasil, [s.d.], 2023e).

A expansão da RFEPCT vem se tornando uma realidade com a criação de novos Institutos Federais, construção de *campus* em várias regiões do país e o crescimento quantitativo do número de matrículas em cursos técnicos e tecnológicos. A interação entre políticas públicas, necessidades do setor produtivo e o cenário econômico moldou a trajetória da educação profissional no Brasil (Tano; França, 2016).

É essencial pontuarmos, mesmo que de modo breve, que a expansão da Rede de Institutos Federais no Brasil se deu em meio à lógica neoliberal que tem imperado nas políticas públicas brasileiras em todos os setores, sobremaneira a partir da década de 1990, culminando em privatizações, terceirizações e com a submissão, cada vez mais evidente, da educação à lógica de mercado. Segundo Andrade (2019), o neoliberalismo defende que o mercado deve ter o papel de organizar a sociedade, muito semelhante às perspectivas liberais e também muito controverso, ao buscar uma abordagem teórica e empírica nas ciências sociais.

De acordo com Guitarrara (2023), o processo neoliberal sustenta um engodo e, cada vez mais, percebemos a concentração de monopólios, ou seja, quando uma determinada empresa ou governo domina um segmento de produção de produtos ou serviços, no caso as chamadas *Big Techs*, corporações que envolvem a área de tecnologia da informação e inovação, e tem adquirido empresas menores e *startups* (empresas com baixo custo inicial e de grande interesse dos investidores) com um potencial de crescimento e anexado ao seu menu de produtos e serviços.

Essa lógica econômica, característica do neoliberalismo, pautada nos monopólios represados pelos grandes conglomerados de empresas que dominam o mercado mundial, contribui para o avanço das desigualdades sociais e educacionais em todo o globo, afetando ainda mais países em desenvolvimento como o Brasil. A ofensiva neoliberal vem revestida de um discurso de que estamos enfrentando grave crise econômica, o qual justificaria as políticas de austeridade fiscal que discutiremos no capítulo seguinte.

No caso do Brasil, além da suposta crise econômica, o país tem enfrentado grave crise política, a partir de 2014, e que foi agravada no ano de 2016, resultando no golpe de 2016 com o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), sendo substituída pelo ex-presidente Michel Temer (31 agosto de 2016 a 1º janeiro de 2019) (Calgaro; Ramalho; Garcia, 2016).

O Governo Temer foi responsável, entre outras medidas, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por vinte anos, imprimindo um regime de austeridade às contas públicas brasileiras. A promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 dificultou ainda mais o avanço das políticas públicas educacionais, uma vez que limitou o potencial de financiamento do Estado.

Naquele período conturbado da história do Brasil, em que se predominava uma grave crise política, assim como nos dias atuais (ano de 2024), havia um forte apelo à crise econômica, que justificaria o enxugamento nos investimentos públicos, dos quais a educação fazia parte. Entretanto, os dados apresentados na Tabela 1, extraída do site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), demonstra que desde o ano 2000 não tínhamos déficit na balança comercial do Brasil, com exceção dos anos de 2013 e 2014, conforme podemos observar abaixo:

Tabela 1 - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial do Brasil (1997-2022)

ANO	EXP FOB (US\$)	IMP FOB (US\$)	SALDO FOB (US\$)
1998	\$51.076.603.549,00	\$58.672.860.908,00	-\$7.596.257.359,00
1999	\$47.945.909.310,00	\$50.259.540.356,00	-\$2.313.631.046,00
2000	\$54.993.159.648,00	\$56.976.350.170,00	-\$1.983.190.522,00
2001	\$58.032.294.243,00	\$56.569.020.182,00	\$1.463.274.061,00
2002	\$60.147.158.103,00	\$48.274.763.553,00	\$11.872.394.550,00
2003	\$72.776.746.690,00	\$49.307.163.152,00	\$23.469.583.538,00
2004	\$95.121.672.369,00	\$63.813.636.668,00	\$31.308.035.701,00
2005	\$118.597.835.407,00	\$74.692.215.554,00	\$43.905.619.853,00
2006	\$137.581.151.209,00	\$92.531.096.870,00	\$45.050.054.339,00
2007	\$159.816.383.833,00	\$122.041.949.120,00	\$37.774.434.713,00
2008	\$195.764.624.177,00	\$174.707.087.626,00	\$21.057.536.551,00
2009	\$151.791.674.186,00	\$129.397.611.523,00	\$22.394.062.663,00
2010	\$200.434.134.826,00	\$183.336.964.846,00	\$17.097.169.980,00
2011	\$253.666.309.507,00	\$227.969.756.701,00	\$25.696.552.806,00
2012	\$239.952.538.158,00	\$225.166.426.069,00	\$14.786.112.089,00
2013	\$232.544.255.606,00	\$241.500.886.459,00	-\$8.956.630.853,00
2014	\$220.923.236.838,00	\$230.823.018.796,00	-\$9.899.781.958,00
2015	\$186.782.355.063,00	\$173.104.259.077,00	\$13.678.095.986,00
2016	\$179.526.129.214,00	\$139.321.357.653,00	\$40.204.771.561,00

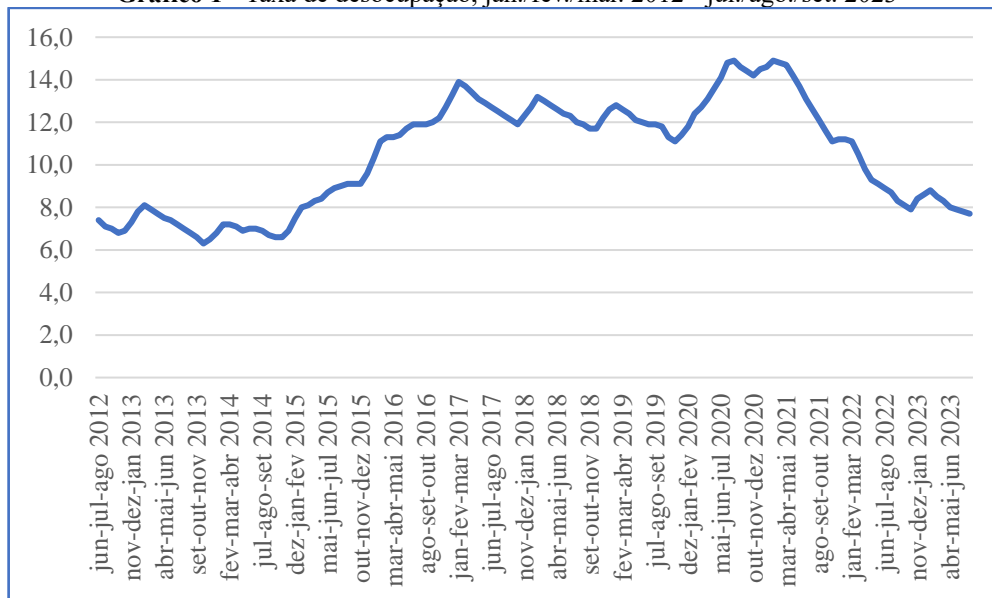
2017	\$214.988.108.353,00	\$158.951.444.003,00	\$56.036.664.350,00
2018	\$231.889.523.399,00	\$185.321.983.502,00	\$46.567.539.897,00
2019	\$221.126.807.647,00	\$185.927.967.580,00	\$35.198.840.067,00
2020	\$209.180.241.655,00	\$158.786.824.879,00	\$50.393.416.776,00
2021	\$280.814.577.460,00	\$219.408.049.180,00	\$61.406.528.280,00
2022	\$334.136.038.220,00	\$272.610.686.946,00	\$61.525.351.274,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com informações entre os anos de 1998 a 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 02 nov. 2023. Grifos do autor.

Assim, percebe-se pela Tabela 1 que o Brasil entrou num período de dois anos de déficit (2013 e 2014), indicando que as crises supostamente propostas pela classe política não vinham trazendo bons resultados para a economia do país e, de 2015 em diante, volta a ter superávit. O que, a nosso ver, não justifica tanto a retirada forçada da presidente Dilma do poder, tampouco os cortes de investimentos nas áreas sociais.

Também podemos observar que, a partir do período de déficit na balança comercial nos anos de 2013 e 2014, começou a aumentar a taxa de desocupação ou desemprego e, conforme o gráfico abaixo, o pior índice foi no primeiro trimestre de 2017, chegando a 13,9% de desocupados, no governo do ex-presidente Michel Temer, agravando ainda mais a desigualdade social depois do golpe de 2016:

Gráfico 1 - Taxa de desocupação, jan./fev./mar. 2012 - jul./ago./set. 2023



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site do IBGE, 2023.

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff, com os governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro (1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023), ocorreu um acirramento da lógica neoliberal, favorecendo ainda mais a elite econômica e financeira com as privatizações

e anistias, em detrimento da classe trabalhadora com o aumento do desemprego e consequentemente favorecendo a redução dos salários, dada a maior oferta de mão de obra. Deste modo, ao acirrar a desigualdade, concentrando a riqueza na mão de poucos grupos sociais, a política neoliberal impacta negativamente nas políticas públicas voltadas ao financiamento da educação.

Portanto, essas breves discussões evidenciam que a criação dos Institutos Federais em 2008 ocorreu em meio à predominância da lógica neoliberal no Estado brasileiro. Estas instituições foram criadas com o objetivo de ofertar cursos Técnicos e Tecnológicos, atendendo também às demandas do mercado (Brasil, 2008c). Nesse sentido, a expansão dos IFs faz parte de uma gama de políticas públicas que busca atender aos interesses do mercado, utilizando-se das instituições públicas de ensino, pois assim as instituições seriam capazes de produzir profissionais capacitados para atender a uma demanda de profissionais de baixo custo e com isso promoveriam o desenvolvimento econômico do país (Pedrosa, 2016).

Destarte, essa proximidade entre os IFs e o mercado pode implicar condições negativas na formação dos estudantes, visto que o atendimento à lógica de mercado pode produzir profissionais apenas com habilidades técnicas ao invés de uma formação ampliada nos diversos campos do conhecimento (ciência, tecnologia, trabalho e cultura) (Pacheco, 2012, p. 9). Assim, não podemos baixar a guarda à lógica de mercado no contexto neoliberal e abrir mão de uma formação integral dos nossos estudantes, além de buscar uma formação técnica ou tecnológica de excelência, nesse caso atendendo às demandas de mercado, é preciso promover uma formação geral, humanística e de qualidade, assim como defende as elites para seus filhos (Pacheco, 2020, p. 12).

Durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), foram criadas mais de 500 novas unidades de Institutos Federais, sendo que, em torno de uma década, cresceu mais que quatro vezes a quantidade de unidades da Rede Federal, saindo de 144 unidades em 2006 para 644 em 2016 (Brasil, 2018). Com isso, observamos tanto a expansão quanto a interiorização das instituições federais de Educação Profissional Tecnológica (EPT), que em 2018 chegou a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento.

O governo federal, na mesma década de expansão dos IFs, 2004 a 2014, também fez investimentos nas UFs, prevendo a abertura de 250 mil vagas, e nos IFs, foram previstas 600 mil matrículas em 2014. Naquele ano de 2014, quem governava o país era a presidente Dilma Rousseff (janeiro de 2011 a agosto de 2016). Para a execução, o governo pretendia investir 7 milhões por unidade de educação profissional (com correção monetária, seria algo em torno de

R\$ 27.478.662,20) (Brasil, [s.d.]) e R\$ 14 milhões (caso corrigido aos valores atuais, seria algo em torno de R\$ 54.957.324,40) (Brasil, [s.d.]) por *campus* universitário (Brasil, 2011).

Para Vinhais (2013, p. 16), que demarcou em três fases a expansão das UFs:

Na primeira fase, entre os anos de 1998 e 2002, houve a expansão do número de vagas e cursos de nível superior nas sedes das universidades federais existentes. Na fase seguinte, que se estendeu de 2003 a 2006, ampliou-se a oferta de cursos e vagas através da expansão em direção ao interior de diversos estados brasileiros, buscando atender à forte demanda das respectivas regiões. Podem-se destacar nesta fase a criação de novas universidades federais e a criação e consolidação dos campi universitários das instituições já existentes. Por fim, iniciou-se a terceira fase da expansão do ensino superior, com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tal programa é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social, e tem sua conclusão prevista para 2012.

Na terceira fase do processo de expansão, vale ressaltar que houve tanto a ampliação do número de servidores, do aumento da quantidade de universidades, quanto a ampliação significativa da oferta de vagas e do número de cursos, além da implantação de metas a serem cumpridas.

O projeto educacional, a partir dos novos investimentos na expansão dos institutos federais, permitiu:

[...] a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isto, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas principalmente por seu compromisso com o todo social. [...] Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2009, p. 3-4).

Entretanto, em 2024, os IFs buscam novos arranjos que possam permitir um novo tipo de instituição identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Para compreendermos melhor as finalidades e os objetivos dos IFs, precisamos esclarecer o significado do termo Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que é fortemente consolidado no Brasil para se referir à modalidade de educação profissional. Na literatura inglesa, utiliza-se o termo *Vocational Education and Training* (VET), que em tradução livre para o português

seria “Educação e Formação Profissional”, e na tradução ibérica, “formação profissional” (*formación profesional*) (Magalhães; Castioni, 2019, p. 734-735).

A EPT incorpora os mais distintos níveis e modalidades educacionais e profissionais, previstas pela Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Seus cursos de educação profissional e tecnológica são organizados por eixos tecnológicos que possibilitam diversos itinerários formativos. Esses cursos são: I - de formação inicial e continuada, conhecidos como cursos FICs ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de nível médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996).

A oferta de cursos técnicos é orientada conforme disponibilidade no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), na Câmara de Educação Básica (CEB), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 (Brasil, 2020), que regulamenta a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, servindo de informe e orientações para as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. Atualmente, o CNCT está em sua 4ª edição e suas informações são atualizadas de acordo com as demandas socioeducacionais pelo Ministério da Educação (Brasil, 2021).

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem a finalidade de preparar o estudante para o exercício de profissões de acordo com seu eixo tecnológico, de forma que o cidadão possa ser inserido no mundo do trabalho colaborando para a vida em sociedade (Brasil, 2008b, 2008c).

O profissional poderá ter suas habilidades desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida das seguintes formas, conforme detalhado na LDB em seu artigo 36-B, alterado pela Lei nº 11.741:

I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (Brasil, 2008b, p. 2).

Vale destacar que a articulação com o ensino médio, citada acima, também é denominado como Curso Técnico Integrado, em que a educação básica abrange os cursos de

educação profissional técnica articulados ao ensino de nível médio (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2010b), na forma subsequente em que o estudante cursa as unidades curriculares (disciplinas ou matérias) relacionadas à profissão (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2010c), e na forma concomitante, em que o estudante cursa as unidades curriculares de formação técnica profissional enquanto faz o ensino médio em outra instituição.

Os cursos técnicos podem oferecer certificados intermediários no decorrer do curso. O CNCT também orienta quanto às possibilidades de verticalização para cursos de graduação (Curso Superior de Tecnologia, Bacharelado, Engenharia e Licenciatura) de acordo com o eixo tecnológico (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2010a). Também é possível ofertar formação continuada em cursos de especialização técnica (pós-técnico), de acordo com cada eixo, segundo o CNCT (Brasil, 2021).

Nos IFs, a educação superior incorpora os cursos de graduação, que podem ser o superior de tecnologia, bacharelado, engenharia e licenciatura, bem como também ocorre oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023a).

A oferta de cursos superiores de tecnologia é norteadada pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), atendendo às demandas específicas do mercado de trabalho, que são, assim como os cursos técnicos, agrupados em eixos tecnológicos. Esse catálogo fornece informações sobre a oferta da educação profissional e tecnológica e serve para orientar as instituições, os estudantes, os educadores, os sistemas e redes de ensino e a sociedade em geral no que tange às aprendizagens a serem atingidas aos concluintes dos cursos disponíveis nesse catálogo. Esse catálogo está atualmente em sua 3ª edição (Brasil, 2016a). Tanto o CNCT quanto o CNCST buscam ajustar a formação ofertada e as denominações empregadas pelas instituições de ensino alinhadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO é um documento que disponibiliza as definições das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Esse documento foi instituído através da Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002 (Brasil, 2002).

Os IFs, além de ofertar cursos superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e engenharia que buscam formar profissionais para os mais distintos setores da economia e áreas do conhecimento, também devem “oferecer um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica com vistas a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (Silva *et al.*, 2009, s/p).

Na pós-graduação, os IFs podem ofertar cursos *lato sensu*, ou seja, os também chamados

cursos de especialização, aperfeiçoamento, MBA (*Master Business Administration*), entre outros, com duração mínima de 360 horas, e ao final do curso o estudante atingirá conhecimentos para receber um certificado e não um diploma; e *stricto sensu*, nesse caso, como se trata dos níveis de mestrado e doutorado, ao findar do curso, o estudante atingirá os conhecimentos necessários para receber um diploma (Brasil, 1996, 2023e). Dessa forma, buscase contribuir para a promoção de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, procurando gerar e inovar setores tecnológicos (Brasil, 2008c). Com isso, seu objetivo é “formar cidadãos críticos-reflexivos, éticos, dotados de competência técnico-científica e que sejam protagonistas da constituição de uma sociedade alicerçada em valores humanistas” (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f).

Os IFs foram criados com o objetivo de oferecer uma educação profissional técnica de nível médio, observando um formato integral, ou seja, os estudantes que concluem o nono ano do ensino fundamental podem adentrar nessas instituições a partir de seus mecanismos de seleção para continuar seus estudos de forma integral. Nessa formação integral, compreende-se as unidades curriculares do núcleo comum, isto é, o ensino médio regular articulado às disciplinas de formação técnica, priorizando, além dos estudantes do ensino fundamental, estudantes da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008c).

Em adendo, os IFs objetivam a oferta de capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade, além de realizar pesquisas aplicadas, ou seja, aquela que gera um conhecimento que possa ser efetivamente aplicado, auxiliando na alteração da situação atual, um fenômeno ou um sistema, de forma que seja estimulado o desenvolvimento de soluções técnicas ou tecnológicas e de forma que seus resultados sejam estendidos à comunidade (Brasil, 2008c).

As atividades de extensão também coadunam com os objetivos e finalidades da EPT e devem estar articuladas com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, buscando produzir, desenvolver e difundir os conhecimentos científicos e tecnológicos, estimulando e apoiando processos educativos de forma a produzir artifícios que gerem trabalho e renda, permitindo ao cidadão uma independência e uma melhor perspectiva em sua jornada acadêmica, auxiliando, assim, no desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008c).

O alcance da Rede se ampliou nos últimos anos e, apesar da expansão da EPCT não ter sido descrita no programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e nem na campanha eleitoral de 2002, nas propostas políticas, propunham-se mudanças na educação profissional e apontava-se para um investimento num sistema com bases na politecnicidade, na escola unitária, em que se procurava superar a dicotomia entre formação para o trabalho e formação

cidadã (Ortigara, 2021, p. 87). Assim, parte dessa expansão, de 2016 a 2022, está demonstrado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Unidades de Institutos Federais por Estado entre os anos de 2016 a 2022

Estado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Acre	6	6	6	6	6	6	6
Alagoas	16	17	17	17	17	17	17
Amapá	5	6	6	6	6	6	6
Amazonas	15	15	15	16	17	17	17
Bahia	37	37	36	37	37	37	37
Ceará	31	32	32	32	32	33	33
Distrito Federal	11	10	10	10	10	10	10
Espírito Santo	22	22	22	22	22	22	23
Goiás	26	26	26	26	26	26	26
Maranhão	29	29	31	31	31	30	30
Mato Grosso	19	19	19	19	19	19	19
Mato Grosso do Sul	10	10	10	10	10	10	10
Minas Gerais	56	72	73	73	73	72	72
Pará	18	20	20	20	20	20	20
Paraíba	18	24	24	24	24	24	24
Paraná	25	25	25	26	26	26	26
Pernambuco	22	24	24	24	24	24	24
Piauí	20	23	23	23	23	23	23
Rio de Janeiro	24	49	50	50	50	51	50
Rio Grande do Norte	20	23	23	24	24	25	25
Rio Grande do Sul	41	44	45	45	45	45	45
Rondônia	9	9	9	10	10	10	10
Roraima	5	6	6	6	6	6	6
Santa Catarina	37	38	38	38	38	38	38
São Paulo	38	37	37	37	37	38	38
Sergipe	10	9	9	9	9	9	9
Tocantins	10	11	11	12	12	12	12
Total	580	643	647	653	654	656	656

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Plataforma Nilo Peçanha entre os anos de 2017 a 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 24 out. 2023. Informações referentes a 2016: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v17n54/1981-416X-rde-17-54-1067.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

A implantação dos IFs sempre esteve intrinsecamente ligada a um conjunto abrangente de políticas voltadas para a educação profissional e tecnológica. Isso implica que a trajetória em direção a essas instituições é inseparável da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e das medidas colaborativas com estados e municípios, que buscam expandir a oferta de cursos técnicos, especialmente na modalidade de ensino médio integrado, incluindo abordagens em Educação a Distância (EaD); do apoio à capacitação dos profissionais

das instituições federais por meio do fomento a mais mestres e doutores; e da defesa da interconexão entre os processos de formação para o trabalho e a elevação do nível educacional, abrangendo o Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esse contínuo desenvolvimento enfatiza que a formação humana e cidadã precede a qualificação para o desempenho laboral, e se baseia no compromisso de garantir aos profissionais formados a habilidade de se manterem em constante progresso (Brasil, 2010d).

Entretanto, o desenvolvimento dessas instituições se deu de modo desigual nas diferentes regiões do Brasil. Parte significativa dos IFs foram criados por meio da transformação de antigas instituições federais de ensino técnico, a exemplo do caso de Rondônia, onde o Instituto Federal desse estado foi criado a partir de unidades já existentes, as antigas Escolas Técnicas Federais (Instituto Federal de Rondônia, 2022), e o estado de Tocantins, onde o Instituto Federal foi criado a partir da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Instituto Federal do Tocantins, 2021). Já no Mato Grosso do Sul, os investimentos na educação pública profissional federal foram acontecendo de forma mais tardia, pois a prioridade era construir *campi* e implementar IFs nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior em unidades da federação que ainda não tinham sido implantadas essas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Brasil, 2019b; Turmena; Azevedo, 2017).

Manfredi (2016, p. 126) contribui para essa discussão ao explicar que:

[...] no estado de São Paulo, o ensino profissional adquiriu, desde o início do século XX, um desenvolvimento maior, impulsionado pelos interesses vinculados aos industrialistas. [...] dos antecedentes históricos, demonstramos que, apesar de existirem parâmetros nacionais, houve um desenvolvimento diferencial desse tipo de ensino nos vários estados e regiões. Na maioria das unidades da Federação, as iniciativas públicas ficaram dependentes das iniciativas do governo federal. Já em outras, foram impulsionadas pelas ações dos governos estaduais. Assim sendo, não é possível falar em um sistema público único e homogêneo.

Ou seja, o ensino profissional se expandiu acompanhando as demandas do capital e os estágios de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras, uma vez que a Medida Provisória nº 1.549, de 1997, preconizava a estreita colaboração entre os entes federados e os setores produtivos para a ampliação da oferta de ensino técnico, conforme expresso em seu 44º artigo, no parágrafo 5º:

A expansão da oferta de ensino técnico, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (Brasil, 1997, s/p).

Situação que se alinha à lógica de descentralização na oferta educacional brasileira, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, promulgada um ano antes (em 1996), e à demanda do mercado de trabalho pela qualificação de mão de obra.

Na década seguinte, entre os anos de 2003 e 2007, as políticas voltadas para a educação profissional foram readequadas, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003), as atribuições da formação profissional eram compartilhadas entre os ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento. A partir de uma nova organização da EPT, voltou-se a dar mais autonomia ao Ministério da Educação (MEC) para fortalecerem parcerias com as redes estaduais, em uma tentativa de investir na educação profissional, foi então que começaram a surgir programas como o Brasil Profissionalizado (2007) e o Ensino Médio Inovador (2009) (Manfredi, 2016, p. 258).

Com o Decreto nº 5.154 de 2004, volta-se a estimular os arranjos da qualificação profissional, da educação profissional técnica de nível médio, da educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, revogando o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (Brasil, 2004).

O Decreto regulamenta os artigos da LDB que tratam da educação profissional que está pautada nas premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica. II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014). III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014) IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (Brasil, 2004, p. 1).

Portanto, evidencia-se a relação direta entre trabalho, educação e empregabilidade na educação profissional, que poderá ser desenvolvida por meio de cursos e programas de: “I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014); II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (Brasil, 2004, p. 1).

Os cursos e programas de educação profissional são organizados e regulamentados pelo Ministério da Educação por meio de trajetórias formativas que favoreçam a continuidade nos

estudos daqueles que os frequentarem.

[...] Consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (Brasil, 2004, p. 1).

Sendo assim, a partir do ano de 2004, houve um estímulo ao ensino técnico, de modo que se materializou tanto na expansão da RFEPCT quanto na criação de programas voltados à formação profissional de jovens e adultos.

Um dos primeiros marcos que destacamos aqui é o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que foi instituído a partir do Decreto nº 5.478/2005 e desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC-MEC). Esse decreto foi substituído pelo Decreto nº 5.840/2006 que amplia também sua abrangência ao ensino fundamental, conforme seu artigo primeiro, parágrafo segundo:

[...] Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: “I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores [...] (Brasil, 2006, p. 1).

A partir de 2003, o Governo Federal se propôs a desenvolver programas e incentivos para todos os adultos analfabetos aprenderem a ler, além de promover ações para fomentar o acesso de jovens e adultos à EPT. Assim, houve propostas para cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), incentivando uma política nacional de educação profissional, firmada em três grandes eixos: o atendimento à EJA, a oferta de Educação Profissional e a Geração de Emprego e Renda (Leite, 2013).

“Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros, de 15 anos ou mais, não tinham o ensino fundamental, e apenas seis milhões (8,8%) estavam matriculados nos cursos da EJA” (Manfredi, 2016, p. 259). Visando superar esse quadro de exclusão da educação básica do país, o PROEJA objetiva propor uma integração da educação profissional aliada à educação básica, tentando superar a dualidade trabalho manual e intelectual, buscando métodos criadores e não alienantes (Manfredi, 2016, p. 259).

O PROEJA surge inicialmente com o plano de ofertar cursos e programas de educação profissional com a finalidade de oferecer a formação inicial e continuada de trabalhadores e a

educação profissional técnica de nível médio, levando em conta as características específicas de jovens e adultos. Os programas e cursos em questão podem atender aos estudantes tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, buscando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada. Em se tratando do ensino médio, pode ser ofertado de forma integrada ou concomitante (Brasil, 2004; Leite, 2013).

Os cursos podem ser ofertados tanto na rede pública quanto na Rede Federal de EPCT, sendo que as instituições federais de educação profissional devem oferecer “no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007” (Brasil, 2006, p.1), além das Redes Estaduais e Distrital, das Redes Municipais, bem como as entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) (Brasil, 2006, p. 1).

Vale afirmar que o público-alvo do PROEJA são os trabalhadores, jovens e adultos de faixa etária fora daquela delimitada pelas regras da escolaridade universal obrigatória, ou seja, trabalhadores com mais de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental e aqueles com mais de 18 anos que não concluíram o ensino médio, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394 de 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 1996, 2000).

Também em 2005, com a Lei nº 11.129, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que visava à “conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (Brasil, 2005a, p. 1).

O PROJOVEM buscou aumentar a escolaridade de jovens com idades entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o ensino fundamental, buscando concluir essa etapa por meio da modalidade EJA, incentivando-os para a recolocação no mundo do trabalho e na busca de uma qualificação profissional, a participar de ações comunitárias para que eles possam, então, melhorar significativamente sua condição social, já que anteriormente foram excluídos da escola e do mercado de trabalho, participando assim do exercício da cidadania. A forma do curso, para promover reintegração ao processo educacional, qualificação profissional e desenvolvimento humano, ocorre por meio das seguintes modalidades: “I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II - Projovem Urbano; III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e IV - Projovem Trabalhador” (Brasil, 2008a, p. 1).

Também, instituído no ano de 2005, por meio da Lei nº 11.180, de 23 de setembro, o

Projeto Escola de Fábrica que ainda continua em vigor,

É uma iniciativa para além das obrigações e ações governamentais com a educação regular, que pretende ampliar as possibilidades de formação profissional e induzir a elevação da escolaridade dos jovens, que deverão estar matriculados na educação básica (regular ou na modalidade de Educação de Jovens e adultos) para participar do programa. Ao mesmo tempo, constitui-se como estratégia de investigação e reconhecimento dos processos educativos construídos no mundo do trabalho (Brasil, 2005c, p. 2).

Por um lado, a construção do conhecimento, muitas vezes, passa apenas pela prática, sendo assim, o trabalhador aprende a parte profissional praticada na própria empresa, sendo desenvolvida na base do senso comum, na tradição oral, ou seja, “[...] trabalhar os conhecimentos de diversas áreas, culturalmente selecionados no currículo escolar, é apenas uma das formas do processo educacional que não deve ser assumida de maneira exclusiva” (Felício, 2011, p. 165); por outro lado, muitas vezes, as instituições oferecem apenas a parte teórica sem ter uma vivência prática profissional. No entanto, no caso do Projeto Escola de Fábrica, busca-se oportunizar a inclusão social de jovens de baixa renda por meio de uma formação profissional em ambientes denominados “Unidades Formadoras”, em outras palavras, no próprio ambiente de trabalho do estudante trabalhador (Brasil, 2005b, p. 1).

Oliveira (2010, p. 10) afirma que toda propriedade resulta do trabalho humano, mesmo que o trabalho esteja produzindo riqueza social útil, e na forma do sistema econômico e social que se baseia na posse de privados na gestão dos meios de produção de produtos e serviços formando o capital. O trabalho produz a propriedade em todo o sentido de desenvolvimento de um produto, e essa virtude de produzir produtos é uma característica humana. Essa capacidade de produzir é uma propriedade humano-social que transforma produtos em propriedade privada, o trabalho humano acaba sendo parte do produto e se torna alienado. O trabalhador perde o domínio dos meios de produção, tornando-se também uma mercadoria que se vende como força de trabalho na produção de produtos, compreendendo que a essência do trabalho alienado é a essência da propriedade privada.

Deste modo, é fundamental que tenhamos clareza quanto ao alinhamento da formação técnica e tecnológica ofertada no Brasil à lógica neoliberal, ou seja, às demandas do capital, fazendo com que emergam contradições nas próprias políticas públicas, que anunciam uma perspectiva formativa crítica e integral, mas que, na maioria das vezes, se resume ao acesso a um rol mínimo de conhecimentos, tanto teóricos quanto técnicos.

1.2 Breve histórico da criação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

A criação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul pode ser datada em 2007, a partir da sanção da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, que criou escolas técnicas e agrotécnicas federais, quando se formalizou a implantação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, iniciando, assim, a primeira fase de expansão da Rede Federal de EPCT no estado de MS (Brasil, 2010).

O IFMS iniciou suas atividades juntamente com a expansão da Rede Federal de EPCT, que criou os IFs. No artigo quinto inciso 19, temos a seguinte redação da Lei nº 11.892: “Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina” (Brasil, 2008c).

Com a Lei nº 11.892/2008, inaugurou-se uma nova fase da educação profissional no Brasil. Com essa lei foi concebida a atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a qual marcou presença mais expressiva no sistema de ensino federal para ofertar educação profissional e tecnológica com maior qualidade (Brasil, 2008c).

Quando da implantação do IFMS no estado de Mato Grosso do Sul (MS), o MEC indicou a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para dirigir o processo de implantação durante os dois anos seguintes a partir de 2008. No início da criação, tínhamos apenas dois *campi*: a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina que foi o primeiro *campus* do IFMS e o de Campo Grande (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f). Com a Portaria do MEC nº 1.170 em 21 de agosto de 2010 (Brasil, 2010b), autorizou-se o funcionamento dos cursos no *Campus* Nova Andradina, que foi o primeiro a entrar em funcionamento no estado de MS, lembrando que essa unidade já estava construída na zona rural, com instalações de refeitório e alojamento para estudantes.

No primeiro momento, foram ofertados cursos técnicos integrados e, posteriormente, deu-se a disponibilidade de matrículas para as vagas de curso em qualificação profissional, ensino superior e especialização. No início, foram ofertadas vagas para os cursos técnicos na modalidade integral de Agropecuária e Informática, e ofertado na modalidade PROEJA o curso de Manutenção e Suporte em Informática (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2015b, p. 13).

Através de parcerias realizadas com a Prefeitura Municipal de Corumbá e com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), as atividades de ensino vieram a ocorrer também, de 2016 em diante, em salas localizadas na zona urbana na UFMS (Instituto Federal

de Mato Grosso do Sul, 2018f).

A segunda fase de expansão da Rede Federal no MS ocorreu em 2009, quando foram criados outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas (Brasil, 2016c). No ano de 2013, começaram a ser entregues algumas das obras das sedes definitivas, dessa forma, entraram em funcionamento nas sedes os *campi* Aquidauana e Ponta Porã. Em 2014, as unidades dos *campi* de Coxim e Três Lagoas vieram a desenvolver suas atividades em seus novos prédios. No ano de 2017, o *Campus* Campo Grande entrou em funcionamento em sua nova sede e, em 2018, o *Campus* Corumbá teve suas atividades desenvolvidas em seu novo prédio (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f).

A terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica do IFMS deu-se com a implantação dos *campi* nos municípios de Dourados, Jardim e Naviraí (Brasil, 2016d). Os *campi* de Dourados e Jardim iniciaram suas atividades em suas sedes definitivas no ano de 2016. Esses *campi* juntamente com o de Naviraí tiveram autorização de funcionamento pelo MEC a partir de 2014, disponibilizando cursos de qualificação profissional e de idiomas. Em 2024, somente o *Campus* de Naviraí, entre os 10 *campi*, está utilizando sede provisória para desenvolver suas atividades.

Além dos *campi* e a Reitoria, o IFMS também conta com uma estrutura de Educação a Distância (EaD), concebida em 2015, o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f).

Com as Portarias do MEC nº 918 e 919, de 15 de agosto de 2017, o IFMS foi credenciado para ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância. Outro marco importante para história do IFMS foi a autorização em 2017 do Comitê Gestor Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), para que a instituição pudesse ofertar o mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado na modalidade semipresencial pelo *Campus* Campo Grande, que inicialmente é lecionado por professores dos *campi* Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados e Nova Andradina, sendo esse programa coordenado na rede nacional pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), assim, as atividades iniciaram no ano de 2018, no *Campus* Campo Grande (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f).

O *Campus* Campo Grande, em 2023, passou a ofertar também o Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, que “é um programa presencial do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), em rede nacional de Pontos Focais”, esse “é um Programa de Pós-Graduação dedicado ao aprimoramento da formação profissional para atuar nas competências dos Núcleos

de Inovação Tecnológica (NITs), bem como nos Ambientes Promotores de Inovação nos diversos setores acadêmico, empresarial, governamental e organizações sociais” (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023c).

Em 2024, o IFMS conta com dez *campi* nos municípios de Aquidauana, Dourados, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, além da Reitoria em Campo Grande.

O IFMS é a primeira instituição pública federal a ofertar educação profissional técnica e tecnológica em Mato Grosso do Sul. Com *campi* em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o IFMS chega em seus quase quinze anos de existência, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, com mais de sessenta e cinco mil estudantes matriculados em 2022 em diferentes níveis e modalidades de ensino. Em março de 2024, foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2023 até o momento), do PT, pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin (1º de janeiro de 2023 até o momento), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e pelo ministro da Educação, Camilo Santana, em Brasília (DF), a construção de mais 100 novos *campi* no Brasil, sendo que desses, dois serão instalados em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Amambai e Paranaíba (Brasil, 2023d; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f; Villas Boas, 2024).

O IFMS desenvolve atividades que abrangem o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão descritas em sua missão de “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional” (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f, p. 30).

As ações de atividades de ensino do IFMS consistem em ofertar cursos tanto presenciais quanto a distância, que vão da educação básica até a educação superior, atendendo ao que está disposto na Seção IV-A da LBD (Brasil, 1996). O IFMS é uma instituição que foi criada para desenvolver de forma especializada a EPT, integrando os distintos níveis às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

As ações voltadas para a pesquisa no IFMS buscam articulações entre o ensino e a extensão e são definidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPI). O estudante, no IFMS, tem condições de conhecer o universo da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica. Através da participação e da aprovação em editais de iniciação científica, o estudante pode ampliar suas experiências em determinados assuntos de sua área e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento local e regional. A implantação da Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS (TecnoIF) nos *campi* é um espaço que

possibilita aos estudantes desenvolverem ideias e projetos de negócio (Silveira, 2023). O IFMS tem uma política de inovação que busca soluções tecnológicas, protegidas pelas ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que procura proteger o conhecimento ou a inovação produzida no IFMS junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e transferir para o setor produtivo e, por consequência, para a sociedade.

De forma resumida, as ações na área de pesquisa do IFMS consistem em: a) fomento à iniciação científica e tecnológica; b) ações de empreendedorismo inovador; c) proteção do conhecimento e transferência de tecnologia; d) oferta de pós-graduação (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f).

O IFMS desenvolve uma política de Extensão que estimula transformações nos locais onde atua, procurando atender às demandas da comunidade externa. Segundo consta no documento de Política de Extensão do IFMS, que descreve em seu artigo 4º:

O objetivo da extensão no IFMS é promover atividades voltadas ao atendimento de demandas da comunidade externa, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços tecnológicos, visando difundir o conhecimento adquirido pela comunidade interna e desenvolver ações inclusivas e de estímulo à produção cultural, prática desportiva, responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017c).

As modalidades das atividades de extensão desenvolvidas são: Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviços. A prioridade de atendimento com os eventos de extensão é a comunidade externa, a partir de atividades desenvolvidas por professores, técnico-administrativos e estudantes da instituição (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017c).

A entrada de estudantes no IFMS é realizada a partir de inscrições na Central de Seleção, e as matrículas ocorrem na Central de Relacionamento (CEREL) nos cursos Técnico Integrado, Concomitante, Subsequente e são ofertadas 40 vagas por turma; nos cursos de graduações, são ofertadas 40 vagas por turma/semestre; e nas pós-graduações em nível de especialização, são ofertadas de 25 a 40 vagas. Em 2023, no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, foram ofertadas 22 vagas e, no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, foram ofertadas 8 vagas, sem contar as vagas disponíveis na Educação a Distância (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023c).

Para se escolher um determinado curso que será ofertado no IFMS, geralmente se verifica “a complexidade do problema socioeconômico, a necessidade de uma atuação global dentro da realidade empresarial e a urgência da atuação de uma instituição pública na formação de técnicos que venham a melhorar este cenário de baixo índice de sobrevivência das empresas”

(Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019m).

Atualmente, no ano de 2024, o IFMS oferta cursos de nível Técnico Integrado conforme Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Cursos Técnico Integrado ofertados pelo IFMS

Curso Técnico Integrado	Campi
Administração	Campo Grande e Dourados
Agricultura	Naviraí e Ponta Porã
Agropecuária	Nova Andradina
Alimentos	Coxim
Aquicultura	Coxim
Desenvolvimento de Sistemas	Coxim
Edificações	Aquidauana e Jardim
Eletrotécnica	Campo Grande e Três Lagoas
Informática	Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Jardim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas
Informática para Internet	Dourados e Naviraí
Mecânica	Campo Grande
Metalurgia	Corumbá

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Neste momento, existe apenas um curso Técnico Concomitante em *Marketing*, que é ofertado pelo *Campus* de Dourados.

O Quadro 2 abaixo demonstra os cursos Técnico Subsequente ofertados nos *Campi* do IFMS:

Quadro 2 - Cursos Técnico Subsequente ofertados no IFMS

Curso Técnico Subsequente	Campi
Agricultura	Naviraí e Ponta Porã
Aquicultura	Coxim
Desenho da Construção Civil	Aquidauana
Edificações	Aquidauana
Informática	Aquidauana e Campo Grande

Informática para Internet	Ponta Porã
Marketing	Dourados
Zootecnia	Nova Andradina

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Já os cursos do PROEJA estão demonstrados no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Cursos do PROEJA ofertados pelo IFMS

Curso	Campi
Administração	Aquidauana, Campo Grande, Dourados e Três Lagoas
Edificações	Aquidauana e Jardim
Informática para Internet	Jardim
Manutenção e Suporte em Informática	Corumbá, Coxim e Jardim

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Os cursos de graduação estão demonstrados no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Curso Superior ofertados pelo IFMS

Curso Superior em Tecnologia	Campi
Agronegócio	Ponta Porã
Alimentos	Coxim
Automação Industrial	Três Lagoas
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Corumbá, Naviraí, Nova Andradina e Três Lagoas
Jogos Digitais	Dourados
Processos Metalúrgicos	Corumbá
Produção de Grãos	Nova Andradina
Redes de Computadores	Aquidauana
Sistemas para Internet	Aquidauana, Campo Grande e Coxim
Curso de Bacharelado	Campi
Agronomia	Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã
Arquitetura e Urbanismo	Jardim
Engenharia Civil	Aquidauana
Engenharia da Computação	Três Lagoas
Engenharia de Controle e Automação	Três Lagoas
Engenharia de Pesca	Coxim
Engenharia Elétrica	Campo Grande
Engenharia Mecânica	Campo Grande
Curso de Licenciatura	Campi

Computação	Jardim
Química	Coxim

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Os cursos de pós-graduação que são ofertados pelo IFMS estão demonstrados no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo IFMS

Cursos de Especialização	Campi
Ciência da Natureza e Matemática	Coxim
Docência para Educação Profissional e Tecnológica	Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas
Educação para Relações Étnico-Raciais	Nova Andradina
Educação Sanitária e Comunicação em Defesa Agropecuária	Nova Andradina
Ensino de Ciências e Matemática	Campo Grande
Estratégias para Conservação da Natureza	Corumbá
Gestão de Organizações	Dourados
Informática Aplicada à Educação	Corumbá
Robótica Educacional	Coxim
Mestrados	
Educação Profissional e Tecnológica	Campo Grande
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia	Campo Grande

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Prestes a completar dezesseis anos de existência, o IFMS já conta com um portfólio de doze cursos Técnicos Integrado, um curso Técnico Concomitante, oito cursos Técnico Subsequente e quatro Técnicos para o PROEJA. Em nível Superior, possui nove cursos em Tecnologia, oito Bacharelados e duas Licenciaturas. Em nível de Pós-Graduação, possui nove Especializações e dois Mestrados, perfazendo um total de cinquenta e cinco cursos (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023a).

1.3 O *Campus* Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul: breve histórico de sua criação e o atendimento educacional ofertado

O município de Corumbá situa-se na região do Pantanal sul-mato-grossense, numa latitude 19°00'33" Sul e a uma longitude 57°39'12" Oeste, fazendo fronteira com Puerto

Quijarro na Bolívia. Corumbá é a última cidade brasileira até atingir o território boliviano através de uma fronteira seca. A cidade também é ponto de parada da ligação ferroviária entre o Brasil e a Bolívia (Prefeitura de Corumbá, 2023).

A área total do município de Corumbá é de 64.432,450 km² e uma população de 96.268 pessoas (IBGE, 2024a) e conta com 42 escolas do Ensino Infantil, sendo 16 creches municipais e 9 privadas, totalizando 1.484 matrículas em 2023, no Pré-Escolar tem 40 escolas, sendo 30 municipais e 10 privadas, totalizando 2.342 matrículas em 2023. No Ensino Fundamental, nas séries iniciais, ou seja do 1º ao 5º ano (atendendo estudantes com 6 a 10 anos de idade), com 37 escolas, sendo 27 municipais, 2 estaduais e 8 privadas, onde foram computadas 6.993 matrículas no ano de 2023 e 427 professores. Nos anos finais do Ensino fundamental, ou seja do 6º ao 9º ano (atendendo estudantes de 11 a 14 anos de idade), tem 41 escolas, sendo 23 municipais, 11 estaduais e 7 privadas, totalizando 5.221 matrículas e 428 professores em 2023. No Ensino Médio o município conta com 18 escolas, que totalizou 3.772 matrículas e 356 professores em 2023. No Ensino Técnico e Profissionalizante foi registrado 9 escolas, totalizando 2.216 estudantes matriculados e 202 professores segundo dados de 2021 (IBGE, 2024; QEdu, 2024).

Geologicamente, o município está numa planície aluvial de formação recente, no período quaternário, há aproximadamente 2,5 milhões de anos. A região ainda está num paulatino e constante processo de sedimentação. Atravessado por rios que possuem um leito sinuoso e instável, o que favorece a formação de numerosas ilhas, com algumas que chegam a ter áreas de 200 km². O município de Corumbá tem como seu principal rio o Paraguai que durante as cheias é o principal curso d'água da região, e pode chegar a atingir uma largura de até 25 km (Prefeitura de Corumbá, 2023).

As áreas de inundação da região estão concentradas nas partes mais baixas dessa formação geológica, as formações de ilhas são chamadas também de baías, que normalmente apresentam formas circulares ou elípticas. Entre uma baía e outra, existem áreas mais altas que são chamadas de “cordilheiras”, que são o refúgio do gado quando ocorrem os períodos de cheias na região. São chamados de vazantes os canais que conectam as baías durante as cheias e de corixos os canais permanentes e navegáveis mesmo durante a época de estiagem (Prefeitura de Corumbá, 2023).

A Prefeitura de Corumbá realizou um estudo que demonstrou que a Bacia do Paraguai está inserida no contexto geológico do Geossinclíneo Paraguai-Araguaia. Também há, nessa região, a presença de aquíferos fissurados e cársticos, aliando-se às rochas pré-cambrianas dos grupos Corumbá e Cuiabá. Assim, existe uma prolongada cobertura aluvionar de idade

quaternária, sendo composta principalmente pela formação Pantanal, fazendo parte de um aquífero poroso (Prefeitura de Corumbá, 2023).

Um dos maiores biomas do Brasil é o Pantanal, com boa parte desse bioma localizado no estado de MS, que está localizado na maior planície de áreas úmidas da América do Sul. Essa região é considerada uma importante reserva natural exuberante e diversificada, contando com uma grande diversidade de fauna, englobando animais como jacarés, capivaras, antas, cervos-do-pantanal, garças, araras-azuis, tuiuiús, além de uma grande variedade de peixes, favorecendo assim o turismo de pesca nessa região e tendo como principais rios, além do Paraguai, Miranda e Aquidauana (Bordin, 2020; Prefeitura de Corumbá, 2023).

A região do Pantanal exerce um importante papel na preservação da biodiversidade e é considerada um dos principais locais de reprodução da fauna nas Américas. Já recebeu diversos títulos como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988, Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foram catalogadas nessa região do Pantanal mais de 263 espécies de peixes, 122 de mamíferos, 93 de répteis, 1.132 de borboletas, 656 de aves e 1.700 de plantas (Prefeitura de Corumbá, 2023).

A trajetória do *campus* do município de Corumbá iniciou-se no segundo semestre de 2010. A princípio, suas instalações foram adaptadas a partir de uma estrutura cedida pela Prefeitura Municipal. Suas atividades iniciais ocorreram nas instalações provisórias, situada na Rua Delamare, nº 1.557, Bairro Dom Bosco (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

O *Campus* Corumbá do IFMS estabeleceu sua missão, visão e valores em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Sua missão é ofertar educação de qualidade por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando formar cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região do Baixo Pantanal. A visão do *campus* é ser reconhecido como uma instituição de ensino eficiente e eficaz, que seja referência em educação de qualidade na região. Seus valores incluem compromisso com o desenvolvimento social, equidade, qualidade, ética, empreendedorismo e inovação (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f, p. 8-22).

Para atingir sua missão e visão, o *Campus* Corumbá do IFMS definiu objetivos e metas, como a melhoria da infraestrutura do *campus*, busca de recursos para desenvolvimento das atividades, acompanhamento do desempenho dos setores e servidores, entre outros. Essas metas estão alinhadas à busca pela excelência educacional e pela promoção do desenvolvimento regional. O Projeto Político-Pedagógico do *campus* desempenha um papel fundamental ao subsidiar a gestão com direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros, com base

nos PDI (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 10-12).

Destacamos que, como parte da Rede Federal, o IFMS é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, organizada para ofertar educação profissional e tecnológica nas mais distintas modalidades de ensino, alinhando conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. A instituição possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e é uma autarquia do Poder Executivo, cuja administração é indireta, e está vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022f, p. 13).

O histórico do *Campus* Corumbá remonta a 2010, quando suas atividades administrativo-pedagógicas começaram no Espaço Educacional cedido pela Prefeitura Municipal. A parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) permitiu a oferta de cursos técnicos em Administração, Secretariado e Serviços Públicos na modalidade Educação a Distância (EaD). A inserção regional de Corumbá se destaca, uma vez que a cidade teve um papel importante no desenvolvimento comercial e na ligação com outros territórios por meio da navegação fluvial (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 20-23).

Assim, o *Campus* Corumbá do IFMS busca consolidar sua missão, visão e valores por meio de metas e ações que impulsionem a qualidade da educação e contribuam para o desenvolvimento regional.

No primeiro momento, foram ofertados os cursos a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). A partir de 2011, começaram a ser implementados cursos técnicos integrados em Informática, Metalurgia e Manutenção e Suporte em Informática, sendo esse último na modalidade do PROEJA.

Em 2012, foram instituídos, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), os cursos FICs em Auxiliar em Web Design e Montagem e Manutenção de Computadores, sendo disponibilizadas 40 vagas por curso. Nesse mesmo programa, também foram ofertadas 40 vagas do curso Técnico em Informática para a Internet, na modalidade concomitante. Instituiu-se também o curso de Automação Industrial na modalidade EaD, pela Rede e-TEC (essa Rede visa potencializar o acesso à educação profissional e tecnológica pública, com foco na oferta de cursos na modalidade EaD) (Brasil, 2011a), ofertando 40 vagas. Iniciou-se, nesse ano, as aulas dos cursos Técnico Integrado em Informática e Técnico Integrado em Metalurgia, ambos com 40 vagas disponíveis. Nesse mesmo ano, no *Campus* Corumbá, realizou-se a 1ª Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal – FECIPAN, no âmbito da Semana de Ciência e Tecnologia (Instituto Federal de Mato Grosso

do Sul, 2018e, p. 21).

No ano de 2013, ofertou-se 40 novas vagas para o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Naquele ano, também a partir de parceria com a Rede e-TEC Brasil, ofertou-se 40 vagas para cada um dos cursos a seguir: Automação Industrial, Transações Imobiliárias, Hospedagem e Agente Comunitário de Saúde, todos na modalidade EaD. Foram ofertados também 40 vagas para cada um dos cursos de Transações Imobiliárias, Hospedagem e Agente Comunitário de Saúde no Polo Ladário. Além disso, ainda em 2013, através do programa PRONATEC, foram ofertados os cursos FICs em Agente Ambiental de Resíduos Sólidos, com 40 vagas; Operador de Computador, com 120 vagas; Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos, com 40 vagas; Inglês Aplicado a Serviços Turísticos, com 40 vagas; Conductor Ambiental, com 40 vagas (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 21).

Também no ano de 2013, foi realizada a 2ª Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal – FECIPAN. Além disso, continuou-se a oferta do Curso Técnico Concomitante em Informática para Internet, que havia sido iniciado no segundo semestre do ano anterior (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 22).

Em 2014, foram ofertadas mais 40 vagas para o Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em parceria com a Rede e-TEC Brasil, foram ofertados cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes, na modalidade EaD, a seguir: cursos Técnico em Agente Comunitário de Saúde, com a oferta de 10 vagas; Técnico em Hospedagem, com a oferta de 10 vagas; Técnico em Transações Imobiliária, com a oferta de 5 vagas, Técnico em Agente Comunitário, com a oferta de 10 vagas; Técnico em Hospedagem, com a oferta de 25 vagas; e Técnico em Transações Imobiliárias, com a oferta de 10 vagas. Foram ofertadas 25 vagas para o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2014, 2018e).

Nesse mesmo ano de 2014, foram ofertados, no programa PRONATEC, os cursos FICs em Conductor Ambiental Local, ofertando 25 vagas; Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos, sendo ofertadas 30 vagas; Inglês Aplicado a Serviços Turísticos, ofertou 30 vagas; Programador Web, ofertando 25 vagas no período matutino e mais 30 vagas no período noturno; Recepcionista, ofertando 20 vagas; e o Conductor de Turismo de Pesca, ofertando 30 vagas. No primeiro semestre, concluiu-se o Curso Técnico Concomitante em Informática para Internet, que havia tido seu início, no ano anterior de 2013, ou seja, no segundo semestre de 2013 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 22).

No ano de 2014, foram acrescentadas mais 40 vagas ao curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, totalizando 80 vagas disponíveis, sendo dispostas

40 por semestre, selecionando estudantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que é um sistema que foi inicialmente instituído e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010c).

No SISU, é disponibilizada a quantidade de vagas ofertadas por instituições de ensino superior públicas de todo o Brasil, ou seja, as universidades federais e institutos federais. A seleção dos estudantes ocorre a partir da classificação dos melhores resultados de duas edições anuais de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) até atingir a quantidade de vagas ofertadas por curso e modalidade de concorrência, de acordo com as escolhas dos candidatos inscritos (Brasil, 2010b).

O ENEM foi criado em 1998, cujo propósito é avaliar o desempenho do estudante ao finalizar o Ensino Médio, ou seja, ao término da escolaridade básica o estudante pode participar dessa avaliação que serve de parâmetro para selecionar estudantes para poder obter bolsas de estudos integrais ou parciais de até 50% da mensalidade do curso superior desejado em instituições de ensino privadas. O público-alvo desse exame são estudantes que não possuem diploma de curso superior ou de cursos sequenciais de formação específica. Nesse caso, podem concorrer no Programa Universidade para Todos (PROUNI), bem como já mencionado anteriormente que, através do SISU, podem inscrever-se nas vagas disponíveis nas mais de 500 instituições públicas de ensino superior que dispõem as vagas nesse sistema. O resultado do ENEM pode servir como critério de seleção complementar ou substituir totalmente o vestibular (Brasil, 2023a; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023c).

No ano de 2014, no mês de setembro, no Centro de Convenções do Pantanal, vale salientar que também ocorreu a 3ª Edição da Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal (FECIPAN), junto a esse evento aconteceu também o Encontro de Iniciação Científica e tecnológica (ENICT) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 22).

No ano de 2015, foi inaugurado o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, ofertando 40 vagas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Abriram-se as novas turmas do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ofertando 40 novas vagas para um semestre deste ano. Iniciou-se a oferta de FICs regulares, ministrados pelos docentes do quadro permanente do *campus*, ofertando o curso de Fotografia, com 40 vagas no período matutino e 40 no período vespertino; e o curso de Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga, com 40 vagas ofertadas. No ano de 2015, no mês de outubro deste ano, foi realizada a 4ª Edição da FECIPAN, no Centro de Convenções do Pantanal, concomitantemente a esse evento, foi realizado o ENICT 2015 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e, p. 23).

No ano de 2016, no ensino médio, no primeiro semestre, para o curso Técnico em Informática no período vespertino, foram ofertadas 40 vagas, e no curso de Técnico em Metalurgia, foram ofertadas 40 vagas no período vespertino. Foram ofertadas, no primeiro semestre, 40 vagas para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e 40 vagas para o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, sendo essas vagas no período noturno e, no segundo semestre desse ano, foram ofertadas mais 40 vagas para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no período matutino. Em cursos FICs, foram ofertados os cursos de Beneficiador de Minérios, com 40 vagas no período noturno, o curso de Programador Web, com 40 vagas no período vespertino, e o curso de Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga, com 40 vagas no período matutino (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2015a, 2016a, 2016b, 2016c, 2016c).

Em 2018, no primeiro semestre, as atividades passaram a ser desenvolvidas na sede do *Campus* Corumbá construída na Rua Pedro de Medeiros, s/n, no Bairro Popular Velha (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

Nesse ano de 2018, o *Campus* Corumbá contava com uma infraestrutura de área total do terreno: 46.212,00 m², área total construída: 6.134,82 m², área da biblioteca: 824,27 m², área do estacionamento: 3.619,98 m², área total das salas de aulas: 920,34 m², 14 salas de aula, 26 salas administrativas, 1 sala de reuniões, 5 laboratórios de informática, 9 laboratórios específicos (Biologia; Física; Química; Robótica; Dispositivos Móveis; Arquitetura de Computadores; Metalografia I; Metalografia II; Metalurgia), somando-se 14 laboratórios para desenvolvimento de aulas práticas. Um total de 192 computadores em 2018, frota de 3 veículos, 96 vagas no estacionamento, e 7 vagas de estacionamento para pessoa com deficiência (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018f). O *Campus* conta com espaços para biblioteca, cantina, refeitório e, em 2023, obteve-se também espaço destinado ao hotel tecnológico com área de 257,83 m², espaço destinado ao IFMaker com área de 60 m² com uma impressora 3D, além dessas, o *Campus* conta ainda com uma quadra poliesportiva que, no momento da escrita desta pesquisa, ainda se encontra descoberta.

A Figura 1 abaixo exhibe a imagem do *Campus* Corumbá:

Figura 1 - Campus Corumbá

Fonte: Próprio autor (2023).

O *Campus* Corumbá do IFMS tem como missão: “ofertar educação de qualidade articulando ensino, pesquisa e extensão para formar cidadãos capazes de promover o desenvolvimento econômico e social da região do Baixo Pantanal”. Esse documento descreve os objetivos de cada setor do *Campus* e quais metas foram traçadas para os anos de 2014 a 2018 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018e).

No primeiro semestre do ano de 2019, para o curso Técnico em Informática no período matutino, foram ofertadas 40 vagas, no segundo semestre também foram ofertadas 40 vagas no vespertino. No curso de Técnico em Metalurgia, foram ofertadas 40 vagas no período vespertino e mais 40 vagas no período matutino. Na modalidade EaD, foram ofertadas 40 vagas para o curso Técnico em Administração, e 40 vagas para o curso de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Foram ofertadas, no primeiro semestre, 40 vagas para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e 40 vagas para o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, sendo essas vagas no período noturno e, no segundo semestre desse ano, foram ofertadas mais 40 vagas para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no período matutino. No curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, no segundo semestre, também foram ofertadas 40 vagas no período noturno do PROEJA. Na Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram ofertadas 40 vagas em cada semestre e, na Especialização em Informática Aplicada à Educação, foram ofertadas 40 vagas no segundo semestre. No primeiro semestre de 2019, ocorreu a Semana do Meio Ambiente, que é um evento que ocorre geralmente de forma concomitante nos demais *Campi* da instituição. Nesse ano, o evento teve como tema “Educação profissional e sustentabilidade”. No segundo semestre do ano de 2019, ocorreu a 7ª Edição da

FECIPAN de 03 a 05 de outubro de 2019 durante a semana da Ciência e Tecnologia do IFMS (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2019j, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, 2019k, 2019h)

Naquele ano de 2019, o *Campus* Corumbá ofertou os cursos FICs conforme Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Vagas em Cursos FICs ofertados no primeiro e segundo semestre de 2019

Campus CORUMBÁ							
CURSO	MODALIDADE	CIDADE/POLO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	ENCONTROS SEMANAIS	TURN O	VAGAS
1º Semestre							
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	Sexta-feira	Vespertino	20
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	Sábado	Matutino	20
Vendedor	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	-	-	40
Assistente de Produção Cultural	Presencial	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	-	Noturno	40
Espanhol Básico - Primeira Etapa nível I	Presencial	Corumbá	Ens. Fundamental I completo	-	-	Noturno	20
Espanhol Intermediário - Segunda Etapa nível I ¹	Presencial	Corumbá	Ens. Fundamental I completo e conhecimento básico em Espanhol - (curso Espanhol básico ou	-	-	Noturno	13

¹ 20 vagas ofertadas, sendo 7 destinadas aos aprovados no curso Espanhol Básico – primeira etapa do IFMS, ficando as 13 vagas remanescentes destinadas aos inscritos e selecionados neste edital.

			Nivelamento) ²				
2º Semestre							
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	Sexta-feira	Vespertino	20
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	-	Sábado	Matutino	20
FIC CENID ³ 2019.2							
<i>CAMPUS</i>	CURSO	ESCOLARIDADE MÍNIMA		HORÁRIO		VAGAS	
Corumbá	Espanhol Básico - Primeira Etapa Nível II	Ensino Fundamental I completo		Terças e quartas das 19h às 20h30min		7	
Corumbá	Espanhol Intermediário - Segunda Etapa Nível V	Ensino Fundamental I completo		Quartas e sextas das 19h às 20h30min		8	
Corumbá	Inglês Básico - Primeira Etapa - Nível II	Ensino Fundamental I completo		Quartas e sextas das 15h30min às 17h		15	
Corumbá	Inglês Básico - Primeira Etapa - Nível II	Ensino Fundamental I completo		Segundas e quartas das 07h45 às 09h15		12	
Corumbá	Inglês Intermediário - Segunda Etapa - Nível V	Ensino Fundamental I completo		Quartas e sextas das 15h30min às 17h		19	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisas no Edital 043/2019. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-043-2019-fic-ead-e-presencial>. Acesso em: 24 out. 2023. E no

² Prova prática, realizada no *campus*, que comprovará conhecimento básico em espanhol.

³ Centro de Idiomas do IFMS (CENID).

Edital 043/2018. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/edital-043-2018-fic-ead-e-presencial-anexo-ii-quadro-de-cursos-e-vagas.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

No Quadro 6, procuramos demonstrar os principais cursos FICs ofertados no ano de 2019 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2018d, 2019d, 2019c). No ano de 2020, no primeiro semestre, para o curso Técnico em Informática no período matutino, foram ofertadas 40 vagas e, no segundo semestre, também foram ofertadas 40 vagas no período vespertino. Já no curso de Técnico em Metalurgia, a oferta foi de 40 vagas no período vespertino e mais 40 vagas no período matutino. A modalidade EaD contou com 40 vagas para o curso de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade subsequente, ou seja, para os estudantes que já possuem o ensino médio e querem fazer a parte profissionalizante do ensino médio. No curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, no segundo semestre, foram ofertadas 40 vagas no primeiro semestre, no período noturno, para o PROEJA. Foram ofertadas, no primeiro semestre, 40 vagas, no período matutino, e mais 40 vagas no período noturno no segundo semestre para o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, foram ofertadas 40 vagas, no período noturno, no segundo semestre de 2019. Na Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ofertaram 40 vagas em cada semestre, e na Especialização em Informática Aplicada à Educação 40 vagas no segundo semestre.

No segundo semestre de 2020, ocorreu a Semana do Meio Ambiente (SMA), evento que acontece concomitantemente nos demais *Campi* da instituição e, nesse ano, teve como tema “Biodiversidade, Saúde e Comunidade”, em ambiente virtual, nos dias 11 a 13 de novembro. No segundo semestre do ano de 2020, também ocorreu a 8ª Edição da FECIPAN, de 19 a 20 de outubro de 2020 durante a Semana de Ciência e Tecnologia (SCT) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019f, 2019l, 2019g, 2019i, 2019i, 2020d, 2020c, 2020b, 2020a, 2020a).

O Quadro 7 abaixo informa as vagas de cursos FICs ofertados em 2020.

Quadro 7 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2020

CURSO	MODALIDADE	CIDADE/ POLO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	VAGAS
1º Semestre					
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental completo	15	100

CURSO	MODALIDADE	CIDADE/ POLO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	VAGAS
Vendedor	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental II completo	15	100
FIC CENID 2020.1					
CAMPUS	CURSO	ESCOLARIDADE MÍNIMA		HORÁRIO	VAGAS
Corumbá	Espanhol Básico – Nível I	Ensino Fundamental I completo		Quartas e sextas- feiras (19h às 20h30min)	20
Corumbá	Inglês Básico – Nível I	Ensino Fundamental I completo		Quartas e sextas- feiras (19h às 20h30min)	20
Corumbá	Inglês Básico – Nível I	Ensino Fundamental I completo		Sábados (13h45min às 17h)	20

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisas no Edital 076/2020. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-076-2019-fic-ead-e-presencial-2020-1>.

Acesso em: 18 jul. 2023. E no Edital 020/2020. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-022-2020-fic-ead>. Acesso em: 18 jul. 2023.

No ano de 2021, no primeiro semestre, para o curso Técnico em Informática, no período matutino, foram ofertadas 40 vagas e, no segundo semestre, mais 40 vagas no período vespertino. O curso de Técnico em Metalurgia contou com 40 vagas no período vespertino, no primeiro semestre, e mais 40 vagas no período matutino do segundo semestre (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021).

Na modalidade EaD, ofertaram-se 40 vagas para o curso de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade subsequente, ou seja, para os estudantes que já possuem o ensino médio e querem fazer o médio profissionalizante. No primeiro semestre, ofertaram 40 vagas no período matutino, e mais 40 vagas no período noturno, no segundo semestre, para o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2020a, 2021c, 2021d, 2021d, 2021h).

O curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos ofertou 40 vagas, no período noturno, no segundo semestre desse ano. Na Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ofertaram 40 vagas em cada semestre, já a Especialização em Informática Aplicada à Educação contou com 40 vagas no segundo semestre e, ainda no ano de 2021, iniciou-se a Especialização em Estratégias para a Conservação da Natureza, contando com 40 vagas no segundo semestre desse ano (Instituto Federal de Mato

Grosso do Sul, 2021e, 2021d).

No primeiro semestre de 2021, ocorreu a Semana do Meio Ambiente, um evento que aconteceu concomitantemente nos demais *Campi* da instituição e, nesse ano, teve como tema “A restauração de ecossistemas”, nos dias 31 de maio a 02 de junho, inteiramente em ambiente virtual por conta da pandemia de COVID-19. No segundo semestre do ano de 2021, também ocorreu a 9ª Edição da FECIPAN dos dias 04 de outubro a 09 de outubro, tendo como tema: “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovação para o planeta”, ocorrendo durante a Semana de Ciência e Tecnologia (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2020e, 2020a, 2021e, 2021e, 2021b, 2021a, 2021f; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2021a).

Nesse ano de 2021, foram ofertados os seguintes cursos FICs, conforme Quadro 8 abaixo:

Quadro 8 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2021

CURSO	MODALIDADE	CIDADE/POLO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	ENCONTROS SEMANAIS	TURN O	VAGAS
Vendedor	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental I - completo	-	Quarta-feira	Noturno	40
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental I - completo	-	Sexta-feira	Vespertino	40
TURMAS EM ANDAMENTO - VAGAS PARA PREENCHIMENTO POR NIVELAMENTO							
CAMPUS	CURSO	DIAS E HORÁRIOS	VAGAS TOTAIS	ESTUDANTES IFMS	SERVIDORES IFMS	PÚBLICO GERAL	
Corumbá	Espanhol Intermediário – Nível IV	Quartas-feiras e sextas-feiras –	2	2	0	0	

		19h às 20h30				
Corumbá	Espanhol Intermediário – Nível VI	Terças- feiras e quintas- feiras – 19h às 20h30	2	2	0	0
Corumbá	Inglês Básico – Nível III	Quartas- feiras e sextas- feiras – 19h às 20h30	3	3	0	0
Corumbá	Inglês Básico – Nível III	Sábados – 13h45 às 17h	5	4	0	1
Corumbá	Inglês Intermediário – Nível V	Segundas- feiras e quartas- feiras – 07h45 às 09h15	9	6	1	2
Corumbá	Inglês Intermediário – Nível V	Quartas- feiras e sextas- feiras – 15h30 às 17h	10	7	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisas no Edital nº 040/2021. Disponível em:
<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-040-2021-fic-cenid-2021-2>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Em 2022, no primeiro semestre, para o curso Técnico em Informática, no período matutino, foram ofertadas 40 vagas e, no segundo semestre, também foram ofertadas 40 vagas no período vespertino, perfazendo um total de 80 vagas anuais. No curso de Técnico em Metalurgia, foram ofertadas 40 vagas no período vespertino, no primeiro semestre, e mais 40 vagas no período matutino do segundo semestre, completando 80 vagas anuais. O PROEJA ofertou 40 vagas no período noturno para o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021g, 2021d, 2021e, 2022a, 2022a, 2022a, 2022d, 2022d, 2022b; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2021b).

Naquele ano, na modalidade EaD, houve a oferta de 40 vagas para o curso de Técnico em Administração na modalidade subsequente. 40 vagas no primeiro semestre, no período matutino, e mais 40 vagas no período noturno, ainda no primeiro semestre. Já no segundo semestre, houve a oferta de 40 vagas no período matutino e mais 40 vagas no período noturno, perfazendo 160 vagas para o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. O curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos ofertou 40 vagas, no período noturno, no primeiro semestre, e mais 40 vagas no segundo semestre desse ano, perfazendo 80 vagas (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021g, 2021d, 2021e, 2022a, 2022a, 2022a, 2022d, 2022d, 2022b; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2021b).

A Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica contou com 40 vagas no segundo semestre, na Especialização em Informática Aplicada à Educação foram ofertadas 40 vagas no segundo semestre, na Especialização em Estratégias para a Conservação da Natureza também foram ofertadas 40 vagas no segundo semestre desse ano (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021i, 2021g, 2021i, 2022a, 2022a, 2022a, 2022b, 2022b, 2022c; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, 2021b).

Também em 2022, ocorreu a Semana do Meio Ambiente no *Campus* Corumbá, do dia 9 a 11 de novembro, e teve como tema “Uma só Terra”, parcialmente em ambiente virtual por conta da pandemia de COVID-19. Também no segundo semestre do ano de 2022 ocorreu a 10ª Edição da FECIPAN, dos dias 03 a 07 de outubro, com o tema: “Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil”, durante a SCT 2022 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021j, 2022d).

Os cursos FICs em 2022 foram ofertados conforme o Quadro 9:

Quadro 9 - Vagas em cursos FICs ofertados em 2022

<p>Formação Inicial e Continuada e Qualificação Profissional (FIC) na modalidade a distância para o 1º semestre do ano letivo de 2022.</p>

CURSO	MODALIDADE	CIDADE / POLO	ESCOLARIDADE E MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	ENCONTROS SEMANAIS	TURNO	VAGAS
Vendedor	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental I - completo	-	Quinta-feira	Noturno	40
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental II - completo	-	Sexta-feira	Vespertino	40
Formação Inicial e Continuada e Qualificação Profissional (FIC) na modalidade a distância para o 2º SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2022.							
CURSO	MODALIDADE	CIDADE / POLO	ESCOLARIDADE E MÍNIMA	IDADE MÍNIMA	ENCONTROS SEMANAIS	TURNO	VAGAS
Vendedor	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental I - completo	-	Totalmente a distância	-	40
Operador de Computador	EaD	Corumbá	Ens. Fundamental II - completo	-	Totalmente a distância	-	40
TURMAS EM ANDAMENTO - VAGAS PARA PREENCHIMENTO POR NIVELAMENTO - Modalidade presencial							
CAMPUS	CURSO	DIAS E HORÁRIOS	VAGAS TOTAIS	ESTUDANTES IFMS	SERVIDORES IFMS	PÚBLICO GERAL	
Corumbá	Espanhol Intermediário – Nível IV	Quartas-feiras e sextas-feiras – 19h às 20h30	2	2	0	0	
Corumbá	Espanhol Intermediário – Nível VI	Terças-feiras e quintas-feiras – 19h às 20h30	2	2	0	0	
Corumbá	Inglês Básico – Nível III	Quartas-feiras e sextas-feiras – 19h às 20h30	3	3	0	0	

Corumbá	Inglês Básico – Nível III	Sábados – 13h45 às 17h	5	4	0	1
Corumbá	Inglês Intermediário – Nível V	Segundas-feiras e quartas-feiras – 07h45 às 09h15	9	6	1	2
Corumbá	Inglês Intermediário – Nível V	Quartas-feiras e sextas-feiras – 15h30 às 17h	10	7	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Edital nº 091/2021. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-091-2021-fic-ead-2022-1>. Acesso em: 24 out. 2023. E do Edital nº 039/2022. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-039-2022-fic-ead-2022-2>. Acesso em: 24 out. 2023. E do Edital nº 027/2022: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-027-2022-fic-cenid-2022-2>. Acesso em: 24 out. 2023.

Em 2023, o *Campus* Corumbá ofertou as seguintes vagas nos seguintes cursos de Técnico Integrado, conforme Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Cursos de Técnico Integrado no *Campus* Corumbá

Curso Técnico Integrado	Vagas por semestre	Turno	Modalidade
Informática	40	Matutino	Presencial
Metalurgia	40	Vespertino	Presencial

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Edital PROEN/IFMS nº 061/2022. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/processo-seletivo-2023-tecnico-de-nivel-medio-integrado-edital-061-2022>. Acesso em: 8 mai. 2023.

Esses cursos se destinam aos estudantes que concluíram o ensino fundamental até a data da matrícula, independentemente da idade. No PROEJA, o *Campus* Corumbá ofertou o curso conforme

Quadro 11 abaixo, seguido das vagas:

Quadro 11 - Curso Técnico Integrado (PROEJA) em Manutenção e Suporte em Informática no *Campus* Corumbá

Curso Técnico Integrado (Proeja)	Vagas por semestre	Turno	Modalidade
Manutenção e Suporte em Informática	40	Noturno	Presencial

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Edital PROEN/IFMS nº 071/2022. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-071-2022-proeja-2023-semestre-1-c-2>. Acesso em: 8 mai. 2023.

O curso se destina aos estudantes que concluíram o ensino fundamental até a data da matrícula e que tenham, no mínimo, 18 anos. Além dos já mencionados, o *campus* Corumbá oferta os seguintes cursos Superiores, conforme Quadro 12 a seguir:

Quadro 12 - Cursos Superiores no *Campus* Corumbá

Curso Superior	Vagas por semestre	Turno	Modalidade
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	80	Noturno	Presencial
Processos Metalúrgicos	40	Noturno	Presencial

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/graduacao/analise-e-desenvolvimento-de-sistemas>. Acesso em: 15 jul. 2023. E no curso Superior de Processos Metalúrgicos. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/graduacao/processos-metalurgicos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Processos Metalúrgicos é ofertado para estudantes concluintes do Ensino Médio, ou equivalente, conforme a legislação vigente (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017a, 2020f).

No Quadro 13, vemos a lista de cursos de Pós-Graduação ofertados no *Campus* Corumbá:

Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação ofertados no *Campus* Corumbá

Curso de Pós- Graduação	Vagas por semestre	Turno	Modalidade
Especialização Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	Noturno	Presencial
Especialização Estratégias para Conservação da Natureza	40	Noturno	Educação à Distância
Especialização Informática Aplicada à Educação	40	Noturno	Presencial

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site do IFMS, edital nº 002/2023. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-002-2023-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-dos-campi-corumba-nova-andradina-ponta-pora-e-tres-lagoas-turmas-2023-1o-semester>. Acesso em: 15 jul. 2023. Edital nº 064/2023. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-064-2023-especializacao-em-estrategias-para-a-conservacao-da-natureza-campus-corumba>. Acesso em: 15 jul.2023. Edital nº 049/2023. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-049-2023-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-especializacao-em-informatica-aplicada-a-educacao-e-especializacao-em-robotica-educacional-do-campus-coxim>. Acesso em: 15 jul. 2023.

O *Campus* Corumbá oferta as três Pós-Graduações mencionadas acima, sendo que a Especialização Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica é destinada a graduados(as) em distintas áreas, desde que o estudante tenha interesse pela docência e pela atuação no âmbito da Educação Profissional (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022e).

A Pós-Graduação em Estratégias para Conservação da Natureza foi criada com o objetivo de atender aos

Oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil e profissionais da área do meio ambiente portadores de diplomas de cursos superiores certificados pelo Ministério da Educação (MEC), que exercem, ou pretendem exercer, atividades de proteção e conservação da natureza (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021k).

A Pós-Graduação em Informática Aplicada à Educação busca qualificar profissionais da educação para que utilizem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na área educacional, seja licenciado, tecnólogo ou bacharel. Esse curso visa permitir a possibilidade do uso das ferramentas TICs no processo de ensino-aprendizagem e aprimorar as habilidades docentes (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019j).

Assim, evidencia-se o alcance da oferta educacional do *Campus* Corumbá do IFMS que oferta desde o ensino médio à pós-graduação, por meio de uma formação intimamente ligada com o mundo do trabalho. Para que ela ocorra, é preciso que o Governo Federal garanta recursos financeiros para que as políticas públicas educacionais se materializem nas instituições de ensino. Deste modo, no capítulo seguinte, dedicar-nos-emos à compreensão do processo de financiamento dos IFs e da política de austeridade fiscal nas contas públicas em curso no Brasil desde a década de 1990, com a entrada do modelo neoliberal no Estado e que se acirrou com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016.

2. FINANCIAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E AS INTERFERÊNCIAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95/2016

Vimos no primeiro capítulo que a expansão dos Institutos Federais, do IFMS e o processo de criação do *Campus* Corumbá do IFMS ocorreram em um contexto um pouco mais progressista no governo brasileiro, mas que não rompeu com a lógica neoliberal, predominante desde a década de 1990 e que, dentre outras coisas, impõe um modelo de Estado no qual se investe minimamente nas áreas sociais, das quais, a educação. Situação que se agravou ainda mais com o golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff em 2016, pois seu sucessor, Michel Temer, foi responsável, dentre outras ações controversas, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que acirrou a política de austeridade fiscal nas contas públicas brasileiras. Assim, seria insuficiente discutirmos as fontes e o processo de financiamento dos Institutos Federais, sem tocarmos, mesmo que brevemente, na questão da política de austeridade em curso em nosso país.

Por este motivo, iniciamos este capítulo por uma breve reflexão acerca da política de austeridade fiscal em curso no Brasil desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, para, então, partirmos para a compreensão do processo de financiamento dos Institutos Federais, tomando o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul como objeto.

2.1 Política de austeridade fiscal no Brasil: a emenda constitucional 95/2016

O conceito de austeridade remete a uma política de ajuste econômico baseada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado no bem-estar social. Em 2015, no Brasil, assumiu protagonismo, inicialmente como um plano de ajuste de curto prazo. No entanto, em 2016, os princípios da austeridade passaram a orientar o setor público de maneira estrutural, com a introdução da EC 95/2016, que prevê uma redução do tamanho relativo do Estado ao longo das próximas duas décadas (Rossi *et al.*, 2019).

A gestão do orçamento público, sob a perspectiva da austeridade, tem implicações de amplo alcance, tanto macroeconômicas quanto distributivas, impactando a capacidade dos governos de estimular o crescimento econômico e promover o bem-estar social. A nova abordagem também afeta o financiamento de diversas áreas sociais, incluindo a educação (Rossi *et al.*, 2019).

Cabe ressaltar que o debate sobre a austeridade ganhou destaque após a crise de 2008, gerando defensores e críticos. Desde então, diversos acadêmicos e autores abordaram o tema

em diversas óticas, incluindo fundamentos econômicos, impactos sociais e análise de movimentos antiausteridade (Rossi *et al.*, 2019, p. 3-4).

O argumento pela austeridade econômica tem raízes pré-modernas e foi atualizado na contemporaneidade. O termo “austeridade” refere-se a uma política que busca significativamente reduzir os déficits governamentais e estabilizar a dívida pública. Isso é alcançado por meio da implementação de medidas como cortes de gastos públicos, aumento de impostos ou uma combinação estratégica de ambas as abordagens (Alesina; Mei, 2022, p. 1). No entanto, a visão de John M. Keynes discorda, destacando que a redução do gasto público em tempos de crise pode prejudicar a demanda e a atividade econômica, e que seria mais eficaz em períodos de *boom* econômico (Rossi *et al.*, 2019, p. 5-6).

A abordagem da austeridade pode resultar em retração econômica e piora fiscal, criando um ciclo negativo de cortes de gastos, queda no crescimento e aumento da dívida pública. A compreensão dos impactos da austeridade vai além dos aspectos puramente econômicos, envolvendo uma análise mais ampla dos efeitos sobre a sociedade e o Estado (Rossi *et al.*, 2019, p. 5-6).

O discurso da austeridade é questionado por meio de duas ideias controversas: a “fada da confiança” e a “metáfora do orçamento doméstico”. A primeira ideia sustenta que a austeridade gera confiança do mercado, resultando em crescimento econômico. Entretanto, críticos como Krugman (2015), Skidelsky e Fraccharoli (2017) mostram que essa conexão com países europeus é ilusória, pois ao se aplicar a austeridade, enfrenta-se um menor crescimento. A segunda ideia compara o orçamento público ao doméstico, argumentando que o governo não deve gastar mais do que ganha, ignorando que o governo pode influenciar sua receita através de decisões políticas (Krugman, 2015; Skidelsky; Fraccharoli, 2017).

A austeridade é associada aos interesses do capital em busca de lucratividade. Ela reduz pressões salariais, beneficia elites econômicas e abre espaço para cortes de impostos das empresas. A política de austeridade também diminui a qualidade dos serviços públicos, levando a uma maior procura por serviços privados, o que gera lucro para as empresas. A austeridade é um pilar do neoliberalismo e, embora desacreditada pela teoria econômica, persiste como uma forma de atender a interesses de classe (Rossi *et al.*, 2019, p. 7-9).

Vale lembrar que a aprovação da EC 95/2016 se deu via publicação no Diário Oficial da República, no dia 15 de dezembro de 2016, durante o governo do presidente Michel Temer (agosto de 2016 a janeiro de 2019), que passou a governar a partir de 31 de agosto de 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (janeiro de 2011 a agosto de 2016). Essa emenda impôs um teto de gastos e limitou ao aumento das despesas primárias da União aos

índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nessas condições, foi proposto um contingenciamento por um período de 20 anos, ou seja, até o ano de 2036, principalmente dos investimentos nas áreas sociais como educação e saúde, com início de implantação desses limites a partir do ano de 2018 (Agência Senado, 2022).

O governo Temer, com um viés declaradamente neoliberal, defendeu um discurso de que havia uma crise fiscal causada pela expansão dos setores da educação e da saúde, o que justificava a criação da EC 95/2016, ignorando a queda da receita que vinha crescendo desde 2014, dificultando a arrecadação pelo governo federal. Com isso, o governo Temer optou pela suspensão do projeto constituinte que buscava ampliar o acesso da população aos serviços de educação e saúde. Mariano (2017, p. 262) afirma que:

Além da suspensão do projeto constituinte de 1988, o novo regime fiscal revela uma clara opção por uma antidemocracia econômica, inviabilizando a expansão e até mesmo a própria manutenção de políticas públicas para reservar dinheiro público e garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública.

No Brasil, a austeridade desafia os direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988. A EC 95/2016 introduziu um novo regime fiscal que limita os gastos públicos, resultando em um congelamento real das despesas do governo. Isso afeta setores como saúde e educação, desconsiderando a demanda crescente e essencial por esses serviços. A EC 95/2016 retrocede em conquistas sociais e propõe um país com menos investimentos públicos, favorecendo a privatização da educação e outros serviços (Rossi *et al.*, 2019, p. 9-10).

As regras criadas pela EC 95/2016 ignoraram as taxas de crescimento econômico, bem como o crescimento demográfico da população brasileira nos próximos vinte exercícios financeiros, ou seja, 20 anos, o que certamente levará a um desinvestimento das políticas sociais, e afetará principalmente as áreas estratégicas como educação e saúde, dificultando a vida dos cidadãos mais vulneráveis economicamente, a maior parte da população brasileira, que dependem exclusivamente desses serviços públicos. Essa alteração está expressa, sobretudo, em “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, do artigo 106 ao 114 (Brasil, 2016b).

A EC 95/2016 representa um desafio para a materialização do direito à educação no Brasil, contrariando as metas do Plano Nacional de Educação. O limite de gastos públicos impede a expansão da oferta educacional e pode favorecer a privatização da educação, minando as conquistas obtidas ao longo do tempo. Essa restrição financeira prejudica o alcance das metas educacionais e reforça a influência de instituições privadas na formulação de políticas educacionais (Rossi *et al.*, 2019, p. 13).

Os efeitos dos cortes de gastos, impulsionados pela política de austeridade fiscal, já são perceptíveis desde 2015 no contexto educacional. A trajetória ascendente do orçamento destinado à educação foi interrompida, com reduções significativas nos investimentos. A EC 95/2016 estabelece um projeto de austeridade de longo prazo no Brasil, visando diminuir a proporção de gastos públicos em relação ao PIB, com previsões de queda nos gastos sociais até 2026.

Esse enfoque tem efeitos diretos no financiamento da educação, ameaçando o cumprimento das metas educacionais e o acesso a direitos fundamentais. Para avaliar o impacto e debater alternativas, é crucial um monitoramento constante dos efeitos dos cortes e um amplo debate público sobre a austeridade fiscal e sua influência nas políticas educacionais, visando fortalecer a educação pública como um agente de desenvolvimento.

O orçamento público brasileiro, em nosso regime democrático atual, passa por interesses de diversos setores dentro de uma arena de políticas públicas, em que imperam interesses diversos de um divergente num cenário de recursos bastante escassos, sendo que o orçamento público é uma resultante de dinâmicas que funcionam contraditoriamente. Também incorre nessas disputas do fundo público a vinculação constitucional orientada por questões legais que predeterminam as despesas.

Na Constituição Cidadã (CF/88), foi implementado um mecanismo de planejamento e acompanhamento de orçamento chamado de Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No caso do PPA, sua finalidade abrange uma estratégia de médio prazo que inicia no segundo ano do mandato corrente até o primeiro ano do próximo mandato (Brasil, 2023c), a LOA busca operacionalizar as metas do PPA, prevê despesas e fixa as despesas do governo para o ano seguinte, informando os valores a serem gastos e de onde virão os recursos (Câmara dos Deputados, 2023). A LDO estabelece referências de despesas do exercício financeiro seguinte, metas e prioridades do governo no PPA e as conclusões das ações da LOA (Senado Federal, 2023). Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), definiram-se as metas e os parâmetros a serem seguidos e os resultados fiscais a serem atingidos do gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) (Brasil, 2023b).

Com o novo governo do Presidente Lula (1º de janeiro de 2023 até o momento), foi proposto e aprovado um Novo Regime Fiscal que está sendo implementado, chamado Arcabouço Fiscal, que é um novo conjunto de regras e dispositivos constitucionais, e visa esclarecer para investidores, para sociedade em geral e para os organismos internacionais como o governo brasileiro vai equilibrar e manter o controle das contas públicas, além de esclarecer

sobre a orientação dos recursos de investimentos nos próximos anos. Tendo essas normas como balizadoras e fixando uma trajetória consistente para o resultado primário do Governo Central, as receitas deduzirão as despesas financeiras da dívida pública, sendo que nessa última estão os gastos com juros da dívida pública que consomem boa parte das receitas. Segundo a ONG Auditoria Cidadã da Dívida, os gastos com Juros e Amortizações da Dívida atingiram 46,30%, R\$ 1,879 Trilhão (Auditoria Cidadã da Dívida, 2023), ou seja, fazendo uma analogia para se buscar entender melhor, seria o equivalente à quase metade do que cada brasileiro produz. E essa despesa está relacionada com as taxas de juros, no caso a Selic, produzida no Brasil, que, por sua vez, está relacionada às taxas praticadas em outros países. Com isso, o novo regime fiscal, proposto pelo atual governo, busca eliminar o déficit primário já em 2024. A proposta desse novo regime prevê um superávit nas contas públicas em 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026 (Ministério da Fazenda, 2023). Com essa nova proposta, extinguiu-se a excessiva rigidez que vinha se tentando aplicar com a EC 95/2016.

Nas últimas cinco décadas, em especial na década de 1990, o Brasil passou por um período de forte inflação. À vista disso, alguns autores atribuem o controle da inflação ao Plano Real, e outros atribuem à globalização o fato de a inflação ter reduzido. De forma bem simplificada, o IBGE (2017) define que “inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação”. Para Barbosa (2023, s/p),

O Plano Real promoveu a abertura econômica e a liberalização comercial, incentivando a entrada de produtos importados e a competição no mercado interno. Essa abertura contribuiu para aumentar a oferta de bens e serviços, possibilitando a redução dos preços e o aumento do poder de compra da população. Os impactos da implantação do Plano Real na economia brasileira foram significativos. A inflação, que era um dos principais problemas do país, foi controlada e reduzida drasticamente.

Corroborando as observações de Barbosa (2023), uma parte dos parlamentares indica o seguinte, conforme o site da TV Câmara:

No início de 1994, a inflação estava em 40% ao mês, ou três mil por cento ao ano. Os preços subiam sem parar – gasolina, alimentos, prestações... A cada hora o cruzeiro valia menos em relação ao dólar. Era o caos da hiperinflação. O truque dos economistas foi criar em fevereiro uma espécie de dólar virtual, a URV, Unidade Real de Valor. A roda-viva dos preços continuava correndo o cruzeiro, mas não atingia a URV. Em julho, a URV perdeu as letras U e V, permanecendo o R, de real. A nova moeda nascia sem a doença da hiperinflação (Câmara dos Deputados, 2014).

Já para Lauris (2009, p. 14):

Esse ambiente de alta volatilidade induziria um prêmio de risco no mercado de capitais encarecendo as linhas de crédito externas, normalmente mais baratas que as domésticas em países emergentes. Assim, maior abertura comercial e financeira potencializaria os impactos adversos de uma inflação volátil.

Nesse sentido, para Lauris (2009), a facilitação de acesso aos produtos e a créditos financeiros de outros países favoreceu a redução e o controle da inflação. Nesse trabalho, Lauris (2009) faz, sob uma perspectiva mais macro, uma observação de que fatores externos colaboraram para a redução da inflação que, conforme vimos, é o aumento de preços de produtos e serviços, que pode ser causado por instabilidade econômica, pela política monetária e fiscal, por conflitos internacionais ou guerras, pandemias, doenças, desastres naturais ou ambientais, entre outras causas.

Com essa desorganização na economia mundial, e a partir de uma retomada do crescimento econômico mundial, emerge uma maior cultura de transações comerciais, provocando uma deflação nos países desenvolvidos puxados pelos Estados Unidos, marcando o fim da inflação provocada na década de 70 pelas crises relacionadas à escassez de petróleo e, no caso do Brasil, a redução da inflação começa a ocorrer a partir da década de 90 (Lauris, 2009).

Nas sociedades mais democráticas e justas, cada vez mais, busca-se uma *accountability* que, a grosso modo, é um princípio que busca garantir que as pessoas e as organizações sejam mais responsáveis e possam atender à vontade dos representados (Miguel, 2010), assim, com essas responsabilidades, fomenta-se a busca por medidas para corrigir demandas da sociedade.

Essas inúmeras crises levaram a processos históricos de investimentos e desinvestimentos que provocaram, em agosto de 2016, a queda do governo de Dilma Rousseff, marcando o fim de um legado de investimentos na RFEPCCT e impactando, a partir de 2016, com a EC 95/2016, no financiamento da educação e no cumprimento das metas do PNE e, conseqüentemente, na expansão da oferta do ensino técnico e tecnológico. Portanto, o cenário do financiamento da educação no Brasil é de contingenciamento de recursos e, a partir desta constatação, na sessão seguinte, analisaremos o processo e as fontes de financiamento dos Institutos Federais, tomando o IFMS como objeto, para compreendermos se esse contexto se apresenta também neste tipo de instituição escolar.

2.2 Processo e fontes de financiamento da Rede de Institutos Federais e do IFMS

O financiamento diz respeito à disponibilização de recursos financeiros para a materialização das políticas públicas em todas as áreas, incluindo a educação. A compreensão da estrutura orçamentária e a busca por uma distribuição eficaz de recursos, capaz de atender às necessidades da sociedade, são temas essenciais na gestão pública, especialmente no contexto das instituições de ensino. Estas, muitas vezes, são percebidas como alheias a essas práticas, porém, essa percepção requer revisão. Assim, abordaremos a importância de entender a alocação de recursos em instituições educacionais, os principais processos, as fontes de financiamento da Rede de EPCT e do IFMS e seu papel fundamental na gestão pública dos recursos.

O orçamento da Rede de EPCT é regido pela Matriz do Conselho Nacional das Instituições (CONI) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esse conselho promove o debate e a defesa da educação pública, gratuita e de excelência (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2023). A Matriz de distribuição de recursos parte de um modelo matemático desenvolvido em colaboração com o MEC, no entanto, observa-se que o modelo atual não atende integralmente ao Decreto nº 7.313/2010, que estabelece critérios para as propostas orçamentárias anuais (Ferreira Menezes *et al.*, 2021).

O orçamento desempenha um papel crucial como ferramenta de planejamento, controle financeiro e tomada de decisões na gestão pública. É por meio dele que os gestores demonstram seus planos e programas dentro de um período determinado (Xerez, 2013, p. 2). O orçamento engloba a previsão de receitas e a definição de despesas, sendo a alocação eficiente de recursos um fator essencial para o êxito do planejamento e do desenvolvimento empreendido (Conselho Nacional do Ministério Público, 2020, p. 9).

No contexto brasileiro, a história do orçamento público é marcada por transformações significativas, sobretudo nas últimas décadas (Xerez, 2013, p. 5). Esse percurso passou por três grandes momentos de mudança, conforme destacado por Barcelos e Calmon (2014). O primeiro marco foi a Lei n. 4.320, de 1964, que instituiu princípios orçamentários ainda vigentes e estabeleceu um modelo de orçamentação focado na padronização e controle das despesas públicas. O segundo momento foi a Portaria Seplan/PR2 nº 9, de 1974, que introduziu a classificação funcional-programática, ressaltando a importância do planejamento governamental. Por fim, a Reforma Gerencial do Orçamento, iniciada nos anos 1990, modernizou o planejamento e a programação orçamentária, culminando na Lei de

Responsabilidade Fiscal no ano de 2000 (Lei Complementar nº 101/2000) (Barcelos e Calmon, 2014, p. 160–161).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, importantes inovações foram inseridas ao orçamento público brasileiro, entre elas, houve a inserção de mecanismos de planejamento, tais como: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Xerez, 2013, p. 10). Esses mecanismos estabelecem diretrizes, metas e prioridades, buscando estabelecer uma conexão mais estreita entre planejamento e orçamento. Com isso, eles colaboram para a transparência das informações e permitem uma maior participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização das contas públicas. Paralelamente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000) surgiu como uma regulamentação fundamental para a gestão responsável pelos recursos públicos, instituindo metas e limites para o gerenciamento das receitas e despesas (Xerez, 2013, p. 6-7).

Os Institutos Federais, objeto deste estudo, são financiados com recursos do Fundo Público Federal (FPF), abastecidos a partir de taxas, contribuições e impostos provenientes de pagamentos feitos pela população brasileira. Essas instituições têm que competir por financiamento em um amplo cenário envolvendo diversos atores públicos e privados. Os recursos do FPF também financiam outras áreas governamentais, como saúde, assistência social e subsídios a empresas. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) recebem recursos obrigatórios, definidos por lei, mas também buscam recursos próprios por meio de serviços, projetos e cooperação. A autonomia financeira é vital para as políticas educacionais das IFES. Desde a Constituição de 1988, a garantia de financiamento público para a educação tem sido reestruturada, e as IFES têm buscado alternativas para complementar seus orçamentos, como geração de receitas próprias. O financiamento público é vital para a manutenção e para o desenvolvimento das IFES, e os desafios incluem a falta de patrimônio e fundos para sustentar as instituições. A política macroeconômica também afeta os recursos, influenciando custos e investimentos (Santos, 2013, p. 20-22).

Existem também recursos específicos provenientes de um fundo denominado Fundo Especial, instituído pela Lei nº 4.320/64, que instrui que “só poderão ser aplicados na área especificada da lei que o instituiu”, assim se tem uma lei que cria uma determinada despesa e determina o procedimento de utilização dos recursos (Enap, 2024).

O financiamento público da educação superior, bem como dos Institutos Federais, é crucial para o desenvolvimento e para a qualidade das instituições. O papel do Estado nesse financiamento é essencial para garantir a eficácia, a relevância e o equilíbrio das missões

educacionais e sociais. No contexto das instituições federais, a questão do financiamento se concentra na busca por recursos suficientes para a manutenção e para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme exigido por lei. Diferentes mecanismos de financiamento, como incremental, por fórmulas e contratuais, são utilizados pelos estados (Santos, 2013).

No entanto, encontrar o modelo ideal é complexo. As IFES têm seus orçamentos estabelecidos por uma combinação de financiamento incremental e fórmulas, com base em variáveis como número de docentes e alunos. A distribuição de recursos entre as instituições é um desafio, buscando equilíbrio entre missões e características diversas. Os recursos podem ser próprios (gerados por serviços e convênios) ou do tesouro nacional (oriundos de impostos). A redução crônica de recursos federais nas instituições de ensino superior tem impactado seu desenvolvimento e intervenção na realidade do país, ressaltando a importância do financiamento para a soberania nacional (Santos, 2013, p. 26-27).

Os recursos do Tesouro destinados às IFES refletem uma combinação de fatores macroeconômicos e políticas públicas. A literatura destaca a insuficiência desses recursos, especialmente para despesas de pessoal. Questões como a valorização da carreira docente e a expansão das vagas no contexto de ajuste fiscal dos anos 1990 geraram incoerências. A autonomia financeira das IFES é debatida, questiona-se sua capacidade de gerar recursos próprios em substituição aos do Estado. Santos (2013) esclarece que a contenção orçamentária afetou diversos aspectos da vida acadêmica e levou as IFES a buscar fontes alternativas de recursos para sobreviver e manter suas atividades. A reforma da educação superior visa refinar, transformar e regular as IFES para enfrentar esses desafios (Santos, 2013, p. 28-29).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) prediz no artigo 212 que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 1988, p. 120).

A responsabilidade pela educação, segundo as regras da Constituição, não é apenas do governo, mas também da sociedade, em seu parágrafo quinto do artigo 212 também é mencionado que “a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas na forma da lei” (Brasil, 1988, p. 120).

No que tange à responsabilidade do Estado, a LDB prevê em seu nono artigo que “a União incumbir-se-á de: [...] II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições

oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios [...]” (Brasil, 1996, p. 6). Já quanto aos estabelecimentos de ensino, a LDB também afirma, em seu artigo doze, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros” (Brasil, 1996, p. 6). Portanto, a legislação vigente prediz a responsabilidade do Governo Federal ante o financiamento das instituições por ele mantidas, por sua vez, a administração do pessoal e recursos é de cada uma das instituições.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi aprovado por meio da Lei 13.005/2014, trazendo 20 metas que foram apresentadas à sociedade após debates das Conferências Nacionais de Educação (CONAE), que ocorreu em 2014, e trouxe a temática “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, esse CONAE foi convocado pela Portaria n. 1.410 (Brasil, 2012).

O PNE 2014-2024 resgata algumas das principais premissas previstas na CF/88 e na LDB que ainda não foram atingidas e carecem de esforços para serem atendidas, a saber:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014, p. 1).

Princípios que se traduziram em vinte metas, das quais podemos destacar a meta 11 que se refere à Educação Profissional Técnica (EPT). Nessa meta, pretende-se triplicar as matrículas ofertadas na educação profissional técnica de nível médio, procurando garantir uma qualidade de ensino e expandir as ofertas de vagas em 50% (cinquenta por cento) no setor público. Essa busca pelo aumento da quantidade de vagas em EPT de nível médio na rede pública, permitindo o acesso, sobretudo pelos filhos da classe trabalhadora, colabora para a redução das desigualdades sociais no Brasil.

Por sua vez, a Meta 20 do PNE se refere diretamente ao Financiamento da Educação e prevê a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do país no 5º (quinto) ano de

vigência da Lei, ou seja, até o ano de 2018, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, portanto, até 2024 (DIRED, 2015, p.335-338).

Embora o PNE preveja a ampliação dos recursos financeiros para a educação e, especificamente, para a EPT, a política de austeridade fiscal adotada no país desde 2016 e a implementação da EC 95/2016 dificultam o avanço nas metas. Portanto, a educação, nesses últimos anos, foi obrigada a adequar o financiamento existente aos cortes crescentes, e uma pergunta bastante recorrente e que precisamos responder é: quais seriam os recursos suficientes para a manutenção e para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior, incluindo os Institutos Federais?

Para responder a essa pergunta, voltamos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 55, que afirma: “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (Brasil, 1996, p. 24). Segundo a LDB, são considerados “manutenção e desenvolvimento da educação”, previstos no artigo 70:

[...] I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo; VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. IX - realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura (Brasil, 1996, p. 29).

No que tange aos recursos financeiros destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), são determinados a partir dos valores estabelecidos num determinado ano e se baseiam nos recursos percebidos no ano anterior, alocado o volume de recursos que é estabelecido pelo Governo Federal e aprovado pelo Congresso Nacional sem nenhuma consulta à comunidade acadêmica sobre as reais necessidades das instituições.

Os recursos que compõem o Fundo Público Federal (FPF) e financiam as atividades das IFES são arrecadados e divididos e são chamados de recursos próprios; já os recursos provenientes de convênios e contratos com organismos públicos e/ou privados e recursos

vindos de outras fontes, como impostos, taxas, contribuições, são chamados de recursos do Tesouro Nacional.

Assim como nas demais IFES, os resultados contábeis do IFMS são elaborados de acordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto de Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000, além de envolver as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O “caixa” e “equivalentes de caixa” são os valores apresentados na conta que são relativos aos saldos constantes na “conta única”, originária do Tesouro Nacional, que é mantida no Banco Central do Brasil e é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros geridos pelo IFMS, assim como ocorrem nos demais órgãos e entidades da Administração Pública (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022g, p. 94).

Além disso, o IFMS pode receber recursos provenientes do grupo de contas “Exploração e venda de bens, direitos e serviços” que, atualmente, abrange: recebimentos de locações dos espaços reservados às cantinas dos *campi* do IFMS; valores recebidos provenientes a vendas de produtos derivados de origem animal e produtos agrícolas realizadas pelos *campi* Nova Andradina e Ponta Porã; prestação de serviços administrativos realizado pelos *campi* do IFMS; e arrecadação de taxas oriundas de inscrição em concursos públicos pela Unidade Gestora da Reitoria (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022g, p. 98).

As Demonstrações Contábeis (CDs) são elaboradas a partir das informações inseridas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e andam em consonância com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Sendo assim, as CDs são compostas por: “I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF); e V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022g, p. 94).

O Balanço Patrimonial (BP) é composto pelos “ativos” que se dividem em: “ativo circulante” e “ativo não circulante”; e pelos “passivos” que se dividem em: “passivo circulante” e “passivo não circulante”, em que a dedução dos valores do ativo pelo passivo forma o “patrimônio líquido”.

Na Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 105, regulamenta o Balanço Patrimonial em:

I - O Ativo Financeiro; II - O Ativo Permanente; III - O Passivo Financeiro;
IV - O Passivo Permanente; V - O Saldo Patrimonial; VI - As Contas de

Compensação. § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos independentemente de autorização orçamentária. § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio (Brasil, 1964, p. 14).

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é criada a partir das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). As VPDs ocorrem quando for provável que os decréscimos nos benefícios econômicos para o órgão, implicando na dedução dos recursos, diminuam os ativos ou assumam os passivos, observando o regime de competência. Nessas variações também existe exceção que se refere às transferências concedidas, estando de acordo com o regime de caixa, o que é permitido em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No que se refere ao DVP, também existem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) do PCASP. As VPAs têm a finalidade de demonstrar as variações aumentativas que ocorrem no patrimônio da instituição, observando a lógica do regime de competência.

A DVP está regulamentada pela Lei nº 4.320/1.964, em seu artigo 104, que afirma: “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício” (Brasil, 1964, p. 14). O Balanço Orçamentário (BO) é o resultado obtido por meio do confronto entre as receitas e as despesas empenhadas no orçamento. Nesse resultado, pode-se obter superávit ou déficit. O BO está regulamentado pela Lei nº 4.320/1.964, em seu artigo 102, que traz a seguinte redação: “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (Brasil, 1964, p. 14).

No Balanço Financeiro (BF), encontra-se o resultado financeiro que é obtido a partir da dedução entre as entradas ou ingressos e as saídas ou dispêndios, sendo valores orçamentário e extraorçamentários que ocorreram no ano do exercício do orçamento. O BF está orientado na Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 103, que informa que:

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária (Brasil, 1964, p. 14).

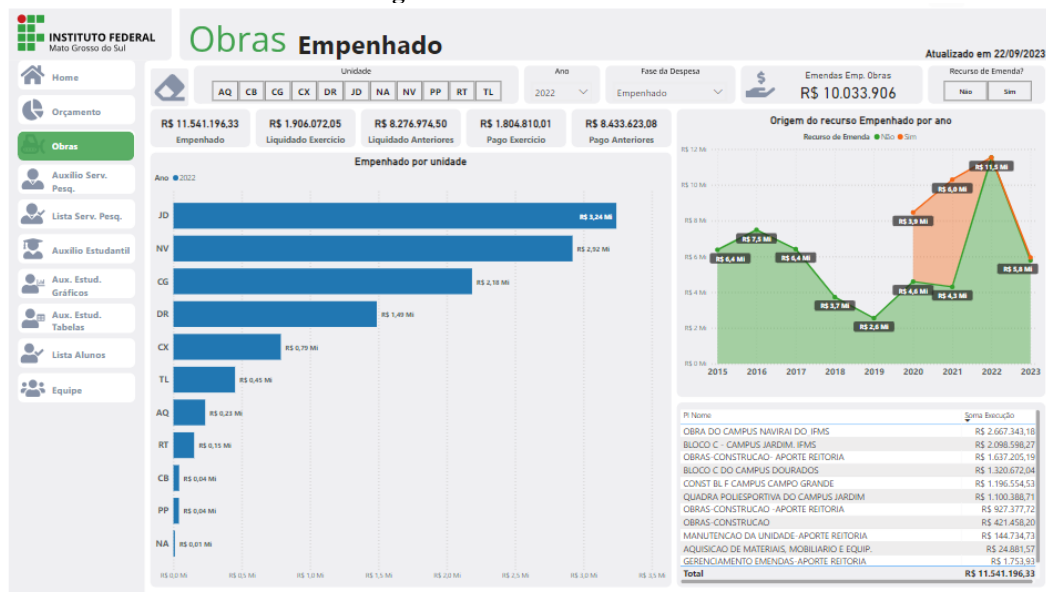
A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) procura contribuir para a transparência na gestão pública, buscando um eficiente gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Dessa forma, busca-se projetar cenários de fluxos futuros de caixa, elaborar análise e prospectar modificações no que tange à capacidade de manutenção do monitoramento do financiamento dos serviços públicos (Brasil, 2010a, p. 38).

A manutenção efetiva das IFES é entendida como os recursos de Outras Despesas Correntes, deduzido os benefícios, alguns chamados de salários indiretos, objetivando amenizar a falta de reajustes salariais lineares, como auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, assistência médica e odontológica, etc.

O IFMS, desde o ano de 2020, possui uma ferramenta que se chama “IFMS em Números”, que é um painel que permite ao cidadão e à comunidade acadêmica em geral acompanhar o orçamento institucional diariamente. Esse painel está disponível na internet e possui gráficos que facilitam a compreensão do cidadão. A atualização desse painel é realizada a partir de extrações de informações do Tesouro Gerencial (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023b). Dessa forma, essa política está alinhada ao princípio da transparência na administração e ao empenho de recursos públicos e é a partir dele que extraímos parte significativa dos indicadores que apresentaremos e discutiremos no capítulo seguinte.

A Figura 2 exibe a imagem do painel “IFMS em números”.

Figura 2 - IFMS em números



Fonte: Painel IFMS em números. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/ifms-em-numeros>. Acesso em: 22 ago. 2023.

A Figura 2 acima demonstra, além de outras informações, que foram empenhados R\$

11.541.196,33 para investimentos apenas em obras no IFMS no exercício de 2022.

A Tabela 3, que será demonstrada logo abaixo, foi elaborada a partir de informações retiradas da Plataforma Nilo Peçanha e retrata a evolução de 2017 a 2022 dos valores de custeio no IFMS. Na primeira coluna, é informado o ano de exercício e, na segunda coluna, os gastos totais, nos quais estão incluídos os gastos com pessoal, encargos sociais, investimentos, ou seja, o custeio em geral. A terceira coluna informa os Investimentos e Inversões, em que os investimentos são os valores disponibilizados para o planejamento e para a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, além de programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital (Cegesp, 2023). Já as inversões financeiras fazem parte do Grupo de Natureza de Despesa (GND 5), que é destinado à aquisição de imóveis ou bens de capital que estão em utilização, à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie já constituídas, desde que a operação não importe aumento do capital, e à constituição ou ao aumento do capital, além de outras despesas (Brasil, 2023f). Na quarta coluna, os Outros Custeios são valores que não se enquadram nas outras despesas, mas podem variar de acordo com a produção da instituição. Na quinta coluna, temos os Gastos de pessoal que abrange as despesas com servidores ativos, aposentados e pensionistas (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022g, p. 68).

Tabela 3 - Valores de Custeio no IFMS de 2017 a 2022

Ano	Gastos Totais	Investimentos e Inversões	Outros Custeios	Gastos de Pessoal
2017	R\$ 175.679.318,51	R\$ 6.582.482,82	R\$ 25.559.065,25	R\$ 134.528.137,85
2018	R\$ 184.925.765,59	R\$ 4.944.232,22	R\$ 33.988.827,61	R\$ 144.391.125,28
2019	R\$ 213.039.622,07	R\$ 13.577.259,32	R\$ 29.577.009,60	R\$ 169.885.353,15
2020	R\$ 215.553.824,33	R\$ 10.433.650,21	R\$ 24.474.795,99	R\$ 180.645.378,13
2021	R\$ 218.627.435,75	R\$ 6.495.984,67	R\$ 21.252.603,50	R\$ 190.879.722,34
2022	R\$ 243.657.606,48	R\$ 19.504.994,51	R\$ 28.583.754,67	R\$ 195.574.537,56

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Plataforma Nilo Peçanha (2023).

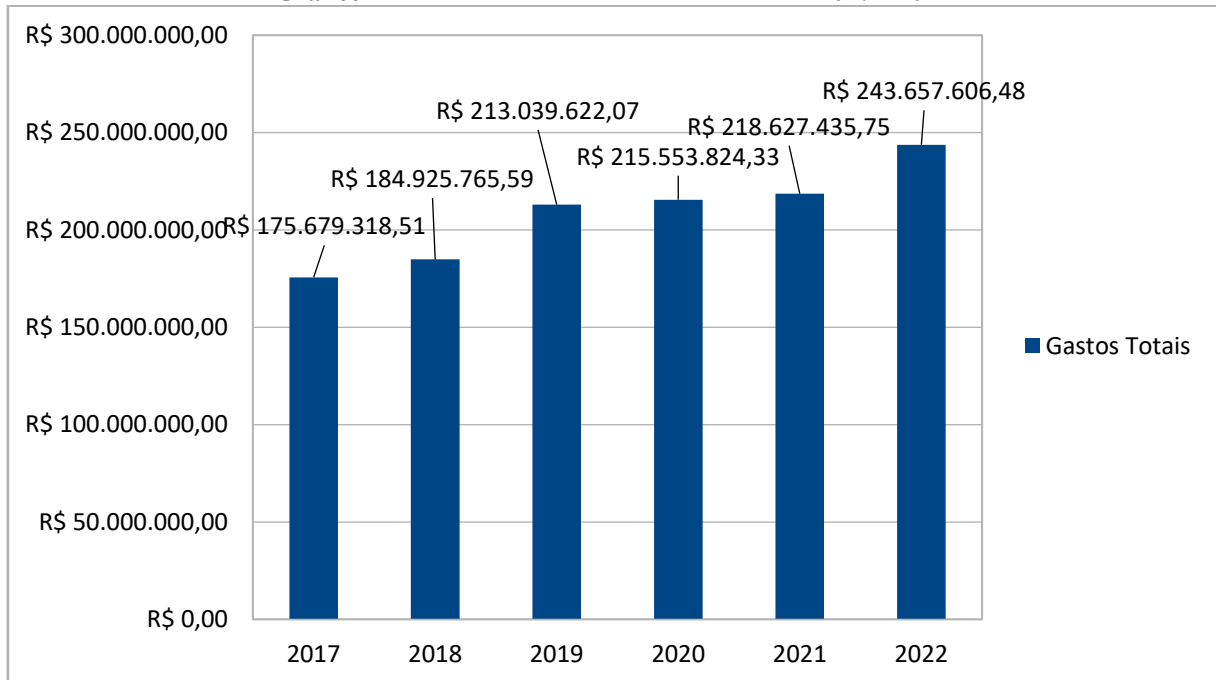
No Gráfico 2, gerado a partir de informações da Tabela 3, observa-se que os valores de custeio total no IFMS foram crescentes de 2017 até 2022, demonstrando que, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, não ocorreu corte no total de recursos investido no IFMS.

Os “Investimentos e Inversões” e “Outros Custeios” são valores não obrigatórios e podendo ser contingenciados diferentemente de “Gastos de Pessoal” que são valores obrigatórios e, considerando que os *campi* ainda se encontram em expansão desde infraestrutura até pessoal, esses valores de “Gastos de pessoal” são crescentes, bem como os valores de

“Investimentos e Inversões” e “Outros Custeios” em consequência das obras que são desenvolvidas em etapas (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2022f).

Ao comparar a realidade dos Institutos Federais com outros organismos, como é o caso do Colégio Militar de São Paulo, percebe-se que há uma grande disparidade. O Colégio Militar de São Paulo encontra-se em construção e, segundo previsões, contará com uma área de 82.500 m² e terá capacidade para atender 1.000 estudantes, virá equipado com um complexo esportivo com campo de futebol, pista de atletismo, ginásio de esportes e parque aquático (Exército Brasileiro, 2022). Segundo a imprensa, os valores das obras do Colégio Militar de São Paulo poderão chegar a cerca de 300 milhões (Resende; Tomazelli, 2022), o que é muito diferente da realidade do IFMS que, muitas vezes, inicia suas atividades em prédios alugados ou cedidos e que não oferecem a infraestrutura adequada, o que nos permite afirmar que, mesmo com um orçamento crescente desde 2017, se comparado ao caso do Colégio Militar de São Paulo, podemos dizer que há precarização no financiamento do IFMS. Os indicadores apresentados a seguir comprovam nossa afirmação, visto que, embora ascendente, o incremento nos recursos não acompanha a elevação do custeio e a necessidade de reajustes salariais dos funcionários.

Gráfico 2 - Valores dos Gastos Totais no IFMS de 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações retiradas Plataforma Nilo Peçanha (2023).

Os indicadores evidenciam que houve um acréscimo de 5,26% de investimentos no ano de 2018 em relação ao ano de 2017. No ano de 2019, houve um acréscimo de 15,20%, sendo o maior investimento nesse intervalo de anos. No ano de 2020, houve o menor acréscimo nessa

série histórica (1,18%). No ano de 2021, o crescimento foi de 1,43%. Por fim, no ano de 2022, o crescimento dos investimentos foi de 11,45%. Excetuando os anos de 2019 e 2022, com acréscimos de mais de 10% de um ano a outro, nos demais anos, esses valores ficaram longe de acompanhar o IPCA- índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o que na prática significa diminuição no potencial de investimento.

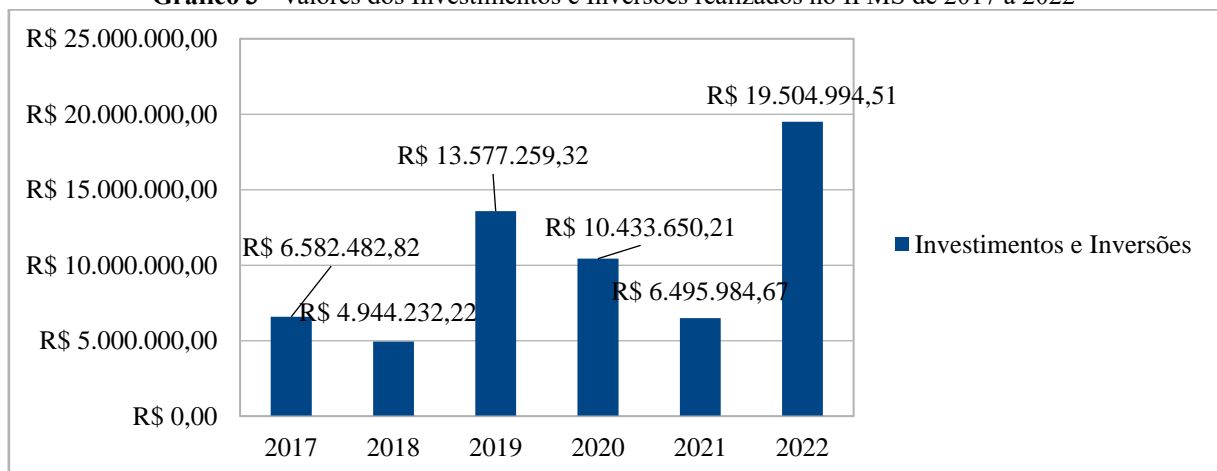
Tabela 4 - Valores de Gastos Totais no IFMS de 2017 a 2022-Comparativo em relação ao IPCA

Ano	Gastos Totais-PNP	IPCA Acumulado ano ⁴	Varição nos gastos Percentual
2017	R\$ 175.679.318,51	2,95 %	
2018	R\$ 184.925.765,59	3,75 %	5,26%
2019	R\$ 213.039.622,07	4,31 %	15,20%
2020	R\$ 215.553.824,33	4,52 %	1,18%
2021	R\$ 218.627.435,75	10,06 %	1,43%
2022	R\$ 243.657.606,48	5,79%	11,45%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

A seguir, o Gráfico 3, retirado da Tabela 3, permite uma melhor visualização em gráfico de colunas dos Investimentos e Inversões do IFMS:

Gráfico 3 - Valores dos Investimentos e Inversões realizados no IFMS de 2017 a 2022



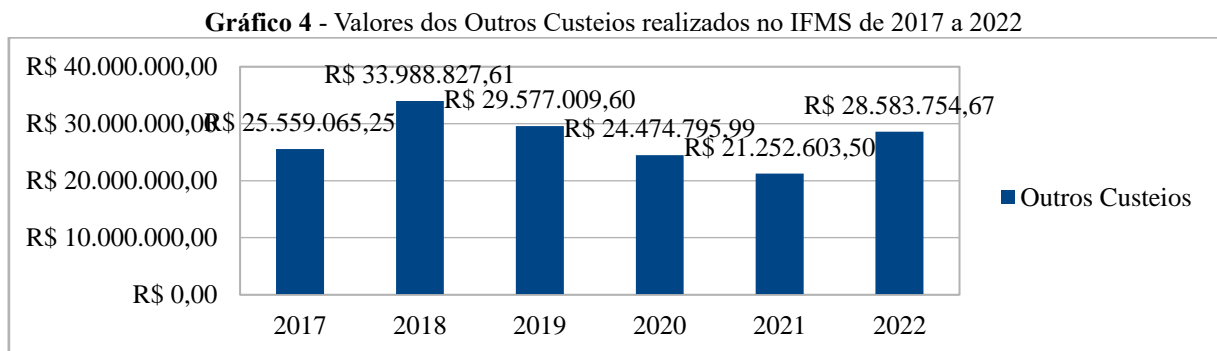
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações retiradas Plataforma Nilo Peçanha (2023).

O Gráfico 3 retrata a evolução de 2017 a 2022 e, dessa forma, é possível observar que, do ano de 2017 para o ano de 2018, há um decréscimo de 24,89% de Investimentos e Inversões. No ano seguinte (2019), há um acréscimo nos investimentos de 174,61% em relação ao ano de 2018. E no ano de 2020, observa-se novamente um contingenciamento e que os valores de Investimentos e Inversões são reduzidos em 23,15%. No ano de 2021, novamente, observa-se outra redução dos valores de Investimentos e Inversões em 37,74%, mas no ano de 2022 há

⁴ O IPCA acumulado foi calculado com bases nos meses de janeiro a dezembro de cada ano com uso da Calculadora do Cidadão do Banco Central, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao>

uma recuperação dos valores de Investimentos e Inversões e é acrescentado 200,26% em relação ao ano de 2021. Esses números mostram que o incremento de recursos não é constante, sofrendo grandes variações, o que na área da educação pode representar a descontinuidade em cursos, financiamento de projetos de pesquisa e extensão; redução na disponibilidade de recursos para a permanência estudantil e tantas outras frentes que são essenciais para o funcionamento destas instituições.

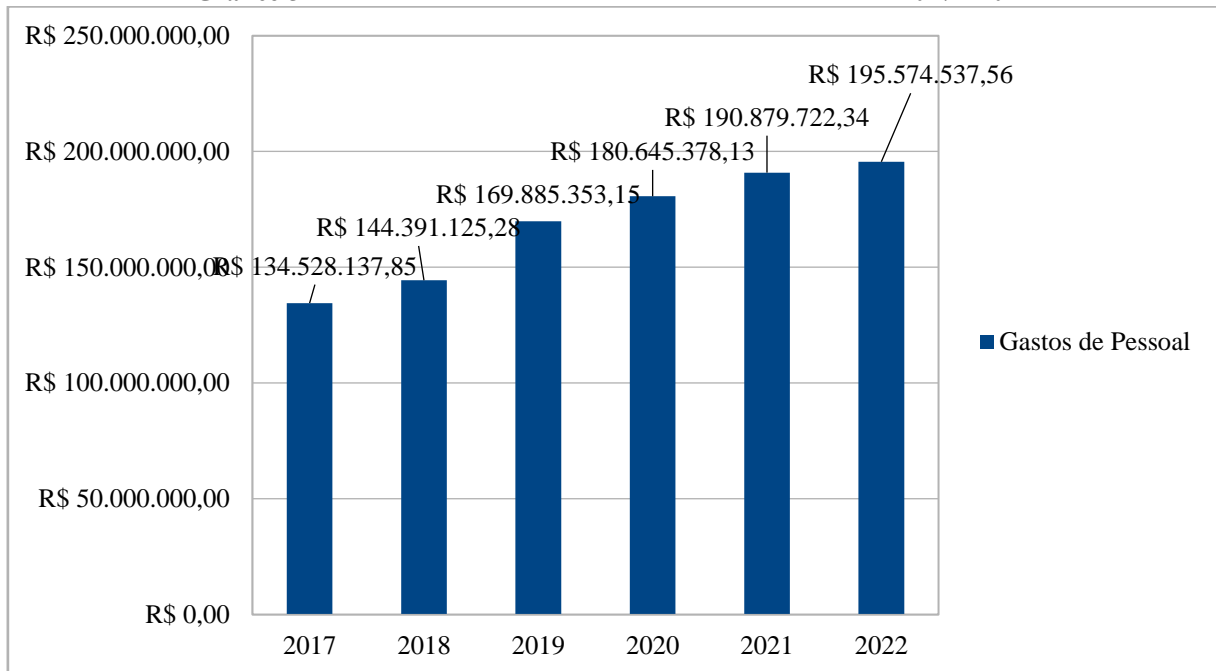
O Gráfico 4 permite a visualização dos chamados “Outros Custeios”, no período de 2017 a 2022, ou seja, valores variáveis que não se enquadram nas outras modalidades de despesas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações retiradas da Plataforma Nilo Peçanha.

Assim como os dados anteriores, é possível observar grande variação na disponibilidade de recursos, visto que, no ano de 2018, ocorreu um acréscimo de 32,98% nos valores da despesa denominada “Outros Custeios”. No ano seguinte, em 2019, houve um decréscimo de 12,98% em relação ao ano de 2018. No ano de 2020, observa-se novamente uma redução nessa modalidade de gasto em 17,25%. No ano de 2021, novamente, observa-se outra redução dos valores em 13,17%, mas do ano de 2022 há uma recuperação dos valores de Outros Custeios e é acrescentado 34,50% em relação ao ano de 2021.

O Gráfico 5, a seguir, retrata uma visualização no período de 2017 a 2022 de Gastos de Pessoal, ou seja, valores que abrangem os gastos ou despesas com servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Gráfico 5 - Valores dos Gastos de Pessoal realizados no IFMS de 2017 a 2022

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações retiradas Plataforma Nilo Peçanha.

No Gráfico 5, estão dispostos os valores de Gastos de Pessoal de 2017 a 2022, importante esclarecermos que os gastos com pessoal não se resumem apenas aos salários, mas incluem pagamentos de encargos trabalhistas e sociais, custos com qualificação profissional, substituição de funcionários afastados por motivos diversos e outras custas que garantem a manutenção do quadro de pessoal.

Dessa forma, observar-se que, no ano de 2018, há um crescimento de 7,33% na despesa Gastos de Pessoal. No ano de 2019, houve o maior aumento percentual de investimentos em Gastos de Pessoal nesse intervalo de anos, aumentando em 17,66% se comparado ao ano de 2018. Em 2020, observa-se um aumento percentual de 6,33%. No ano de 2021, houve, novamente, outro aumento percentual, em relação a 2020, de 5,67%. Em 2022, teve um tímido percentual de crescimento em relação ao ano anterior, com um aumento de 2,46%.

Assim, ao olharmos para os indicadores dos grupos de investimentos segmentados em: “Gastos Totais, Investimentos e Inversões, Outros Custeios e Gastos de Pessoal”, demonstrando os investimentos no IFMS no período de 2017 a 2022, percebemos que um primeiro olhar menos atento poderia indicar que o IFMS não foi atingido pelos cortes de gastos recorrentes na educação brasileira desde a promulgação da EC 95/2016, visto que o montante total investido não diminuiu. Entretanto, ficou evidente que o incremento de recursos é bastante frágil, visto que, na maioria dos anos (com exceção de 2019 e 2022) não chegou a 2%, não atingindo sequer o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que, em 2024, chegou a 3,8%, e

que é referência para a evolução dos gastos públicos a partir da EC 95/2016. Ou seja, mesmo não tendo diminuição no montante total investido, o IFMS tem passado por contingenciamento de recursos.

A expansão dessas instituições, notáveis por sua oferta de educação técnica e profissionalizante, traz consigo uma necessidade incontestável de recursos adequados para manter e aprimorar a qualidade da educação fornecida. No entanto, a própria restrição financeira imposta pela Emenda Constitucional 95/2016, também conhecida como “Teto dos Gastos Públicos”, configura um desafio significativo para o financiamento das atividades educacionais, incluindo a educação pelos Institutos Federais (Agência Senado, 2022).

A expansão do número de Institutos Federais exigiu alocar recursos não somente para a criação de novos *campi*, mas também para estruturas físicas, laboratórios, quadras poliesportivas, bibliotecas, espaço de inovação tecnológica, entre outras infraestruturas. Entretanto, a garantia de investimentos adequados pode afetar diretamente a capacidade dessas instituições em garantir uma educação de qualidade. Magalhães e Castioni (2019, p. 734-736), em estudo sobre educação profissional no Brasil, enfatizam que, apesar da notável expansão da rede de Institutos Federais, a instituição esteve mais voltada para a emulação do modelo universitário na geração de conhecimento intelectual do que para o aprimoramento do progresso socioeconômico baseado em recursos econômicos.

O desafio financeiro também se entrelaça de forma intrínseca com a busca incessante por qualidade educacional nos Institutos Federais. Essas instituições se destacam por fornecer formação técnica e profissional de excelência, mas a restrição orçamentária pode dificultar a atualização constante dos currículos, a aquisição de tecnologia de ponta e o incentivo à pesquisa e à inovação. Tais elementos são cruciais para manter a pertinência dos cursos ofertados e atender às demandas dinâmicas do mercado de trabalho.

Assim, visando compreender na prática como o contingenciamento de recursos têm afetado estas instituições, no capítulo seguinte, e último deste estudo, detalharemos e analisaremos as atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do IFMS.

3. INTERFERÊNCIAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS CORUMBÁ DO IFMS

Os indicadores apresentados e as discussões realizadas até aqui evidenciaram que a realidade do financiamento do IFMS e do *Campus* Corumbá, nosso objeto de estudo, parece contrariar a lógica de austeridade nos recursos públicos, uma vez que, se olharmos apenas para o montante total investido, sem a devida contextualização, pudemos observar que não sofreu cortes tão relevantes, entretanto seria uma leitura equivocada, uma vez que o incremento de recursos na maioria dos anos analisados não acompanhou sequer o avanço do IPCA acumulado, o que, na prática, acarreta diminuição no potencial de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidos pela instituição.

Para compreendermos isso de modo mais qualitativo, faz-se necessário olharmos para a demanda e o alcance do atendimento do Campus nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a existência de políticas de auxílio discente, que impactam diretamente na permanência dos estudantes. Além disso, temos que considerar a inflação no período.

Deste modo, iniciaremos discutindo o papel do ensino, da pesquisa e da extensão na formação dos estudantes do ensino técnico e tecnológico, sobretudo nos Institutos Federais. Em seguida, faremos a exposição e a discussão dos indicadores de matrícula, ensino, disponibilidade de pessoal e auxílios aos discentes. Na sequência, faremos a análise dos indicadores de extensão e, por fim, os referentes à pesquisa.

3.1 Ensino, pesquisa e extensão como instâncias formativas nos cursos técnicos e tecnológicos

Na educação profissional, assim como nas universidades, deve-se combinar ensino, pesquisa e extensão, tornando a educação uma atividade reflexiva e problematizadora do futuro profissional. A indissociabilidade entre esses três eixos deve ser vista não apenas como um meio de consolidar um projeto de educação específico, mas também como um princípio político, filosófico, pedagógico e metodológico nas instituições de ensino. Afirmam Ristoff e Sevegnani (2006, p. 88):

A pesquisa e a extensão indissociadas da docência necessitam interrogar o que se encontra fora do ângulo imediato de visão. Não se trata de pensar na extensão como diluição de ações, para uso externo, daquilo que a universidade produzir de bom. O conhecimento científico gerado pela universidade não é para mera divulgação, mas é para a melhoria de sua capacidade de decisão.

Portanto, para garantir essa indissociabilidade, é preciso estabelecer um diálogo entre

ensino, pesquisa e extensão, associando-o ao desenvolvimento da aprendizagem do estudante e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Gonçalves (2015, p. 7) reforça essa visão ao afirmar que:

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que propugne uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais.

Destarte, é importante salientar que:

Uma vez que, ao pesquisar, alimento o ensino e a extensão; ao ensinar, posso estimular a pesquisa e a extensão; e ao praticar a extensão posso instrumentalizar a pertinência do ensino e a relevância e o direcionamento da pesquisa (Lorenzet; Andreolla, 2020, p. 12).

Assim, discutir a relação entre ensino, pesquisa e extensão na formação nos cursos técnicos e tecnológicos nos IFs é essencial para a construção de um processo educacional integral e inovador, que atenda às demandas sociais e que prepare os alunos para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade. De acordo com Mazzilli (1995, p. 150), as instituições de ensino têm o papel social de difundir e gerar o conhecimento através da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para:

Gerar um novo movimento no processo de produção e de socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, do conhecimento historicamente produzido pela humanidade), da pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas) (Mazzilli; Schender; Silva, 2010, p. 4).

Essa tríade serve como base da Educação Técnica e Tecnológica que proporciona aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos necessários para a atuação profissional. Nesse sentido, estamos num processo de construção de uma política de formação, na qual não se pode dissociar os processos de ensino, pesquisa e extensão, de modo a construir um processo político, filosófico, pedagógico e metodológico nas instituições de ensino. Combinar teoria e prática é fundamental, pois permite que os alunos aperfeiçoem habilidades técnicas específicas para a sua área de formação, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades gerais, como o pensamento crítico e a resolução de problemas.

O ensino técnico e tecnológico deve ser voltado tanto para a transmissão de conhecimentos práticos quanto para a formação integral dos alunos, capacitando-os a lidar com os desafios da sociedade e do mundo do trabalho e da sociedade. Segundo Saviani (2008, p. 123):

Não se trata apenas de proporcionar aos alunos competências técnicas específicas, mas também de desenvolver sua formação integral, capacitando-os para lidar com diversos desafios profissionais e sociais. Isso significa que o ensino deve integrar o conhecimento prático à educação ética e crítica, promovendo uma aprendizagem que vai além das competências funcionais

Essa perspectiva é fundamental para a formação de estudantes em várias áreas, como saúde, educação e engenharia. Saviani (2008) ressalta a importância de uma abordagem holística na educação de nível médio e superior em tecnologia, de acordo com seus eixos de formação. Não se trata apenas de proporcionar aos estudantes competências técnicas específicas, mas também de desenvolver sua formação integral, a fim de capacitá-lo para lidar com diversos desafios profissionais e sociais. Isso significa que o ensino deve integrar o conhecimento prático à educação ética e crítica, promovendo uma aprendizagem que vai além das competências funcionais. Esse ponto de vista é essencial para a formação dos profissionais de diversas áreas.

A pesquisa, por sua vez, dentro do ensino técnico e tecnológico, estimula a inovação, colaborando para o desenvolvimento de novas tecnologias. No caso dos IFs, ela envolve os alunos em projetos de pesquisa, e eles podem aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula em situações reais, desenvolvendo, assim, uma compreensão mais aprofundada do conteúdo e aprofundando suas capacidades de resolver problemas complexos. As declarações feitas durante uma entrevista com o professor Eliezer Moreira Pacheco enfatizam que:

A pesquisa no instituto federal no ensino médio, prioritariamente no ensino médio integrado, é partícipe do ponto de vista dos pressupostos teóricos dos quais partimos, é do trabalho como princípio educativo. [...] e a pesquisa no instituto federal, preferencialmente, ela tem que ser uma pesquisa aplicada (Righes; Sarturi, 2021, p. 6).

Portanto, o professor enfatiza o papel da pesquisa no desenvolvimento teórico e prático, incentivando os estudantes do ensino médio integrado a terem postura científica por meio da pesquisa aplicada. A pesquisa, no contexto da educação técnica e tecnológica, além de melhorar a compreensão teórica, fomenta a inovação.

Na pesquisa, os alunos são desafiados a aplicarem teorias a situações práticas, obtendo

uma compreensão mais profunda do conteúdo e maior capacidade de resolver problemas complexos. Além disso, a pesquisa promove a melhoria contínua de processos e produtos, necessária para manter a relevância e a competitividade no mercado de trabalho (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023d, 2024, p. 27–28).

Como afirmado por Diehl e Terra (2014, p. 149), a pesquisa e a extensão propiciam momentos “capazes de desconstruir dogmas e repensar crenças que introjetamos muitas vezes por meio de processos de construção cultural repassados repetitivamente por professores, sem qualquer análise mais crítica dos fatos”. A partir da pesquisa e extensão, é proporcionado aos estudantes a oportunidade de participar de atividades que os desafiam a pensar de forma crítica, a fim de buscar indícios de um determinado objeto, questionar e propor suposições. Isso permite aos estudantes um desenvolvimento da compreensão mais aprofundada do que está sendo testado e de como formar hipóteses a partir de fatos e análises ao invés de simplesmente aceitar o que lhes é proposto.

A extensão é uma via que permite fluxos de saberes em dois sentidos. No nosso caso, entre os IFs e a comunidade, de maneira a possibilitar a aplicação do conhecimento produzido pelos IFs em benefício da sociedade. A participação em projetos de extensão permite aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos aprendidos em sala de aula e de os executar em contextos reais, desenvolvendo competências sociais e éticas, com o intuito de fortalecer seu compromisso com o desenvolvimento comunitário e social. Conforme exposto por Andrade, Morosini e Lopes (2019, p. 120):

A extensão universitária adquire uma possibilidade mais concreta de aproximação/integração entre universidade e sociedade, mediante a democratização do conhecimento e a interação horizontal entre os saberes científicos e da experiência, contribuindo para diminuir a elitização na educação superior e favorecer, além do acesso e a permanência, o *engagement* estudantil⁵ de toda comunidade extensionista.

Os autores enfatizam a importância da expansão universitária para a formação estudantil. A extensão atua como uma ponte entre a instituição de ensino e a comunidade, onde os conhecimentos adquiridos academicamente podem ser aplicados para o desenvolvimento da comunidade. Isso representa a oportunidade para que estudantes de cursos técnicos, engenharia e educação tecnológica participem de projetos que desenvolvam competências sociais e éticas, além de impactar positivamente suas comunidades. Essa prática reforça a aprendizagem, bem

⁵ Estudos realizados por Andrade, Morosini e Lopes (2019), no contexto internacional, apontam o *engagement* como a variável transversal mais influente no que se refere aos resultados de aprendizagem e aderência aos estudos.

como estimula a responsabilidade social e o compromisso com o desenvolvimento comunitário, formando profissionais conscientes do seu papel dentro da sociedade.

No entanto, Gonçalves (2015, p. 12) observa que, nos currículos, a inclusão de atividades de extensão como atividades complementares ou formativas (não obrigatórias) ou o acréscimo de disciplinas sobre extensão ainda não contemplam plenamente o princípio da indissociabilidade. Mesmo que essas medidas aumentem a visibilidade da extensão na formação dos estudantes, elas ainda são insuficientes.

A combinação desses componentes é muito útil para uma educação holística, na qual a prática de pesquisa ajuda a melhorar o conhecimento técnico e os projetos de extensão os aplicam de forma adequada. A partir dessas breves discussões, apresentaremos, a seguir, alguns indicadores acerca do ensino, pesquisa e extensão na formação dos estudantes do Ensino Técnico e Superior, principalmente no *Campus* Corumbá do IFMS.

As tabelas desenvolvidas apresentam dados que descrevem a realidade econômica e social em diferentes períodos, mostrando flutuações nos valores dos auxílios estudantis. Esses indicadores são necessários para entendermos o contexto de atuação do *Campus* Corumbá do IFMS e como eles afetam diretamente o ensino, a pesquisa e a extensão.

O **Ensino** é a área responsável pelo progresso e, no caso do IFMS, pela educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, promovendo a integração do ensino médio e a verticalização da educação básica, interagindo a educação profissional com a educação superior e a pós-graduação, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão, atingindo uma melhor eficácia no desenvolvimento dessas atividades educacionais (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023d, p. 94-103).

No campo da **Pesquisa e Inovação**, o IFMS atua no desenvolvimento integrado com o ensino da educação profissional e tecnológica, interagindo o processo educativo e o investigativo, buscando uma geração e adaptação de novas soluções técnicas e tecnológicas, atendendo as demandas sociais e atingindo as particularidades regionais. Assim, realizam-se pesquisas aplicadas, de forma a despertar no estudante o interesse no desenvolvimento de processos, de produtos e, muitas vezes, experimental, estimulando o estudante a atingir a produção de soluções técnicas e tecnológicas de modo que atendam demandas reais da comunidade (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023d, p. 103–105).

A **Extensão** é outro campo de atuação do IFMS que busca a divulgação e a exposição científica em feiras. No caso do *Campus* Corumbá, destacamos a Feira de Ciência e Tecnologia do Pantanal em Corumbá (Fecipan), desenvolvida pelo *Campus* desde de 2012, selecionando “trabalhos de Iniciação Científica dos estudantes de escolas públicas e privadas” (Instituto

Federal de Mato Grosso do Sul, 2016), além de oferecer minicursos, oficinas e exposição de diversas atividades dos estudantes.

Desse modo, visando elucidar como essas atividades têm se materializado no cotidiano do IFMS e no *Campus* Corumbá, discutiremos adiante alguns indicadores referentes ao ensino, à disponibilidade de pessoal docente e técnico e às políticas de auxílio estudantil, que visam garantir a permanência.

3.2 Ações de ensino, políticas de auxílio estudantil e pessoal disponível

Os Institutos Federais, assim como as demais instituições de ensino do Governo Federal, desempenham um importante papel na formação dos indivíduos e na promoção do desenvolvimento da sociedade. Para que se cumpra essa importante missão, é primordial que essas instituições busquem desenvolver ações de ensino, bem como de políticas de auxílio estudantil cada vez mais abrangentes, permitindo a disponibilidade de um corpo docente e de técnicos cada vez mais qualificados.

Segundo a Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais têm como objetivo:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 2008, p. 4).

Entretanto, a EC 95/2016, que ficou conhecida como “Teto dos Gastos Públicos”, impôs restrições orçamentárias severas que afetaram diretamente uma variedade de setores do serviço público, incluindo a educação. O *Campus* Corumbá do IFMS também foi afetado por essa medida. Ele teve que lidar com muitos problemas para manter a qualidade e a abrangência de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, este capítulo analisa como essa emenda constitucional afetou tais atividades, levando em conta os indicadores de matrícula, disponibilidade de pessoal e políticas de auxílio discente.

Assim, a EC 95/2016 tem restringido os recursos educacionais, o que tem efeito negativo nas atividades acadêmicas e na permanência dos alunos. O baixo investimento prejudica a qualidade do ensino, a atualização dos currículos, a aquisição de tecnologias de ponta e o incentivo à pesquisa e à inovação. Essas restrições são particularmente perigosas em ambientes onde a formação técnica e tecnológica deve ser mantida relevante e eficaz.

Além disso, observamos que, em 2024, a partir dessas políticas de austeridade fiscal que

deram início no governo do presidente Michel Temer (2016-2019), culminou em uma greve dos docentes e técnicos, iniciada no dia 3 de abril de 2024, durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º de janeiro de 2023 até a atualidade). Essa greve foi aprovada pela 187ª Plena do principal sindicato dos IFs, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Conforme relatado no site:

O SINASEFE aprovou, em sua 187ª PLENA, a realização de uma greve nacional, por tempo indeterminado, envolvendo docentes e técnico-administrativos(as) (tanto da Rede Federal de Educação quanto de instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa). O movimento paredista reivindica, dentre suas principais pautas, reestruturação das carreiras e recomposição salarial. A deflagração (paralisação das atividades) será ratificada hoje, na 188ª PLENA e está prevista para o dia 3 de abril de 2024 (Resende, 2024).

Após mais de três meses de discussões com a equipe do governo, a greve de 2024 chegou ao seu fim nos IFs depois de 85 dias, de 3 de abril de 2024 a 27 de junho de 2024, com a assinatura dos termos de acordo com o sindicato SINASEFE. Segundo descrição no site:

O Governo Lula agendou para amanhã (27/06), às 17 horas, o Ato de Assinatura dos Termos de Acordo para técnico-administrativos e docentes da Rede Federal de Educação. A assinatura marcará o fim da greve 2024 do SINASEFE, conforme aprovado na 193ª PLENA. Nesta quinta-feira (27/06), a greve terá completado 85 dias de duração – tendo paralisado, em seu auge, 562 unidades de ensino das bases do nosso sindicato (Júnior, 2024).

A assinatura do acordo, que atendeu algumas das principais reivindicações dos docentes e técnicos administrativos da Rede Federal de Educação, encerrou um período de negociações e reivindicações que se arrastava desde o governo anterior, o de Jair Bolsonaro (1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023). Nesse período, foi deflagrada a greve em 16 de maio de 2022, ano eleitoral, em meio a um cenário de sérios ataques à Educação. Após amplo debate, a 175ª Plenária Nacional aprovou a suspensão da greve nacional em 29 de junho de 2022, durando apenas 44 dias. Depois dessa aprovação, o SINASEFE entrou em estado de greve (que poderia, a qualquer tempo, a partir de numa nova Plenária Nacional, ser decretada nova greve) (Júnior, 2022).

As lutas da categoria são necessárias para a manutenção da educação técnica e tecnológica, particularmente nos IFs, pois são fundamentais para a formação de trabalhadores capazes de atender às demandas do mundo do trabalho e de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Uma formação completa, que vá além do conhecimento teórico e que

prepare os alunos para enfrentarem desafios na vida real, requer a integração do ensino, pesquisa e extensão (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2023d, p. 83). Essa tríade, de acordo com Fleck (2011, p. 20), permite uma educação mais eficiente e alinhada às necessidades da sociedade.

Na medida em que buscamos compreender a inter-relação desses elementos, identificamos as melhores práticas e estratégias tomadas para fortalecer e garantir que os estudantes do *Campus* Corumbá tenham acesso a uma educação cada vez mais eficaz.

Deste modo, analisaremos as **Ações de Ensino** que são empregadas para transmitir o conhecimento e promover o desenvolvimento de habilidades dos estudantes. Na sequência, examinaremos as **Políticas de Auxílio Estudantil** no *Campus* Corumbá, promovidas por meio de programas que apoiam financeiramente, academicamente e pessoalmente, propiciando um ambiente que almeje um maior sucesso acadêmico dos estudantes. Por fim, checaremos o **Pessoal Disponível** que o *Campus* possui para o desenvolvimento das ações, observando a qualificação do corpo docente e técnico, capaz de cooperar para a motivação, para o comprometimento do ensino e para o bem-estar dos estudantes.

Com o intuito de promover a vocação de Ensino, o *Campus* Corumbá oferece uma gama de cursos que vai dos chamados Cursos de Formação Inicial e Continuada- FICs, passando pela Educação Básica, pelo Ensino Superior e pela Pós-Graduação, com cursos nas modalidades presencial e a distância, de modo a atender a verticalização, como preconiza a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 6º, nos incisos III e IV, a qual busca “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” e “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (Brasil, 2008c, p. 4).

Em seus princípios, o IFMS, assim como o *Campus* Corumbá, foca seus esforços na educação profissional e tecnológica, integrando os diferentes níveis para atender as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024). Dessa forma, o IFMS oferece cursos com as seguintes características: Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional com mínimo de 160 horas; Formação Inicial e Continuada para Educação de Jovens e Adultos: Nível fundamental; Técnico de Nível Médio: Articulado (integrado ao ensino médio), subsequente (inclusive para Educação de Jovens e Adultos) e concomitante (o aluno cursa disciplinas técnicas no IFMS, enquanto faz o ensino médio em

outra instituição); Graduação: Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia; e Pós-graduação Lato Sensu: Especialização .

O acompanhamento da oferta desses cursos é feito de acordo com o Termo de Acordos e Metas (TAM), firmado em junho de 2010, entre a SETEC do MEC e os IFs. O TAM tem o objetivo de organizar e estruturar as instituições criadas pela Lei nº 11.892/2008, estabelecendo 19 metas e objetivos que deveriam ser atingidos até o ano de 2013. Essas metas deveriam ser mantidas e ampliadas até 2016 (prazo médio do atingimento das metas) e 2022 (longo prazo) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

As 19 metas e objetivos previstos são: Índice de eficiência da Instituição, Índice de eficácia da Instituição, Alunos matriculados em relação à força de trabalho, Vagas para os cursos técnicos, Vagas para a formação de professores e Licenciaturas, Vagas PROEJA, Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica, Programa de Formação Inicial e Continuada, Oferta de Cursos a Distância, Forma de acesso ao ensino técnico, Forma de acesso ao ensino superior, Forma de acesso às Licenciaturas, Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho, Pesquisa e Inovação, Projetos de Ação Social, Núcleo de Inovação Tecnológica, Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais, Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) (Brasil, 2020), Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTec) (Brasil, 2020a) e Sistema de Registro de Preços do MEC e Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - Educação Profissional e Tecnológica (SIGA-EPT) (Amaro, 2019) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

A primeira meta é estabelecer o **Índice da Eficiência da Instituição**, obtido no IFMS através do cálculo proposto pela seguinte fórmula: Eficiência = (Ingressantes Acumulados Equivalentes / Alunos Equivalentes) * 100 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

A Portaria nº 25, 13 de agosto de 2015, em seu artigo 7º, parágrafo 2º define que:

Os Ingressantes Acumulados Equivalentes são calculados a partir do produto do número de Ingressantes Acumulados pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso, ou seja: Ingressantes Acumulados Equivalentes = (Ingressantes Acumulados) x (Fator de Equiparação de Carga Horária) x (Fator de Esforço de Curso) (Brasil, 2015b).

Esse mesmo artigo, no parágrafo 1º da Portaria nº 25, define que “Os Ingressantes Acumulados são calculados pelo somatório dos ingressantes de todos os ciclos de matrícula com data de término prevista não expirada”. Também é definido no artigo 5º, do parágrafo 1º, da Portaria nº 25, que:

O Fator de Equiparação de Carga Horária para cada curso, excetuando os cursos de formação inicial e continuada, é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso e a sua duração em anos, prevista no projeto pedagógico, considerada a carga horária de referência de 800 horas anuais, ou seja: Fator de Equiparação de Carga Horária = (carga horária mínima regulamentada) / (duração do curso em anos) x (800 horas) (Brasil, 2015b)

O conceito de Aluno-Equivalente é regulamentado pela Portaria nº 818/2015, em seu Art. 1º, no inciso I, o qual descreve que o “Aluno-Equivalente: é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso” (Brasil, 2015b, 2015a, p. 25; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e).

O artigo 6º, da Portaria nº 25, também define o “Fator de Esforço de Curso”:

É o ajuste da carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas com redução do número de alunos em decorrência da subdivisão da turma, conforme valores relacionados no Anexo I desta Portaria. Parágrafo único. A relação de valores do Fator de Esforço de Curso poderá ser revista a cada dois anos, a partir de sua publicação, visando garantir sua atualização e/ou correção (Brasil, 2015b).

O índice de eficiência de cada turma será calculado pela relação entre o número de estudantes regularmente matriculados e o número total de vagas da turma. O número total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos da turma. A eficiência será calculada pela média aritmética da eficiência de cada turma. Desta forma, suponhamos que uma turma tenha 50 vagas ofertadas no processo de seleção, 2 períodos letivos e 20 estudantes matriculados por turma. Assim temos: **número total de vagas = 50 * 2 = 100; eficiência da turma = (20 / 100) * 100 = 20%**, lembrando que o cálculo da eficiência considera apenas os alunos regularmente matriculados. O cálculo da eficiência é feito por turma e depois a média aritmética é usada para calcular a eficiência da instituição (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

Mesmo o cálculo sendo bastante técnico, é essencial saber que o índice de eficiência diz respeito à ocupação das vagas, uma vez que se baseia na relação entre a oferta e o número de alunos frequentes. Assim, os indicadores apresentados adiante nos mostram que as turmas estão bem distantes de alcançar 100% de eficiência, o que, a nosso ver, evidencia que há vagas ociosas ao longo dos anos.

A Tabela 5, retirada do site do IFMS, demonstra o Índice de Eficiência dessa instituição.

Tabela 5 - Série Histórica do Índice de Eficiência

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
100	89,45	4,91	28,67	39,17	53,47	49,95	46,06

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

Na Tabela 5, nos anos iniciais (2010 e 2011) existia um maior nível de eficiência, demarcando 100% e 89,45% respectivamente, caindo drasticamente, no ano seguinte, para o menor nível da série, 4,91%.

Além do Índice de Eficiência, é proposto o **Índice de Eficácia a Instituição**. O cálculo da eficácia por turma será realizado pela relação entre: fórmula 1: Número de vagas ofertadas / Número de estudantes concluintes * 100; e fórmula 2: Ingressantes Acumulados Equivalentes / Concluintes Equivalentes * 100. O cálculo da eficácia na instituição, que considera apenas estudantes concluintes, será feito pela média aritmética da eficácia de cada turma. O cálculo da eficácia é feito por turma e, depois, a média aritmética é usada para calcular a eficácia da instituição. Assim, a eficácia diz respeito ao aproveitamento do curso, à sua saída, portanto, ao número de concluintes. Os dados apresentados evidenciam uma baixa saída no período exemplificado, o que tem sido vivenciado tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior brasileiro (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

A Tabela 6, indica a eficácia da instituição através de duas fórmulas, propondo dois resultados divergentes:

Tabela 6 - Série Histórica de eficácia IFMS

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
fórmula 1			0,6	2,33	7,31	6,37	11,23	33
fórmula 2			3	7,12	24,38	26,47	28,29	33,8

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

O Índice de eficácia a instituição, na Tabela 6, demonstra que o maior nível no período observado a seguir pela fórmula 1 foi de 33% e 33,8 de acordo com a fórmula 2, denotando maior eficácia da instituição no ano de 2017 e menor nível em 2012 com 0,6 e 3 (fórmula 1 e fórmula 2 respectivamente), que se observa no ano de 2012, sendo assim monitorados no semestre (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e).

Além desses índices, o IFMS calcula a relação de **alunos matriculados em relação à força de trabalho** (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f), busca alcançar uma relação de 20 estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais para cada docente. Para efeito do cálculo desta relação, serão considerados os alunos dos seguintes cursos: técnicos de

nível médio (integrado, concomitante e subsequente); PROEJA; Graduação (CST, licenciatura, bacharelado); Pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e Formação Inicial e Continuada (FIC).

Tabela 7 - Série Histórica - Alunos matriculados em relação à força de trabalho no IFMS.

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
4,71	8,59	8,36	10,35	15,29	19,8	22,72	20,25

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

Para o cálculo, cada professor DE (Dedicação Exclusiva) ou de 40 horas foi contado como 1 (um) docente, enquanto cada docente de 20 horas será contado como 0,5 (meio) docente. Assim, se a meta era de 20 estudantes para cada professor, os dados mostram que, em 2016 e 2017, isso não foi atingido, visto que ultrapassou a relação dos 20 estudantes por docentes, evidenciando precarização nas condições de trabalho do professor, o que tem relação direta com o financiamento na Instituição.

Embora nos possibilitem uma visão macro do uso das vagas disponíveis, bem como do esforço docente, fica evidente que o IFMS adota parâmetros estritamente técnicos para análise do fluxo de estudantes, apropriando-se de conceitos como eficácia e eficiência que são típicos do vocabulário empresarial e do ideário neoliberal que tem regido as políticas públicas educacionais brasileiras. Nota-se que, para determinação desses índices, são desconsiderados aspectos qualitativos como o desenvolvimento e o perfil dos estudantes atendidos, além das condições de trabalho dos professores.

Nessa mesma perspectiva, outra meta a ser atingida é a manutenção de **Vagas para os cursos técnicos**, destinando pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme preconizado na Lei nº 11.892/2008, que estabelece, em seu artigo 8º, que “o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º”, sendo que o artigo 7º, inciso I, prevê que os IFs deverão “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;” atendendo, conforme descrito no TAM, o que foi descrito no site do IFMS (Brasil, 2008; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

Para se obter a porcentagem de vagas destinadas ao ensino técnico de nível médio, basta dividir o número de vagas para o ensino técnico pelo número total de vagas ofertadas pela instituição e multiplicar o resultado por 100. Supondo, por exemplo, que a instituição oferece 100 vagas no total e 50 vagas são destinadas ao ensino técnico de nível médio, o cálculo seria

o seguinte: 50 vagas técnicas / 100 vagas totais * 100 = 50% (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e).

Assim, a instituição estaria atendendo o percentual legal, conforme meta proposta, atingindo pelo menos 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f):

A Tabela 8, retirada do site do IFMS, demonstra poucos dados, no período de 2010 a 2017, do atendimento à meta do percentual legal de 50% de educação profissional técnica de nível médio a ser atendida em todo o IFMS.

Tabela 8 - Percentual de Estudantes do nível médio no IFMS

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
					66,08	66,32	

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

A Tabela 8 mostra que, nos anos com informações, o IFMS atendeu o percentual legal de atendimento, sendo que o maior valor é de 66,08 no ano de 2015. A seguir, na Tabela 9, que foram retirados dados de duas fontes distintas, a saber o IFMS em números, na linha Médio Integrado e na linha Vagas, que foram retirados os dados da PNP, apenas para título de exemplificação, pois dados de diferentes metodologias podem dar discrepância, até porque o atendimento a essa meta deve ser observado em toda instituição (no caso em todo o IFMS).

Tabela 9 - Percentual de Estudantes da educação profissional técnica de nível médio no Campus Corumbá de 2017 a 2023

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vagas	869	818	903	1.798	2.530	5.213	4.882
Médio Integral	171	172	178	161	168	167	214
	19,68%	21,03%	19,71%	8,95%	6,64%	3,20%	4,38%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados retirados da PNP e do IFMS em números. (2024).

Em toda a série pesquisada, o *Campus* não atende o percentual legal em nenhum ano, ficando com o maior percentual no ano de 2018, com 21,03%, das vagas disponíveis para a educação profissional técnica de nível médio. Portanto, a unidade de ensino precisa reunir esforços, que incluem o incremento de recursos financeiros, para ampliação da oferta do ensino médio técnico integral, para atender as metas previstas.

Nos anos em que tivemos acesso aos dados, o IFMS não conseguiu superar os 50% previstos para os estudantes de cursos técnicos em nível médio. Além disso, a instituição deve manter pelo menos 20% de **Vagas para a formação de professores e Licenciaturas**, para os cursos de licenciaturas e de formação de professores. Conforme orienta a Lei nº 11.892/2008,

em seu artigo 7º, no inciso VI deste mesmo artigo, os IFs deverão “ministrar em nível de educação superior”, sendo estabelecido 20% das vagas, em conformidade com a alínea b do artigo 7º dessa lei, a qual menciona que “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (Brasil, 2008c). Para cálculo, a porcentagem de vagas destinadas aos cursos de licenciaturas e de formação de professores, deve-se dividir o número de vagas para esses cursos pelo número total de vagas ofertadas pela instituição e multiplicar o resultado por 100 (Brasil, 2008c; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

Suponhamos que a instituição oferece 100 vagas no total e 25 vagas são destinadas aos cursos de licenciaturas e de formação de professores, o cálculo seria: 25 vagas para licenciaturas e formação de professores / 100 vagas totais * 100 = 25%. Desse modo, a instituição estaria atendendo à meta de manter pelo menos 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores e ainda superando em 5% (Brasil, 2008c; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e).

A Tabela 10, retirada do site do IFMS, demonstra informações apenas no ano de 2016, do atendimento à meta do percentual legal de 20% de cursos de licenciatura a ser atendida em todo o IFMS, conforme orienta o artigo 8º da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008c). Dessa forma, pode-se observar que apenas 2,06% dessa demanda no ano de 2016, assim podemos informar que essa meta não é atendida. Destacamos que localizamos apenas os dados disponíveis na tabela, não havendo indicadores dos anos anteriores.

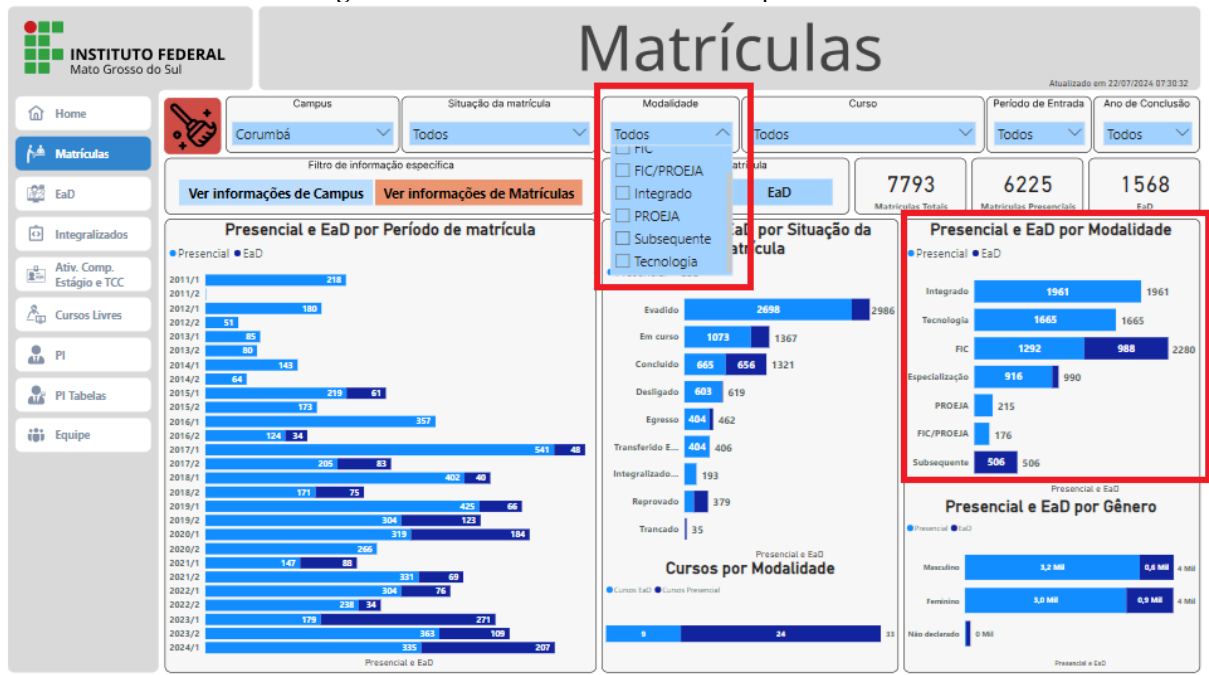
Tabela 10 - Vagas para a formação de professores e Licenciaturas

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						2,06%

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

É importante salientar que a meta de 20% das vagas em cursos de licenciatura diz respeito a todo o IFMS, no total de cursos, portanto, não serão todos os campi que ofertarão tais cursos. Com isso, no *Campus* Corumbá não foi localizado nenhum curso de Licenciatura para ser atendido o percentual legal, conforme observamos na Figura 3:

Figura 3 - Modalidade de Cursos no Campus Corumbá



Fonte: Retirado do painel IFMS em Números (2024).

A meta de ampliação de **Vagas PROEJA** consiste em promover os cursos do PROEJA (técnico e FIC), em compromisso com a promoção da inclusão e com o atendimento à demanda regional. Essa meta deverá oferecer no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior. Segundo o Decreto nº 5.840/2006, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, os IFs “disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007” (Brasil, 2006; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017b).

Assim, para calcular o número de vagas destinadas aos cursos de PROEJA (técnico e FIC), basta multiplicar o número total de vagas de ingresso da instituição por 0,10. Se a instituição oferecer 100 vagas de ingresso no total, o cálculo seria: 100 vagas de ingresso * 0,10 = 10 vagas para PROEJA. Destarte, a instituição estaria atendendo ao compromisso firmado, oferecendo o mínimo de 10 vagas para o curso de PROEJA (técnico e FIC).

A Tabela 11 demonstra que, em todo o IFMS, em nenhum ano da série demonstrada abaixo, não foi possível atender a meta prevista no Decreto nº 5.840/2006, a qual previa que a Rede de Instituições Federais de educação profissional “compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II”, e “outras instituições que venham a ser criadas”, conforme

artigo 2º, Decreto nº 5.840/2006, que determina a destinação de 10% das vagas para o PROEJA:

Tabela 11 - Vagas PROEJA

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
4,4	4,14	1,84	1,26	0	2,08	2,11

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

Na Tabela 11, observamos que o IFMS não conseguiu atender as metas, uma vez que o maior valor do índice foi em 2010, com 4,4% das vagas destinadas ao PROEJA.

Na Tabela 12, são demonstradas as vagas destinadas ao PROEJA, segundo dados retirados de duas fontes de dados distintas, o IFMS em números e a PNP. Sabemos que, ao retirarmos dados de fontes distintas, pode haver discrepância devido a metodologias distintas, mas apenas para ter uma exemplificação das bases, observamos a seguir:

Tabela 12 - Vagas destinadas ao PROEJA no *Campus* Corumbá

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vagas	869	818	903	1.798	2.530	5.213	4.882
PROEJA	98		40	31		18	
	11,28%	0,00%	4,43%	1,72%	0,00%	0,35%	0,00%

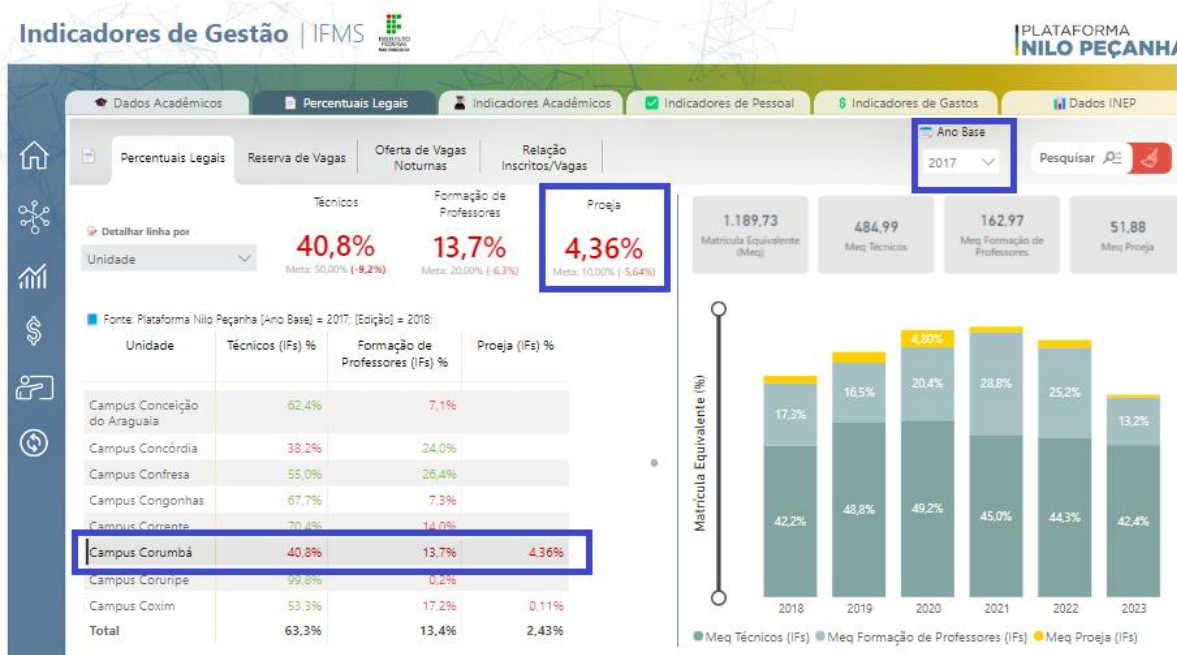
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados retirados da PNP e do IFMS em números. (2024).

Segundo o Decreto nº 5.840/2006 (Brasil, 2006), seu parâmetro limita toda a instituição (no nosso caso o IFMS). Desse modo, na Tabela 12, procuramos verificar se a Unidade *Campus* Corumbá atende a meta de 10% das vagas destinada para o PROEJA, entre os anos de 2017 a 2023. Nessa série, constatamos que apenas no ano de 2017 foi atendida a meta em 11,28%.

O objetivo de nossa pesquisa não é verificar se o IFMS atende aos percentuais legais delimitados na legislação vigente, mas, quando confrontamos algumas informações, observamos, no caso das vagas destinadas ao PROEJA, que são divergentes. Nesse sentido, observa-se que falta um estudo mais aprofundado, sendo, por ventura, objeto de uma pesquisa futura.

Essa informação diverge do que é exposto na PNP, conforme a Figura 4 a seguir. Ela demonstra que, no ano de 2017, o percentual de vagas destinada ao PROEJA foi de 4,36% no *Campus* Corumbá. Assim, na Tabela 12, na linha “PROEJA”, esses dados foram retirados do painel “IFMS em Números”, e sugerem que, em 2017, foi atingido o percentual de 11,28% do total de vagas, atendendo o percentual legal, mas que não coaduna com as informações da Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Percentual legal de vagas destinadas ao PROEJA em 2017



Fonte: Retirado da PNP (2024).

O IFMS também tem o compromisso com o **Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica** e apresenta, em média, pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por *Campus*, buscando apoiar o ensino médio das escolas da rede pública, direcionado às escolas, docentes e estudantes. Sendo assim, até o início de 2011, propunha a apresentar pelo menos um projeto de melhoria da qualidade da educação básica por *Campus* e realizar efetivamente o programa de melhoria da qualidade da educação básica. A partir de 2011, deveria buscar ampliar essas atividades em pelo menos 10% ao ano e manter a parceria com os sistemas públicos de ensino, apoiando o ensino médio inovador (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

O **Programa de Formação Inicial e Continuada** implementa cursos FIC, em pelo menos uma área ou eixo tecnológico, e programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais com o objetivo de certificar e credenciar profissionais. Portanto, esse programa busca ampliar as oportunidades de formação profissional, valorizar saberes e competências adquiridos por meio da experiência profissional, qualificar mão de obra e atender às demandas do mercado de trabalho (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

Tabela 13 - Programa de Formação Inicial e Continuada- IFMS

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-	729	55	474	544	1502	2072	3067

Fonte: Retirado do site do IFMS (2024).

Para promover essas atividades, o IFMS pode estabelecer parcerias com instituições de ensino, empresas, indústrias, órgãos governamentais e não governamentais (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f). Iniciativas que evidenciam a expansão do chamado terceiro setor, ou setor público-privado, que diz respeito à entrada de capital privado nos serviços públicos, desafogam os déficits no financiamento desses serviços, mas também enfraquecem seu caráter eminentemente público.

Ademais, o IFMS se compromete com a oferta de **Cursos a Distância**, buscando implementar cursos na modalidade EaD com atividade regular, bem como atender as ações afirmativas, de forma a atender acessos aos cursos do ensino técnico (**Forma de acesso ao ensino técnico**), superior (**Forma de acesso ao ensino superior**), usando formas que contemplem as realidades locais dos *campi*. Também busca priorizar vagas para a **Forma de acesso às Licenciaturas** para professores da rede pública (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

O IFMS também se compromete em implantar, até 2011, **Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho**, aproveitando os exames nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM), além das olimpíadas promovidas pelo MEC (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

No campo de **Pesquisa e Inovação**, o IFMS também se comprometeu, até 2011, em criar pelo menos um projeto de pesquisa ou inovação em cada campus, além de aumentar a quantidade desses projetos em pelo menos 10% ao ano, fazendo parcerias com outras instituições (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e). O IFMS também pretendia, até 2011, empreender projetos de ação social e criar pelo menos um **Projetos de Ação Social** em cada campus, aumentando, assim, esses projetos em pelo menos 10% ao ano, e dando prioridade a projetos inclusivos e de tecnologias sociais (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f).

Também é de interesse do IFMS o **Núcleo de Inovação Tecnológica**, onde se pretende criar Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e **Programas de Ensino** à pesquisa, inovação e empreendedorismo. Outro programa que o IFMS se comprometeu em desenvolver foi o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão intercâmpis e interinstitucionais, o qual tem a finalidade de criar **Pesquisa e Extensão intercâmpis e interinstitucionais**, de modo a promover uma interação entre os campi do IFMS e incrementar programas interinstitucionais com outras instituições nacionais e internacionais (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017e).

Além disso, o IFMS se comprometeu em aderir, a partir de 2010, aos sistemas do MEC como o **SIMEC**, o **SISTec** e o **Sistema de Registro de Preços do MEC**, os quais são programas de interesse coletivo da Rede Federal, colaborando para a alimentação das bases de

dados do MEC. Também se comprometeu em aderir à implantação do sistema **SIGA-EPT**, buscando transferência para sua base de dados, via digital das informações mínimas requeridas pelo MEC/SETEC (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017f). As metas mostram que o IFMS sabe onde almeja chegar com suas ações de ensino e de fortalecimento dessa frente. A partir disso, analisaremos os dados, com o intuito de perceber se a realidade tem se aproximado do planejado nos documentos oficiais da Instituição.

A seguir, a Tabela 14 apresenta a evolução das matrículas do IFMS, *Campus* Corumbá, ao longo dos anos, destacando o impacto da Emenda Constitucional nº 95/2016:

Tabela 14 - Matrículas no Campus Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada)

Curso	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(FIC) Assistente De Produção Cultural					50			
(FIC) Em Agente Cultural			46	35				
(FIC) Em Beneficiador De M- nérios		23	38					
(FIC) Em Operador De Com- putador		78	98					
(FIC) Em Fotógrafo	79							
(FIC) Em Programador Web	32	68	64					
(FIC) Em Inglês Básico			61	60				
(FIC) Inglês Básico – Primeira Etapa					89	60	11	33
(FIC) Em Inglês Intermediário				20				
(FIC) Inglês Intermediário – Segunda Etapa					19	26	1	25
(FIC) Em Espanhol Básico			20	19				
(FIC) Espanhol Básico – Pri- meira Etapa					37	28	2	24
(FIC) Espanhol Intermediário				14	19			
(FIC) Espanhol Intermediário – Segunda Etapa					6	19	9	6
(FIC) Em Soldador	44	15	39	1				
Total	155	184	366	149	220	133	23	88
								1318

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

A Tabela 14 mostra que o número de inscrições varia de acordo com o curso, desta forma, no curso “(FIC) Operadores de Computadores”, o número de matrículas oscilou significativamente ao longo dos anos, passando de 78, em 2015, para 98, em 2017, não

registrando nenhuma matrícula nos anos seguintes, de 2018 a 2022. O “(FIC) Em Espanhol Básico” e o “(FIC) Em Inglês Básico” foram ofertados em 2017 e 2018, sendo que as matrículas diminuíram em 5,26% e 1,67%, respectivamente. O “(FIC) Espanhol Intermediário”, ofertado nos anos de 2018 e 2019, teve um aumento de matrícula de 26,32%. Assim, observa-se que não há um padrão de ofertas nos cursos FICs presenciais.

O número de matrículas do curso “Programador Web (FIC)” aumentou significativamente entre 2015 e 2016, passando de 32 para 68, refletindo um aumento de 112,50%. No ano seguinte, recuou para 64 matrículas, caracterizando a redução em 5,88% em 2017 e se manteve relativamente estável nos anos seguintes, não sendo registrado nenhuma matrícula de 2018 a 2022. Alguns cursos, como “(FIC) Em Agente Cultural” e “(FIC) Em Beneficiador de Minérios”, apresentam variações nas matrículas ao longo dos anos, sendo que o primeiro registrou um decréscimo de 31,43%, passou de 46 matrículas em 2017, com registro de 35 matrículas em 2018, e o segundo teve um aumento de 65,22% nas matrículas, passando de 23, em 2016, para 38, em 2017, sugerindo possíveis mudanças nas necessidades ou interesses dos alunos.

Para os cursos de “(FIC) Inglês Básico – Primeira Etapa”, “(FIC) Inglês Intermediário – Segunda Etapa”, “(FIC) Espanhol Básico – Primeira Etapa”, são observadas matrículas nos anos de 2019 a 2022, sendo encontrado o maior aumento de matrículas registradas de um ano para o outro. No curso “(FIC) Espanhol Intermediário – Segunda Etapa”, houve aumento de 2400% de 2021 para 2022. No curso “(FIC) Em Soldador”, observa-se matrículas de 2015 a 2018, com maior redução de matrícula de um ano para o outro de 65,91%, de 2015 para 2016.

Observa-se, ainda, o registro de apenas uma oferta dos cursos “(FIC) Assistente De Produção Cultural”, “(FIC) Em Fotógrafo” e “(FIC) Em Inglês intermediário”, registrando ofertas respectivamente em 2019, 2015 e 2018.

Em contrapartida, cursos como “(FIC) Inglês Básico – Primeira Etapa”, “(FIC) Inglês Intermediário – Segunda Etapa”, “(FIC) Espanhol Básico – Primeira Etapa” e “(FIC) Espanhol Intermediário – Segunda Etapa” têm apresentado oscilações nas matrículas, mas são os mais ofertados em anos distintos, sugerindo possíveis alterações quanto à demanda ou à oferta desses cursos em determinados anos. Além dos Cursos FIC presenciais, o *Campus* Corumbá os oferta na modalidade EaD, conforme indicadores na Tabela 15:

Tabela 15 - Matrículas no *Campus* Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade EaD - Cursos FICs

Curso	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022

(FIC) Em Espanhol Básico I				19				
(FIC) Em Inglês Básico I				18				
(FIC) Em Vendedor	34	30		26	42	50	25	
(FIC) Em Operador De Computador			101	78	80	142	66	45
	0	34	131	78	106	184	116	70
Total								719

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Nota-se que, entre os anos de 2016 a 2022, o curso “(FIC) Em Espanhol Básico I” e “(FIC) Em Inglês Básico I” tiveram matrículas apenas no ano de 2018, sendo respectivamente 19 e 18 matrículas. O número de matrículas é variável nos demais cursos, assim o número de matrículas no curso de “(FIC) Em Vendedor” aumentou significativamente no ano de 2020 em relação de 2019, saindo de 26 matrículas para 42, representando um aumento de 61,54%, passando para 50 matrículas em 2021 e reduzindo novamente em 2022 para 25. Nesse sentido, observa-se uma redução pela metade, ou seja, 100%. Nesse caso, verifica-se que a pandemia resultou num efeito oposto aos dos cursos presenciais, aumentando o número de matrícula nos cursos a distância.

No curso “(FIC) Em Operador De Computador”, houve a redução de matrículas em 2017, ano que inicia o curso na modalidade a distância, com 101 matrículas. No ano seguinte, cai para 78, retomando a ascensão no ano de 2019, com 80 matrículas, e, em 2019, houve uma elevação de matrículas para 142, sendo esse o maior crescimento de 77,50% na tabela acima de todos os cursos no período. No ano seguinte, em 2021, é registrada também a maior redução de matrículas 115,15%.

A existência de uma variedade de cursos FIC, tanto presenciais quanto EaD, ao passar dos anos, abrange áreas de informática, metalurgia, idiomas e cultura, demonstrando a diversificação de oferta de cursos no *Campus* Corumbá. No entanto, a interrupção de oferta ou oferta irregular dos cursos se justifica pelo fato de serem cursos Livres de Formação Inicial e Continuada, que ocorrem de acordo com a disponibilidade de proponentes e da procura, diferente do que ocorre com o Ensino Médio, que é a última etapa da Educação Básica, compondo a etapa obrigatória da escolaridade brasileira.

Tabela 16 - Matrículas no Campus Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Ensino Médio

Curso	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Técnico em Informática	41	48	88	91	87	81	83	85

Técnico em Metalurgia	43	46	83	81	91	80	82	82
Técnico em Manutenção e Suporte Em Informática					40	31		18
Total	84	94	171	172	218	192	165	185
Total								1281

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

No curso de “Técnico em Informática”, são observados valores crescentes de matrículas nos anos de 2015 a 2019, e, nos anos de 2019 a 2021, é visível a diminuição do número de matrículas no período da pandemia de COVID-19. Houve retomada novamente do número de matrículas no ano de 2022, com registro de maior número de matrículas no ano de 2018, com 91 matrículas, e menor em 2015, com 41.

Observa-se que o registro de oferta do curso “Técnico em Metalurgia” tem apresentado oscilações nas matrículas, mas a redução de matrícula começa a partir de 2020, estabilizando a partir de 2021, com 82 matrículas em 2021 e 2020, sugerindo que esse curso foi menos afetado pela pandemia do que o “Técnico em Informática”.

O curso de “Técnico em Manutenção e Suporte em Informática” registrou matrículas nos anos de 2019, 2020 e 2022, sendo observados respectivos decréscimos entre esses anos, sugerindo que foi bastante afetado pela pandemia ou que ainda podem ser necessárias mudanças para reter os estudantes. Os dados evidenciam um crescimento tímido no quantitativo geral de matrículas no Ensino Médio, contrariando o desejado pelo Plano Nacional de Educação- PNE (2014-2024), a universalização do Ensino Médio, que ainda está longe de ser alcançada.

Tabela 17 - Matrículas no *Campus* Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial - Ensino Superior

Curso	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	108	89	88	130	127	100	92	96
Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos	45	50	50	43	45	42	45	46
Total	153	139	138	173	172	142	137	142
Total								1196

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

A Tabela 17 demonstra que o número de matrículas é variável de acordo com o curso. Assim, o curso “Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas” teve o

número de matrículas osciladas significativamente ao longo dos anos, passando de 108, em 2015, para 88, em 2017, e atingindo o maior número em 2018 e desacelerando o número de matrícula de 2019 até 2021. Observa-se, portanto, que há uma certa oscilação do número de matrículas registradas entre 2015 e 2023, com uma relevante redução de 2019 a 2021, sugerindo que a pandemia influenciou essa redução.

O curso de “Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos” registrou matrículas nos anos de 2015 a 2022, com pouca oscilação no número de matrículas no período, com maior acréscimo de 10% em 2015 e 2016, e com redução de 6,67% em 2019 e 2020. Isso sugere que o curso “Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos” foi pouco afetado pela pandemia.

Tabela 18 - Matrículas no *Campus* Corumbá de 2015 a 2022 na modalidade Presencial – Pós-Graduação

Curso	Ano							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica		64	71	80	79	80	72	80
Especialização em Informática Aplicada à Educação					40	39	36	40
Pós-Graduação Lato Sensu em Estratégias para Conservação da Natureza							42	7
Total	0	64	71	80	119	119	150	127
								730

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Observa-se, na Tabela 18, que o registro de oferta do curso de pós-graduação em “Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica” teve início em 2016, com 64 estudantes matriculados e tem apresentado oscilações nas matrículas, com maior aumento de estudantes matriculados de 2016 a 2017, com 9,86%. A maior redução de matrículas ocorreu em 2021, com 11,11% em relação a 2020. A “Especialização em Informática Aplicada à Educação” começa em 2019, com 40 estudantes matriculados, em 2021, houve redução de 8,33% em relação a 2020, sugerindo influência da pandemia, e, em 2022, retorna para 40 matrículas novamente. A “Pós-Graduação Lato Sensu Em Estratégias Para Conservação Da Natureza” teve início em 2021, com 42 matriculados, reduzindo esse número para 7 em 2022, com uma redução de matrículas de 83,33%, refletindo a maior redução de matrículas das pós-graduações.

De modo geral, as matrículas dos cursos presenciais do *Campus* Corumbá do IFMS sofreram poucas oscilações, com um destaque mais evidente para a Pós-Graduação em

Estratégias para Conservação da Natureza, que, em 2022, recebeu apenas sete novos estudantes. Em busca de mais elementos para a compreensão do processo de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus* Corumbá do IFMS, levantamos os quantitativos de servidores técnicos e docentes ao longo do período estudado:

Tabela 19 - Número de Técnicos e Docentes no *Campus* Corumbá

Ano	Número de Docentes	Docente Efetivo	Docente Substituto	Técnicos	Número de Servidores
2017	59	52	7	41	100
2018	61	53	8	42	103
2019	69	58	11	43	112
2020	65	58	7	44	109
2021	65	58	7	43	108
2022	65	57	8	41	106

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Os dados da Tabela 19 mostram que não houve nenhuma nova efetivação docente desde 2019, o que explica o aumento da relação entre alunos atendidos por professor, pouco evidenciado. Em 2017, o *campus* contava com 52 docentes efetivos, número que subiu para 57 em 2022, representando um aumento de cerca de 9,62%. Esse aumento foi pontual, não sendo suficiente para atender a meta 11 do PNE, conforme comentamos (Brasil, 2024, p. 11).

No que tange aos técnicos administrativos no *campus*, não houve alteração nos anos inicial e final do período, saiu de 41 em 2017, atingiu 44 em 2020 e retornou aos 41 servidores em 2022. Os técnicos administrativos são fundamentais para auxiliar nas operações do dia a dia e para assegurar as atividades que viabilizam as ações pedagógicas desenvolvidas no campus, possibilitando que os professores destinem maior foco em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A quantidade de servidores ou funcionários no *Campus* Corumbá cresceu de 100, em 2017, para 106 em 2022, refletindo um aumento de 6,00% em relação ao início da série. Em relação à distribuição entre Docentes Efetivos e Substitutos, houve uma relativa estabilidade no número de Docentes Efetivos, variando de 52 a 58 ao longo dos anos. Já o número de Docentes Substitutos teve variações menores, com um pico de 11 em 2019 e mínimo de 7 em 2017, 2018 e 2021. Nesse caso, o acréscimo de apenas 1 Docente significou 14,29%. De modo geral, assim como as matrículas, o quantitativo de pessoal docente e técnico no período também variou pouco.

No que diz respeito à demanda atendida pelos Institutos Federais, as políticas de acesso

à educação no Brasil foram um marco histórico nas instituições federais de educação brasileira promovida pela Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012b), que inicialmente reserva vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo (SM), e alterada em 2023 para 1 salário mínimo pela Lei nº 14.723 (Brasil, 2023c), a qual também inclui os quilombolas, buscando em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência (incluído pela Lei 13.409/2016) (Brasil, 2016c). Nos IFs, as reservas de vagas foram aplicadas a todas as modalidades de ensino, inclusive à educação básica. A Lei nº 12.711/2012 completa, em 2024, 12 anos, porém ainda carece de estudos que possibilite avaliar seus impactos nas políticas públicas de educação nas UFs e nos IFs.

Para compreender as disparidades e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino no Brasil, é necessário discutir a demanda por condição socioeconômica dos alunos matriculados por renda per capita familiar. Um importante indicador mostra a capacidade financeira dos estudantes e de suas famílias para pagar as despesas relacionadas à educação superior, como matrícula, materiais didáticos, transporte e alimentação, é a renda per capita familiar. Na Tabela 20, a seguir, veremos faixas de rendas distribuídas entre os anos de 2011 a 2021, sendo que, de 2011 a 2019, os dados foram retirados principalmente dos disponibilizados do IFMS em Números, e o restante da Plataforma Nilo Peçanha:

Tabela 20 - Alunos Matriculados no IFMS por Renda per Capita Familiar

Renda per Capita Familiar	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sem renda *										216	249	**
Até 0,5 Salário Mínimo de 0,5 SM	288	398	535	872	1176	1462	1373	2321	2.675	1293	1749	
até 1 SM	375	549	511	507	621	1094	1629	2605	2.829	1000	1500	
De 1 SM até 1,5 SM	199	310	263	219	231	433	823	1234	1.428	486	723	
De 1,5 SM até 2,0 SM *										208	336	
De 2,0 SM até 2,5 SM *										110	216	
DE 1,5 SM até 2,5 SM	126	226	199	149	161	306	871	882	955			
De 2,5 SM até 3 SM *	37	64	57	30	31	53	325	289	358	43	81	
De 3,0 SM até 3,5 SM *										25	45	

De 3,5 SM até 5,0 SM *											47	60
De 5,0 SM até 7,0 SM *											10	69
De 7,0 SM até 10,0 SM *											7	21
Acima de 3 Salários Mí- nimos	31	85	80	93	68	102	248	222	268			
Dez ou mais SM *											3	24

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números e Relatórios de Gestão de 2015 a 2019 (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b, 2024c, 2023g). * Parâmetro acrescentado e inserido a partir de 2020.

Cabe destacar que os dados foram retirados do IFMS em Números e de Relatórios de Gestão dos anos de 2011 a 2021, e de 2022 a 2023 foram retirados da Plataforma Nilo Peçanha. Foram inseridos parâmetros como “Sem Renda”, até 2,0 SM (Salário Mínimos), até 2,5 SM, até 3 SM, até 3 SM, até 3,5 SM, até 5,0 SM, até 5,0 SM, até 7,0 SM, até 10,0 SM e dez ou mais SM em fontes do IFMS em Números, segmentando melhor os dados e contribuindo para uma melhor visualização do público de Estudantes do IFMS. Os dados não são segmentados por unidade, assim analisaremos todo o IFMS.

Com base nos dados apresentados, é possível verificar como os estudantes matriculados estão distribuídos de acordo com a renda per capita familiar de 2011 a 2022. Para os alunos cuja renda familiar per capita é zero, não foram encontrados registros de alunos nos anos de 2011 a 2019. Para os estudantes cuja renda familiar por pessoa é de "até 0,5 Salário Mínimo", houve um grande crescimento na quantidade de alunos inscritos de 288, em 2011, para 2.675, em 2019.

Alunos cuja renda por membro da família era de "De 0,5 SM até 1 SM" também foi registrado um crescimento no número de matrículas, com flutuações ao longo dos anos, chegando a 375, em 2011, e 2.829, em 2019. Para os estudantes que possuem renda familiar per capita de "De 1 SM até 1,5 SM", houve uma mudança nos índices de inscrição, com 199, em 2011, para 1.428, em 2019.

Ainda segundo dados disponíveis no site do IFMS, cabe destacar que, entre os anos de 2011 até 2022, os estudantes, em sua maioria, têm renda per capita familiar de até 1,5 SM. Em 2020, tinha apenas 3.448, o que representa 40,50% a menos de estudantes do que no ano de 2019, quando tinha 8.513. Lembramos aqui que, em 20 de maio de 2020, vários Estados e Municípios implementaram políticas de *Lockdown*, ou seja, um isolamento social mais restrito,

em que foram suspensas atividades de vários setores por conta da pandemia provocada pelo vírus COVID-19 (Souza, 2020), quando ocorreu o primeiro caso no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, (Resende, 2022), o que certamente provocou grande parte dessa evasão de estudantes em 2020, conforme retratado nessa tabela. Em 2017, tivemos o menor percentual de estudantes com renda familiar per capita de 0,5 até 1,5 SM, entre os anos de 2011 a 2021, que foi de 72,59%, de um total de 5.269 estudantes. Dessa maneira, constatamos que, nesse período, a maioria dos estudantes são de famílias com rendimento per capita de até 1,5 SM.

Vale aqui resgatar que, no ano de 2012, foi normatizado, através da Lei nº 12. 711/2012 (Brasil, 2012) e alterada em 2023 pela Lei nº 14.723 (Brasil, 2023), que versa sobre os acessos às universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio e amplia o acesso dos mais pobres, destinando 50% de suas vagas aos estudantes com renda familiar per capita de até 1,0 SM, sendo que as vagas são preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas, e por pessoas com deficiência, com renda familiar per capita de até 1,0 SM. Assim, saiu de 1,5 SM para 1 SM de renda familiar per capita, favorecendo ainda mais o acesso aos sistemas de educação pública aos menos favorecidos. Com isso, as vagas deveriam atender os valores proporcionais relativos ao último censo do IBGE, no que tange à quantidade de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, sendo igual ou maior a porcentagem desses grupos na região.

No IFMS, observa-se que esse percentual, no período de 2012 a 2021, já atendia boa parte de famílias com renda per capita de até 1,5 SM, sendo que esses estudantes somavam mais de 72%, mantendo uma certa variação nesse período. Assim, havia 81,63% (2011), 77,02% (2012), 79,57% (2013), 85,45% (2014), 88,64% (2015), 86,64% (2016), 72,59% (2017), 81,56% (2018), 81,43% (2019), 86,86% (2020), 83,21% (2021).

Uma vez que a grande massa de demanda do IFMS provém de famílias com renda média baixa, provenientes das escolas públicas e de frações sociais que historicamente sofrem com a desigualdade social, é essencial a existência de políticas de permanência estudantil realizada pelo IFMS. Para esclarecer o alcance das políticas de assistência estudantil, dividimos os dados em dois períodos: de 2010 a 2016 e de 2017 a 2023:

Tabela 21 - Recursos investidos em auxílios estudantis - *Campus Corumbá*

Ano/ Tipo de Auxílio	Auxílio Permanência	Auxílio Alimentação	Auxílio Monitoria	Auxílio Transporte
2015	R\$ 266.905,69	-	-	R\$ 16.685,38
2016	R\$ 327.157,84	-	-	R\$ 6.370,34
2017	R\$ 213.475,68	R\$ 210.872,97	-	-
2018	R\$ 268.831,89	R\$ 198.245,81	-	R\$ 41.473,62

2019	R\$ 265.350,48	R\$ 181.388,81	R\$ 30.289,50	R\$ 32.254,74
2020	R\$ 472.020,44	R\$ 95.972,41	R\$ 12.669,39	-
2021	R\$ 479.626,15	R\$ 51.154,09	R\$ 20.756,93	-
2022	R\$ 341.656,35	R\$ 88.303,02	R\$ 17.400,00	R\$ 11.100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números e Relatório de Gestão do IFMS. Valores atualizados a partir da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil (2024; 2023b).

No que se refere à evolução de alguns auxílios que utilizamos para esse trabalho, o número de beneficiários do auxílio permanência cresceu consideravelmente, passando de R\$ 266.905,69, em 2015, para R\$ 341.656,35, em 2022, configurando um aumento de 28,01%, se comparado aos anos de 2015 e 2022, mostrando um grande avanço nos investimentos das políticas de apoio aos estudantes. Já o auxílio alimentação, que teve seu primeiro registro em nossa tabela em 2017, observa-se uma redução gradual. Se comparado apenas aos anos de 2017 e 2022, caiu 58,13%, pois saiu de 210.872,97, em 2017, para 88.303,02, em 2022, ressaltando a necessidade de investimentos nesse importante auxílio que impacta na permanência de estudantes com renda familiar baixa, considerando que temos a Lei nº 11.947/2009, a qual orienta quanto ao “atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica” (Brasil, 2009).

O Auxílio Monitoria teve diferentes valores em anos diferentes, com o valor mais alto em 2019, que foi o primeiro ano observado em nossa tabela. Em 2022, registra uma redução de 42,55% em relação ao ano de 2019. Os valores são ociosos no decorrer do período apresentado.

Essa diversidade pode indicar alterações na procura ou na oferta de recursos para esse suporte. A existência de diferentes tipos de auxílios, como Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Monitoria entre outros que não abordamos nesse trabalho, demonstra a diversidade de suportes disponíveis para atender às diversas necessidades dos estudantes.

Na sequência, na Tabela 21, vemos o Auxílio Transporte, que se inicia em 2015, com um investimento de R\$ 16.685,38 e, em 2022, observa-se a redução para R\$ 11.100,00, refletindo uma redução de investimentos de 33,47%.

No que se refere a esses itens pesquisados, o ano de 2020 teve o menor somatório de valores, R\$ 108.641,80, e recuperou no ano de 2021, com o valor de R\$ 551.537,16, o maior valor do período pesquisado. Vale relatar que os valores foram retirados de fontes distintas, como o IFMS em Números e os Relatórios de Gestão de 2015 a 2022, atualizados a partir da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de cada ano como base (Brasil, 2024; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 202?).

A falta de registro de informações, em determinados anos, sobre alguns auxílios descritos na Tabela 21, supõe potenciais mudanças na política de distribuição desses benefícios,

assim como a falta de dados, em certos anos, para alguns tipos de suporte, como Auxílio Eventual, Auxílio Emergencial, Permanência e Alimentação, e Alunos Conectados, pode criar obstáculos para uma análise mais abrangente da evolução desses auxílios ao longo do tempo.

3.2 Ações de extensão

A extensão no IFMS tem como objetivo (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2017, p. 8):

Promover atividades voltadas ao atendimento de demandas da comunidade externa, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços tecnológicos, visando difundir o conhecimento adquirido pela comunidade interna e desenvolver ações inclusivas e de estímulo à produção cultural, prática desportiva, responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental.

Essas ações são essenciais para o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, atendendo ao que preconiza a LDB em seu artigo 43, inciso VII, que orienta a “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996, p. 22).

Embora contido nos documentos orientadores do IFMS, que estão em consonância com a legislação educacional vigente, os registros das ações de extensão no *Campus* Corumbá do IFMS são recentes, de acordo com os dados disponíveis na PNP e compilados adiante na Tabela 22:

Tabela 22 - Projetos de Extensão ofertados no *Campus* Corumbá de 2022 a 2023

Ano	Extensão	Ext. c/ Fomento	Ext. S/ Fomento
2017	0	0	0
2018	0	0	0
2019	0	0	0
2020	0	0	0
2021	0	0	0
2022	11	9	2
2023	10	5	5
	21	14	7
Total			42

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Antes do ano de 2022, não há registro de projetos de extensão na Plataforma Nilo

Peçanha, o que pode indicar duas situações: a primeira seria a não existência de projetos dessa natureza, ou, então, que eles ocorreram, mas não foram oficialmente registrados. Assim, os indicadores disponíveis mostram que, em 2022, houve a oferta de 11 projetos de extensão, sendo que 9 deles receberam apoio financeiro e 2 não receberam nenhum tipo de financiamento. No ano de 2023, foram registrados apenas 10 projetos, dos quais 5 receberam apoio financeiro e os outros 5 não receberam. A maioria dos projetos oferecidos em 2022 e 2023 receberam algum tipo de financiamento, o que sugere possíveis colaborações ou suportes externos para a execução dessas ações. A existência de projetos sem financiamento é igualmente importante, pois indica ações internas da instituição para promover a extensão, mesmo sem apoio externo.

Ao todo, foram disponibilizados 42 projetos de extensão nos anos de 2022 e 2023, demonstrando um grande empenho do *Campus* Corumbá em realizar atividades de extensão para a comunidade acadêmica e externa:

Tabela 23 - Projetos de Extensão Apresentados e Aprovados no *Campus* Corumbá

	2021	2022	2023	2024
Apresentados		16	15	6
Aprovados		11	10	4
Total	0	27	25	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Em 2022, 11 dos 16 projetos de extensão apresentados foram aprovados, o que representa uma taxa de aprovação de cerca de 68,75%. Em 2023, entre os 15 projetos submetidos, 10 receberam aprovação, resultando em uma taxa de aceitação de aproximadamente 66,67%. No ano de 2023, houve uma diminuição no total de projetos submetidos para 6 e aceitos para 4, levando a uma taxa de aceitação em torno de 66,67%. Verifica-se uma queda no número total de projetos submetidos e aprovados de 2022 para 2023, o que sugere uma seleção mais rigorosa ou menos propostas enviadas. No que diz respeito às áreas temáticas dos projetos aprovados, temos o seguinte cenário:

Tabela 24 - Projetos de Extensão Aprovados por Área Temática no *Campus* Corumbá

	2022	2023	2024
Educação	5	3	2
Meio Ambiente		1	1
Multidisciplinar	3		
Tecnologia e Produção	3	6	1
Total	11	10	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul,

2024b).

Em 2022, a área de Educação foi a categoria com o maior número de aprovações, totalizando 5 projetos. Depois disso, a área Multidisciplinar e a área Tecnologia e Produção foram contempladas com 3 projetos cada, enquanto a área de Meio Ambiente não teve nenhum projeto aprovado. Em 2023, ocorreu uma diminuição na quantidade total de projetos aprovados, saindo de 11, em 2022, para 10, em 2023, sendo a área de Educação responsável por 3 projetos, mantendo-se como a vice-líder de projetos aprovados.

Os da área de Tecnologia e Produção experimentaram um aumento notável, indo de 3 para 6 projetos aprovados, assumindo a liderança nesse ano. Meio Ambiente aparece com 1 projeto e Multidisciplinar não foi registrada nenhuma aprovação em 2023. Em 2024, dois projetos foram aprovados na área de Educação, e 1 projeto foi aprovado em Meio Ambiente e em Tecnologia e Produção. Nenhum projeto na área de Multidisciplinar foi aprovado.

Dessa forma, é possível notar uma mudança na distribuição dos projetos aprovados por área temática ao longo dos anos, com algumas áreas registrando crescimento ou decréscimo no número de projetos aprovados. Em 2023, a Tecnologia e Produção destacou-se com mais projetos aprovados, sugerindo um foco maior nessa área específica.

A variedade de temas abordados pelos projetos de extensão aprovados no *Campus* Corumbá atende a várias necessidades da comunidade acadêmica e externa, refletindo a diversidade de áreas temáticas. Esta análise ressalta a necessidade de distribuir de forma equilibrada e diversificada os projetos de extensão em diferentes áreas temáticas, com o objetivo de atender a uma variedade de interesses e de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão em diversos campos do conhecimento. Quanto ao alcance dessas iniciativas de extensão temos:

Tabela 25 - Pessoas de Grupos Sociais Atendidas pelos Projetos de Extensão no *Campus* Corumbá

	2022	2023
Organizações Sindicais	0	0
Instituições Municipais	159	440
Grupos comunitários e Movimentos Sociais	0	0
Instituições Estaduais	0	80
Público Interno IFMS	203	5
Instituições Federais	73	50
Total	435	575

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

No ano de 2022, a maior parte dos indivíduos beneficiados pelos programas de extensão veio de Instituições Municipais, somando um total de 159 pessoas. O segundo grupo mais atendido foi o Público Interno do IFMS, com 203 pessoas. Em 2023, o total de pessoas atendidas aumentou, com um foco maior no atendimento às Instituições Municipais, que nesse ano alcançou 440 atendimentos. Além disso, nesse ano apareceram as Instituições Estaduais com 80 pessoas, e as Instituições Federais houve redução de 73 para 50 pessoas atendidas.

Nota-se uma mudança no total de indivíduos alcançados pelos programas de extensão de 2022 para 2023, com um aumento expressivo no número de pessoas atendidas. A variedade de grupos sociais mostra a extensão e o alcance dos projetos de extensão, chegando a diferentes setores da sociedade.

O suporte a diferentes grupos sociais, tais como Órgãos Municipais, Colaboradores do IFMS, Órgãos Estaduais e Federais, demonstra a importância e a integração dos projetos de extensão na comunidade local e regional. A elevação no total de indivíduos beneficiados de um ano para o outro indica uma expansão da abrangência dos programas de extensão, colaborando para o fomento do progresso social e educacional. Entretanto, chama-nos a atenção o baixo alcance junto ao público interno do *Campus* no ano de 2023.

Uma das responsabilidades mais importantes das instituições de ensino superior são as ações de extensão, as quais servem como uma ligação fundamental entre a academia e a sociedade. Os projetos de extensão no *Campus* Corumbá têm o potencial de impactar significativamente a comunidade local e regional. Para entender melhor suas contribuições e limitações, seria necessário um estudo mais acurado. De todo modo, fica evidente que, mesmo sem incremento de pessoal, os docentes e técnicos do *Campus* Corumbá têm feito um movimento no sentido da efetivação da extensão.

3.4 Ações de Pesquisa

O IFMS valoriza a pesquisa científica para apoiar a educação integral e o desenvolvimento sustentável da região. Para exemplificar, o “Projeto Pedagógico de Curso (PPC)” do curso Integral de Técnico em Informática e do curso Integral Técnico em Metalurgia do *Campus* Corumbá afirma:

A pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Pode concretizar-se por meio de visitas técnicas, projetos e atividades desenvolvidas em ambientes específicos, como laboratórios, oficinas,

incubadoras, empresas ou instituições parceiras e estágio não-obrigatório (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019l, p. 24-25).

Já no curso de Educação Profissional Técnica de nível médio Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, ofertado para estudantes do PROEJA, afirma:

A pesquisa é a melhor estratégia para transformar informação em conhecimento. Dessa maneira, o estudante não é mais desconsiderado enquanto sujeito no processo educacional e a relação professor-aluno torna-se horizontalizada, com o estudante e o docente tendo papéis ativos nesse processo (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019m, p. 74).

Na concepção de pesquisa no IFMS, busca-se continuamente inovação, avanço tecnológico e produção de conhecimento para atender às necessidades sociais e econômicas da região. A pesquisa é vista como uma atividade que está intimamente ligada ao ensino e à extensão, tornando-se uma ferramenta crítica para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2019m, p.76-78).

As metas de ensino do IFMS, particularmente do *Campus* Corumbá, incluem fornecer aos estudantes educação de qualidade, gratuita e pública, que possibilite o desenvolvimento de habilidades humanísticas e técnicas. A organização visa promover a pesquisa científica desde a educação básica até a graduação, criando uma cultura de pesquisa que envolve alunos e professores em projetos relevantes a nível local e nacional, além de um gama de outras ações preconizadas no Plano de Ações Anual do IFMS (PAA-2020) (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2020e, p.113-125).

De acordo com o Plano de Assistência Estudantil- PAA-2020, o IFMS se compromete em promover a produção científica e tecnológica por meio de fundos, de assistência estudantil, de apoio logístico e de programas de incentivo à pesquisa e à extensão. O objetivo é preparar os estudantes para enfrentarem os desafios do mercado de trabalho e fazerem uma contribuição significativa para a sociedade por meio de um ambiente acadêmico dinâmico que valoriza a inovação (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2020e).

A quantidade de projetos de pesquisa no *Campus* Corumbá variou significativamente ao longo dos anos, como mostram os dados coletados de 2017 a 2023 na Tabela 26. A análise dos projetos de pesquisa nesse período mostra não apenas a variação no número total de projetos, mas também como eles são distribuídos entre aqueles com e sem financiamento (fomento), mostrando as condições de financiamento e o desenvolvimento da produção científica:

Tabela 26 - Projetos de Pesquisa ofertados no *Campus* Corumbá de 2017 a 2023

Ano	Qtde de Projetos de Pesquisa	Pes. c/ Fomento	Pes. S/ Fomento
2017	22	22	
2018	27	27	
2019	14	14	
2020	16	16	
2021	18	14	4
2022	8	8	
2023	37	35	2
Total	142	136	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Em 2017, 22 projetos de pesquisa foram disponibilizados, com a mesma quantidade de projetos sendo financiados e não financiados. No ano de 2018, o número de projetos disponíveis aumentou para 27, todos receberam financiamento. Em 2019, houve uma redução no número de projetos oferecidos para 14, todos com financiamento.

No ano de 2020, houve a disponibilização de 16 projetos de pesquisa, todos eles com financiamento. Em 2021, a quantidade de projetos disponíveis diminuiu para 18, dos quais 14 possuíram financiamento e, nesse ano, aparecem pela primeira vez 4 projetos que não possuíram financiamento, atingindo estudantes voluntários. No ano de 2022, houve uma redução no número de projetos oferecidos para 8, todos com apoio financeiro. Em 2023, houve um aumento considerável no número total de projetos disponíveis, alcançando 37, sendo que 35 contaram com financiamento e 2 não contaram.

Assim, nota-se uma flutuação na quantidade de projetos de pesquisa disponíveis ao longo do tempo, com variações tanto no total de projetos quanto na distribuição entre projetos com e sem financiamento. Em 2023, houve um aumento significativo no número de projetos oferecidos, apontando para um possível aumento nos investimentos e na produção científica na instituição.

A presença de projetos de pesquisa financiados evidencia o suporte financeiro obtido para a realização de pesquisas, o que pode impactar positivamente na qualidade e importância dos estudos feitos. A mudança na quantidade de projetos disponíveis indica como a produção científica evolui e quais as áreas de pesquisa mais valorizadas com o passar do tempo.

A quantidade de projetos de pesquisa em andamento no *Campus* Corumbá do IFMS e o número crescente de professores que se envolvem e participam desses projetos mostram uma mudança significativa no reconhecimento da pesquisa como um componente essencial para o progresso do ensino através da pesquisa.

A análise da evolução desses projetos e do envolvimento dos professores mostra como a pesquisa contribui para o desenvolvimento acadêmico, científico e social e como as políticas institucionais devem apoiar a pesquisa.

Tabela 27 - Distribuição de Docentes envolvido em Projeto de Pesquisa no *Campus* Corumbá do ano de 2017 a 2023

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Docente com Doutorado	8	13	10	8	9	5	15
Docente com Mestrado	10	17	16	9	10	7	22
Docente com Especialização	5	7	3	2	4	2	4
Docente com Graduação	0	4	1	0	0	0	1
Total Anual	23	41	30	19	23	14	42
Total							192

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Ao observarmos os dados da Tabela 27, notamos como os docentes estão distribuídos em projetos de pesquisa no *Campus* Corumbá entre os anos de 2017 a 2023. Em relação aos professores com Doutorado, houve alterações nos dados ao longo dos anos, com um máximo de 15, em 2023, ante 5 projetos, em 2022.

Em relação aos professores com Mestrado, houve uma mudança considerável de 22, em 2023, sendo a menor marca de 7 em 2021. Essa alteração pode apontar para uma grande variação no que tange aos docentes com Mestrado em pesquisas ao longo dos anos. Docentes com Especialização e Graduação também demonstram variações nos números, sendo que docentes com especialização foram observados 7 projetos em 2018 e menor registro em 2020 e 2022, com 2 projetos. Já os docentes com graduação, o maior índice registrado foi em 2018, com 4 projetos e em 2019 e 2023 com 1 projeto, mostrando a diversidade de perfis acadêmicos nos projetos de pesquisa do *Campus* Corumbá.

O número de professores participantes nos projetos de pesquisa aumentou de 23, em 2017, para 41, em 2018. Depois, caiu para 14 em 2022. Estes dados evidenciam a atuação e a colaboração dos professores na elaboração e realização de projetos de pesquisa. Esta avaliação destaca a relevância da presença e da variedade de formação dos professores nos projetos de pesquisa, o que acarreta em melhorias na qualidade e no alcance dos estudos realizados no *Campus* Corumbá. Ao olharmos para os dados mais recentes, no ano de 2023 cerca de dois terços dos professores estavam envolvidos em projetos de pesquisa, o que contribui para sua prática docente, além de gerar um incremento significativo de trabalho em seu cotidiano, o que se evidencia com a participação quase nula de funcionários técnico-administrativos nessas

atividades, conforme a Tabela 28:

Tabela 28 - Distribuição de Técnicos Administrativos envolvidos em projeto de pesquisa no *Campus* Corumbá de 2017 a 2023

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Técnico Administrativo com Doutorado	1	1	1	0	1	2	2
Técnico Administrativo com Mestrado	1						
Total Anual	2	1	1	0	1	2	2
Total							9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

Ao examinarmos a Tabela 28, é possível ver a disposição dos Técnicos Administrativos que participaram de projetos de pesquisa no *Campus* Corumbá de 2017 a 2023, sendo que apenas no ano de 2020 não apresentaram projeto. De 2017 a 2023, apresentaram 2 técnicos envolvidos em projetos a cada ano. Em 2018, 2019 e 2021 apresentaram 1 a cada ano. No que diz respeito aos Técnicos Administrativos com Doutorado, foi identificado 1 envolvido com projetos nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2021, demonstrando quase que uma constância nesse padrão ao longo do tempo estudado, exceto no ano de 2020, que não foi apresentado nenhum projeto. Servidor com mestrado foi verificado apenas 1 em 2017. Comparando com o quantitativo total de professores no *campus*, podemos ver que a participação dos docentes em projetos de pesquisa é significativa, variando conforme a formação acadêmica e o ano. Por exemplo, em 2023, a quantidade de docentes envolvidos é a maior do período, com um total de 42 participantes, demonstrando uma tendência de maior envolvimento em pesquisa no *campus*. Isso sugere um aumento de capacitação e engajamento dos professores, refletido pela maior proporção de doutores e mestres em projetos de pesquisa. Considerando que em 2017, conforme Tabela 19 existia 41 Técnicos Administrativos e 65 Docentes e nesse mesmo ano 2 trabalhos de projeto de pesquisa teve envolvimento de Técnicos Administrativos, conforme visto na Tabela 28, 14 Docentes esteve envolvido em projetos, conforme Tabela 28. Na Tabela 26 demonstra que nesse ano 2022, um ano atípico onde estava ocorrendo a pandemia de COVID-19, foram apresentados apenas 8 projetos de pesquisa, refletindo que em cada projeto poderia ter o envolvimento de Docente mais de uma vez em cada projeto. A quantidade de 2 Técnicos representa cerca de 4,88% da quantidade total de Técnicos, e o número de Docentes representa cerca 21,54% da quantidade de docentes, nesse ano de 2022, o que demonstra baixo envolvimento tanto de técnicos, quanto de docentes nas atividades de pesquisa. No que se refere à participação dos estudantes, temos o seguinte cenário:

Tabela 29 - Distribuição de Estudantes envolvido em Projeto de Pesquisa no *Campus* Corumbá de 2017 a 2023

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Estudante Bolsista		25	24		13	12	27
Estudante Voluntário		12	6	25	11	1	26
Total Anual	0	37	30	25	24	13	53
Total							182

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2024b).

A Tabela 29 dispõe sobre os alunos participantes de projetos de pesquisa no *Campus* Corumbá no período de 2017 a 2023. Sobre os alunos que receberam bolsas, os números variaram ao longo dos anos, atingindo um número máximo de 27 em 2023, com grandes variações nos anos restantes.

Em relação aos Estudantes Voluntários, houve um aumento considerável no ano de 2023, com 26 voluntários, e em 2022 apenas 1. Essa alteração pode apontar para possíveis transformações na presença de estudantes voluntários em projetos de pesquisa no decorrer dos anos.

Além disso, houve variações no número de alunos participantes dos projetos de pesquisa, com 37 em 2018, 31 em 2019, 25 em 2020, 24 em 2021, 13 em 2022 e 53 em 2023. Estes números demonstram a presença dos alunos no cenário de pesquisa do *Campus* Corumbá ao longo dos anos estudados, mas ainda é um quantitativo pequeno se comparado ao total de estudantes. Diante disso, ressaltamos que é crucial a presença dos estudantes, sejam eles bolsistas ou voluntários, em iniciativas de pesquisa, uma vez que essas vivências auxiliam no progresso acadêmico e profissional deles.

Para que as ações de pesquisa tenham materialidade, é preciso que sejam disponibilizados recursos suficientes, e os dados, segundo o Portal IFMS em Números, mostram que o montante total investido nos últimos anos é bastante baixo:

Tabela 30 - Valor Planejado e Executado em Projeto de Pesquisa no *Campus* Corumbá de 2017 a 2023

	Planejado	Executado
2017		
2018	R\$ 62.477,37	R\$ 51.442,12
2019	R\$ 27.330,00	R\$ 4.545,41
2020	R\$ 3.412,36	R\$ 3.263,26
2021	R\$ 13.726,80	R\$ 13.796,10
2022	R\$ 51.798,76	R\$ 51.987,97
2023	R\$ 150.626,60	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do painel IFMS em Números (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul,

2024b).

Em 2018, a quantia prevista para os projetos de pesquisa foi de R\$ 62.477,37, porém o montante efetivamente utilizado foi de R\$ 51.442,12. Isso sugere que houve a utilização quase total dos recursos financeiros previamente planejados. Em 2019, a quantia prevista foi de R\$ 27.330,00, no entanto o montante efetivamente gasto foi de apenas R\$ 4.545,41, evidenciando uma discrepância considerável entre o previsto e o concretizado.

No ano de 2020, tanto o montante previsto (R\$ 3.412,36) quanto o montante realizado (R\$ 3.263,26) foram semelhantes, mostrando uma melhor sincronia na execução financeira em contraste a uma brusca queda de 87,51% no financiamento em relação ao ano anterior. Em 2021, a quantia prevista foi de R\$ 13.726,80 e foi efetivamente gasto R\$ 13.796,10, evidenciando uma execução de valores maior que o planejamento em R\$ 69,30.

No ano de 2022, o valor planejado atingiu o valor de R\$ 51.798,76 e o valor executado atingiu R\$ 51.987,97, demonstrando uma execução superior ao valor planejado em R\$ 189,21. No ano de 2022, o montante desembolsado foi de R\$ 51.987,97, sem detalhes sobre a quantia planejada. No ano de 2023, foi estipulado um montante de R\$ 150.626,60, sem informações de execução na PNP sobre o valor efetivamente gasto.

Nessa perspectiva, as informações apontam que houve diferenças na implementação financeira dos projetos de pesquisa em diferentes anos, com alguns anos registrando um desempenho inferior ao previsto. Em 2018 e 2019, houve diferenças significativas entre o valor planejado e o valor executado, o que pode apontar desafios na gestão financeira. A partir de 2020, tem-se notado uma maior aproximação entre o valor previsto e o valor realizado, indicando uma melhoria na gestão financeira dos projetos. Assim, é essencial que a realização financeira esteja de acordo com o planejado para assegurar a continuidade e a qualidade dos projetos de pesquisa.

Embora o montante planejado e executado tenha aumentado nos últimos anos, na média são recursos escassos, tendo em vista que nos 7 anos analisados foram executados pouco mais de 140 projetos, representando, por ano, em média, 20 projetos em execução. Se dividirmos os recursos anuais para essa quantidade de projetos, veremos o quão pequeno foi o montante aplicado.

Assim sendo, evidencia-se que a pesquisa está presente no *Campus* Corumbá do IFMS, envolvendo cerca de dois terços do corpo docente, mas praticamente não conta com o apoio dos técnicos administrativos. Ademais, ainda é preciso estimular mais a participação dos estudantes, para que a pesquisa efetive seu papel educativo de modo mais abrangente na

unidade de ensino.

Já em busca de conclusões, é essencial dizer que, dado o próprio funcionamento do processo de financiamento e acompanhamento de metas do IFMS, este trabalho possui um caráter bastante técnico, evidenciando a necessidade um olhar mais qualitativo para as questões levantadas, o que não foi possível fazer dentro do recorte temporal de uma pesquisa em nível de mestrado.

Na Tabela 31, foi apresentado o IGC, um indicador que ranqueia a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), numa escala de 1 a 5, de algumas IES que compõem RFEPCT. Para se ter um parâmetro de como está a situação do IFMS nesse indicador:

Tabela 31 - Índice Geral de Cursos (IGC) de algumas IFs de 2022

Sigla da IES	Sigla da UF	IGC (Contínuo)	IGC (Faixa)
1 UTFPR	PR	3,58729898	4
2 CEFET/RJ	RJ	3,556187196	4
3 IFRS	RS	3,3878	4
4 IF Goiano	GO	3,377	4
5 IF Catarinense	SC	3,361	4
6 IFRJ	RJ	3,3542	4
7 IFSC	SC	3,320414288	4
8 IFES	ES	3,2603	4
9 IFSP	SP	3,2581	4
10 IFPA	PA	3,248608633	4
11 IFSul	RS	3,241302264	4
12 IFS	SE	3,2017	4
13 IF SUL DE MINAS	MG	3,1852	4
14 IFTM	MG	3,1755	4
15 IFRN	RN	3,1281	4
16 IFAM	AM	3,0976	4
17 IFFarroupilha	RS	3,0914	4
18 IFB	DF	3,085847535	4
19 IFBA	BA	3,074433436	4
20 IFSEMG	MG	3,0081	4
21 IFG	GO	3,0014	4
22 IFPB	PB	2,9953	4
23 IF Fluminense	RJ	2,9826	4
24 IFMG	MG	2,9758	4
25 IFPR	PR	2,9544	4
26 IFBAIANO	BA	2,8512	3
27 IFNMG	MG	2,825362193	3
28 IFRO	RO	2,812606228	3
29 IFMS	MS	2,7807	3
30 IFCE	CE	2,771469802	3
31 IFPE	PE	2,761564656	3

32	IFAL	AL	2,710242835	3
33	IF Sertão	PE	2,6323	3
34	IFMA	MA	2,6028	3
35	IFPI	PI	2,595	3
36	IFAC	AC	2,5573	3
37	IFTO	TO	2,53185119	3
38	IFASC	GO	2,5135	3
39	IFITEG	GO	2,5129	3
40	IFES	MA	2,4379	3
41	IFRR	RR	2,4341	3
42	IFAP	AP	2,3751	3
43	IFMT	MT	2,2871	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de indicadores do INEP, grifo nosso (2024)

Observamos, na Tabela 31, que o IFMS, apesar de ter sido umas das últimas instituições a ser concebida e que compõe a RFEPCT, ainda carece de atenção na gestão dos recursos e dos incrementos financeiros para melhorar seus resultados referentes à graduação. Mesmo assim, em meio às dificuldades, o IFMS tem se esforçado em atender a sua totalidade de metas.

À guisa de conclusão, os indicadores apresentados acima evidenciaram a atuação prioritária do *Campus* Corumbá do IFMS nos Cursos de Formação Inicial e Continuada - FICs, essenciais para capacitar rapidamente e continuamente os profissionais, e no Ensino Médio Técnico Profissional. Os cursos de Graduação e Pós-Graduação também figuram em sua atuação, porém em menor diversidade e quantitativo de estudantes atendidos. Os indicadores evidenciaram o aumento da oferta de cursos e leve evolução das matrículas, além do aumento do esforço docente em projetos de pesquisa e extensão, sem que se tenha ampliado o quadro docente e técnico administrativo nos últimos anos, bem como o montante total de recursos investidos.

Deste modo, apesar dos avanços em várias áreas, mesmo que não tenha ocorrido cortes drásticos, os recursos financeiros destinados ao IFMS e, conseqüentemente, ao *Campus* Corumbá, não acompanharam o crescimento do ensino, pesquisa e extensão, o que, na prática, reflete a política de austeridade financeira em curso no Brasil. Isso evidencia que a austeridade se dá não apenas pela redução dos valores absolutos investidos, mas também pelo aumento das atividades e do número de alunos atendidos, sem o devido respaldo financeiro. Com isso, vivencia-se a intensificação e a precarização do trabalho docente e discente e as conseqüentes perdas na qualidade da educação, visto que os professores atendem cada vez mais estudantes e dão conta de mais projetos de ensino e extensão sem que ocorram melhorias salariais e o aumento no número de efetivações do quadro permanente de servidores. No ano de 2024, essa situação acarretou em greve por parte dos funcionários das Universidades e dos Institutos

Federais em busca de reposição salarial acarretada, haja vista que houve perda salarial desde 2016, com a promulgação da Emenda Constitucional 95.

Esta discrepância pode prejudicar a qualidade e a continuidade das atividades acadêmicas e científicas e representa um desafio significativo para a sustentabilidade das operações do IFMS e das demais Instituições Federais de Educação Básica e Ensino Superior. A análise macro das operações do IFMS *Campus* Corumbá mostra oportunidades de crescimento e de obstáculos. Um compromisso firme com a excelência acadêmica e científica é demonstrado pelo aumento da oferta de cursos, pelo aumento do número de alunos e pela intensificação da pesquisa e da extensão.

No entanto, para garantir a sustentabilidade e a continuidade das operações institucionais, são necessárias ações e políticas estratégicas eficazes de financiamento que as subsidiem, além da recuperação das perdas salariais do pessoal técnico e docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), iniciada com a promulgação da Lei nº 11.892, em 2008, marcou um ponto muito importante para a história da educação profissional no Brasil. Essa legislação transformou a estrutura da educação técnica e tecnológica no país e estabeleceu as bases para a criação dos Institutos Federais, incluindo o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). A criação desses institutos refletiu no compromisso do Governo Federal com a democratização e a interiorização da educação de qualidade, oferecendo oportunidades de formação técnica em nível médio, superior e pós-graduação em regiões anteriormente carentes de opções educacionais capazes de favorecer o desenvolvimento local e regional. A RFEPCT, ao ampliar o número de Institutos Federais em todo o Brasil, consolidou-se como uma rede essencial para a formação de profissionais qualificados, capazes de atender às demandas do mercado de trabalho e de promover o desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, a expansão da RFEPCT ocorreu em um contexto político-econômico influenciado pelas políticas neoliberais no Brasil, especialmente a partir da década de 1990. Esse período foi marcado pela privatização de serviços públicos, terceirização do trabalho e adaptação da educação à lógica neoliberal de mercado. As políticas públicas passaram a ser moldadas por um discurso de crise econômica e de austeridade fiscal, contribuindo para a concentração de renda e para o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, caracteriza-se como um retrocesso para as políticas públicas educacionais, restringindo drasticamente o financiamento estatal e comprometendo a capacidade do Brasil de atender às demandas educacionais de sua população.

No contexto do financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do IFMS, o estudo revelou um cenário no qual avanços convivem com desafios urgentes. Entre 2017 e 2022, o *Campus* desempenhou um papel fundamental na promoção do ensino técnico e tecnológico, essencial para preparar os alunos para o mercado de trabalho e para sua atuação como cidadãos críticos. Entretanto, as políticas de austeridade fiscal impuseram severas restrições ao orçamento, em descompasso com o aumento do número de matrículas e com a expansão dos projetos, que não foram acompanhados por um aumento correspondente no orçamento, infraestrutura ou corpo docente e pessoal de apoio. Isso resultou em uma sobrecarga de trabalho para os profissionais, comprometendo, em alguns casos, as condições de ensino e pesquisa. Apesar dos esforços contínuos da instituição, as limitações

orçamentárias apresentaram desafios significativos à qualidade da educação oferecida.

A trajetória do *Campus* Corumbá do IFMS, desde sua fundação em 2010, é marcada por um compromisso com a expansão e com a diversificação da oferta educacional na região. Inicialmente focado em cursos a distância, o *campus* rapidamente ampliou sua oferta para incluir cursos técnicos integrados, Formação Inicial e Continuada (FICs), além de cursos superiores. Essas formações, abrangendo áreas como Informática, Metalurgia, Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Transações Imobiliárias, Hospedagem e Saúde, demonstram a capacidade do *campus* em se adaptar às necessidades do mercado e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. A realização de eventos, como a Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal (FECIPAN), afirma o compromisso do *campus* com a pesquisa, com a inovação e com a difusão de conhecimento. A expansão da oferta de cursos e a realização de eventos científicos evidenciam a importância do *Campus* Corumbá para o desenvolvimento regional e para a formação de profissionais qualificados.

Todavia, o financiamento inadequado para sustentar essa expansão apresenta riscos consideráveis à qualidade e ao desenvolvimento da instituição. A austeridade fiscal no Brasil, especialmente com a implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, representou um retrocesso em relação aos direitos sociais conquistados pela Constituição de 1988. A emenda pretendia impor um teto de gastos que limitava o crescimento das despesas primárias da União, congelando os investimentos em áreas essenciais, como educação e saúde, por duas décadas, a qual foi interrompida no terceiro mandato do presidente Lula, que implementou um novo regime fiscal que ficou conhecido como Arcabouço Fiscal. A implementação da Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016) justificava o discurso de crise fiscal, favorecendo os interesses do capital em detrimento da população e comprometendo o desenvolvimento social e econômico do país.

No entanto, com a eleição do novo governo em 2022, que iniciou em janeiro de 2023, foram implementadas novas diretrizes econômicas através do Arcabouço Fiscal, propondo um conjunto de regras para o equilíbrio das contas públicas e a orientação dos investimentos. Entre os objetivos do Arcabouço Fiscal, está a eliminação do déficit primário, além de procurar atingir as metas de superávit até 2026. Essa nova proposta visa mitigar a rigidez da EC 95/2016, buscando controlar as contas públicas e direcionar os investimentos para áreas prioritárias, como a educação. Compreender o processo de financiamento da educação torna-se relevante, pois são os recursos financeiros que podem garantir a qualidade do ensino e atender às necessidades da sociedade. A gestão pública deve buscar uma distribuição eficaz de recursos, considerando as especificidades de cada instituição. A Rede EPCT e o IFMS, como instituições

de ensino, precisam estar atentas à estrutura orçamentária e aos processos de alocação de recursos, garantindo transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos, para cumprir suas missões educacionais de forma sustentável e eficaz.

Os dados analisados indicam que, apesar do aumento no custeio total desde 2017, o financiamento do IFMS revela sinais de precarização nas condições de trabalho dos servidores. Embora os investimentos tenham crescido em alguns anos analisados, em parte deles esse crescimento não acompanhou sequer os acumulados do IPCA, limitando o potencial de investimento do IFMS. A comparação com outras instituições, como o Colégio Militar de São Paulo, que recebe investimentos superiores, reforça a necessidade de maior investimento no IFMS para garantir a qualidade da infraestrutura e o desenvolvimento da instituição.

Além disso, a falta de previsibilidade no financiamento dificulta o planejamento estratégico da instituição e coloca em risco a sustentabilidade de suas atividades. A redução dos investimentos em determinados anos pode afetar a implementação de cursos, projetos de pesquisa e extensão, programas de permanência estudantil e outras iniciativas essenciais. O IFMS precisa defender a estabilidade e o aumento dos recursos para garantir a qualidade da educação e o futuro da instituição. O monitoramento constante dos efeitos dos cortes e o debate público sobre a austeridade fiscal são essenciais para fortalecer a educação pública como agente de promoção do desenvolvimento social e econômico do Brasil. A necessidade de investimentos contínuos e adequados é bastante relevante para que a instituição possa continuar a oferecer uma educação de qualidade, acessível e inclusiva, capaz de transformar a sociedade.

Por fim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no IFMS é fundamental para a formação integral dos estudantes. Esta tríade desconstrói dogmas, incentiva o pensamento crítico e proporciona aos alunos uma compreensão mais profunda dos conteúdos, essencial para a formação de profissionais engajados, capazes de contribuir para a sociedade de forma significativa. O *Campus* Corumbá do IFMS, com seu histórico de adaptação e inovação, exemplifica como as instituições educacionais podem enfrentar desafios e, ao mesmo tempo, continuar promovendo o desenvolvimento regional e a formação de cidadãos conscientes e competentes. Portanto, é imperativo garantir um financiamento adequado e sustentável, que permita ao IFMS continuar sua missão de oferecer uma educação de qualidade, acessível, inclusiva e transformadora. A defesa de um financiamento público robusto e o fortalecimento das políticas educacionais são essenciais para que os Institutos Federais cumpram seu papel como instrumentos de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO, Senado Federal. **Teto de gastos provocou queda de recursos para educação, apontam especialistas**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/21/teto-de-gastos-provocou-queda-de-recursos-para-educacao-apontam-especialistas>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- ALESINA, Alberto; MEI, Pierfrancesco. Debt and austerity: international evidence and the case of Brazil. [s. l.], v. 1, n. CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS-“EDIÇÃO ESPECIAL”, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/75>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022. *In*: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. 23 fev. 2023. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BARBOSA, Felipe Santana. A Implantação do Plano Real e seus Impactos na Economia Brasileira. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/36224>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BARCELOS, Carlos Leonardo Klein; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 48, p. 159–181, 2014.
- BORDIN, Débora. TURISMO DE PESCA: está liberado o pesque e solte em alguns rios de Mato Grosso do Sul. **Turismo MS**, [s. l.], 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/pesca-esta-liberado-o-pesque-e-solte-em-alguns-rios-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- BRASIL. Calculadora do Cidadão. , 2024. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-tecnicos>.
- BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. [S. l.: s. n.], 2016a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 23 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 5.840**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. 13 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11. Acesso em: 2 abr. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.589**. Institui a Rede e-Tec Brasil. 26 out. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 15 dez. 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **ENEM - Apresentação**. [S. l.], 2023a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Expansão da Rede Federal**. [S. l.], 201DC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Fórum Nacional de Educação**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/28-historico/47-conae-2014>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. [S. l.], 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.320**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 17 mar. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 8 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.129**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. 30 jun. 2005a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 3 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.180**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. 23 set. 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.692**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. 10 jun. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm. Acesso em: 3 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 16 jul. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 29 dez. 2008c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras

providências. 25 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. [s. l.], n. 3a edição, 2010a. Disponível em:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:2053. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA No 1.549-28, DE 14 DE MARÇO DE 1997**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 14 mar. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1549-28.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. **País ganha cinco novas universidades federais e 41 campi da rede de educação profissional**. [S. l.], 2016c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/36031-pais-ganha-cinco-novas-universidades-federais-e-41-campi-da-rede-de-educacao-profissional>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 Linha de Base**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. **Plano Plurianual**. [S. l.], 2023c. Disponível em:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/plano-plurianual-ppa>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **PNP - Plataforma Nilo Peçanha**. [S. l.], 2023d. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/pnp-plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.170**. 21 de setembro de 2010 — IFMS Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. 21 set. 2010b. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/portaria_1-170-2010_funcionamento_campus_nova_andradina.pdf/view. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 397**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. 9 out. 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006.

BRASIL. **Portaria Normativa n.º 2**. PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2010 Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatas a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior de participantes. 26 jan. 2010c. Disponível em:

http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf.

BRASIL. **Projeto Escola de Fábrica**. [S. l.], 2005c. Disponível em:

https://ppsinajuve.ibict.br/jspui/bitstream/123456789/250/1/Projeto_Escolade_Fabrica_2005_MEC.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?**. [S. l.], 2023e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. [S. l.], 2016d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. 5 jul. 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2**. No portal você pode realizar buscas sobre portarias, resoluções, decretos e outros atos normativos produzidos pelos dos conselhos de municipais,

estaduais e federal de educação. 15 dez. 2020. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22020.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Novas universidades e institutos federais vão abrir 850 mil vagas.** [S. l.], 2011b. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/977-novas-universidades-e-institutos-federais-vaio-abrir-850-mil-vagas>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. **Termo: Inversões Financeiras - Glossário de Termos Orçamentários - Congresso Nacional.** [S. l.], 2023f. Disponível em:

https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/inversoes_financeiras. Acesso em: 1 ago. 2023.

BRASIL. Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes. [S. l.], 2010d. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2023.

CABRAL, Dilma. **Colégio das Fábricas.** [S. l.], 2011. Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155-colegio-das-fabricas>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CALGARO, Fernanda; RAMALHO, Renan; GARCIA, Gustavo. Câmara cassa mandato de Eduardo Cunha por 450 votos a 10. **Política**, [S. l.], 12 set. 2016. Política. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha-por-450-votos-10.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lançado há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação - TV Câmara.** [S. l.], 2014. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **LOA - Lei Orçamentária Anual.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CEGESP. **Direito Público - Módulo 4 - Aula 07.** [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://www.cegesp.com/copia-dir-publ-mod-4-aula-06>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **CONIF.** [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://portal.conif.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Orientações sobre orçamento e fundos dos direitos da criança e do adolescente - Conselho Nacional do Ministério Público.** [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/244-relatorios/13680-orientacoes-sobre-orcamento-e-fundos-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 16 ago. 2023.

DIREC, Diretoria de Estudos Educacionais-. **Plano nacional de educação PNE 2014-2024: linha de base.** [S. l.]: Inep, 2015.

ENAP. **Unidade 1: Noções Gerais sobre as Transferências Fundo a Fundo e o Transferegov.br - Módulo 1 - Transferências Fundo a Fundo e o Transferegov.br.** [S. l.], 2024. Disponível em:

https://cdn.evg.gov.br/cursos/649_EVG/scorm/modulo01_scorm01/scormcontent/index.html#/lessons/4NVxPleyNQ529JryHxv5kdrS1u73GNHv. Acesso em: 16 abr. 2024.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Obras do Colégio Militar de SP.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://cro2.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/182-obras-do-colegio-militar-de-sp>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. A instituição formal e a não-formal na construção do

currículo de uma escola de tempo integral. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 27, p. 163–182, 2011.

FERNANDA GOMES PEDROSA. Política de educação profissional e tecnológica: análise da modalidade Pronatec Brasil Maior na perspectiva de seus implementadores. **Dissertação de Mestrado**, [s. l.], n. IPEA, p. 148, 2016.

FERREIRA MENEZES, Mauricio *et al.* Matriz de distribuição do orçamento para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. [s. l.], 2021. Disponível em:

<https://repositorio.altecasociacion.org/handle/20.500.13048/1342>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 26, p. 1087–1113, 2005.

IBGE. **Corumbá (MS) | Cidades e Estados | IBGE**. [S. l.], 2024a. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

IBGE. **IBGE | Cidades@ | Mato Grosso do Sul | Corumbá | Pesquisa | Censo escolar - sinopse | Ensino básico**. [S. l.], 2024b. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação | IBGE**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 1 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Análise e Desenvolvimento de Sistemas**. [S. l.], 2017a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/graduacao/analise-e-desenvolvimento-de-sistemas/analise-e-desenvolvimento-de-sistemas>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. ANEXO II - Cursos e vagas - 30/08/2018. *In*: 30 ago. 2018a. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/exame-de-selecao-2019-tecnico-integrado-edital-064-2018-anexo-ii-cursos-e-vagas.pdf>.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital 067/2020 - Técnico Subsequente EaD**. [S. l.], 2020a. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-067-2020-sub-sead>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 029/2021 - Semana do Meio Ambiente 2021**. [S. l.: s. n.], 2021a. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/semana-do-meio-ambiente-2021-edital-no-029-2021>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 001/2016 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2016a. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/ensino-superior-edital-no-001-2016>. Acesso em: 16 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 002/2021 - Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dos Campi Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas**. [S. l.: s. n.], 2021b. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-002-2021-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-dos-campi-corumba-ponta-pora-e-tres-lagoas>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 007/2022 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2022a. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/007-2022>. Acesso em: 22 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 011/2014 - Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2014/2**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/especializacao-edital-no-011-2014>. Acesso em: 16 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 013/2021 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2021c. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/ensino-superior-edital-n%C2%BA-013-2021>. Acesso em: 27 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 017/2019 - Semana do Meio Ambiente 2019**. [S. l.: s. n.], 2019a. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/semana-do-meio-ambiente-2019-edital-017-2019>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 018/2016 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2016b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/ensino-superior-edital-no-018-2016>. Acesso em: 16 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 018/2021 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2021d. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/processo-seletivo-para-ingresso-nos-cursos-de-graduacao-do-ifms-2021>. Acesso em: 27 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 028/2015 - Exame de Seleção 2016 - Técnico Integrado**. [S. l.: s. n.], 2015a. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/exame-de-selecao-2016-tecnico-integrado-edital-no-028-2015>. Acesso em: 16 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 028/2022 - Ensino Superior PROEN/IFMS**. [S. l.: s. n.], 2022b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/028-2022>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 030/2016 - Exame de Seleção 2017 - Técnico Integrado**. [S. l.: s. n.], 2016c. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/exame-de-selecao-2017-tecnico-integrado-edital-no-030-2016>. Acesso em: 16 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 037/2020 - PROPI/IFMS Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. [S. l.: s. n.], 2020b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-edital-no-037-2020-propi-ifms>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 038/2020 - Propi/IFMS - Processo Seletivo do Curso de Especialização em Informática Aplicada à Educação do Campus Corumbá – Turma 2020/2**. [S. l.: s. n.], 2020c. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-038-2020-propi-ifms-processo-seletivo-do-curso-de-especializacao-em-informatica-aplicada-a-educacao-do-campus-corumba-turma-2020-2>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 039/2019 - Proeja 2019.2**. [S. l.: s. n.], 2019b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-039-2019-proeja-2019-2>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 043/2019 - FIC EaD e Presencial 2019.2**. [S. l.: s. n.], 2019c. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-043-2019-fic-ead-e-presencial>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 044/2019 - FIC CENID 2019.2**. [S. l.: s. n.], 2019d. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-044-2019-fic-cenid-2019-2>. Acesso em: 15 jul. 2023.

- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 044/2022 - Especialização em Docência para a Educação profissional, Científica e Tecnológica, dos Campi Aquidauana e Corumbá, Turmas 2022 - 2º semestre.** [S. l.: s. n.], 2022c. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-044-2022-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-dos-campi-aquidauana-e-corumba-turmas-2022-2o-semester>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 047/2021 - Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica dos Campi Aquidauana, Corumbá e Jardim.** [S. l.: s. n.], 2021e. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-047-2021-especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-dos-campi-aquidauana-corumba-e-jardim>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 049/2021 - Especialização em Informática Aplicada à Educação - Campus Corumbá.** [S. l.: s. n.], 2021f. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-049-2021-especializacao-em-informatica-aplicada-a-educacao-campus-corumba>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 049/2022 - Feiras de Ciência e Tecnologia do IFMS 2022.** [S. l.: s. n.], 2022d. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-049-2022-feiras-de-ciencia-e-tecnologia-do-ifms-2022>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Brasil. **Edital nº 052/2021 - Especialização em Estratégias para a Conservação da Natureza - Campus Corumbá.** [S. l.], 2021a. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-052-2021-especializacao-em-estrategias-para-a-conservacao-da-natureza-campus-corumba>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Brasil. **Edital nº 052/2021 - Especialização em Estratégias para a Conservação da Natureza - Campus Corumbá.** [S. l.], 2021b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/edital-no-052-2021-especializacao-em-estrategias-para-a-conservacao-da-natureza-campus-corumba>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 064.20/2018 - IFMS.** [S. l.: s. n.], 2019e. Disponível em: https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/estudante-exame-de-selecao-2019-tecnico-de-nivel-medio-integrado-edital-064-2018-edital-064-20_segunda-chamada-para-2019-2_campus-campo-grande-e-campus-corumba.pdf.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 064/2019 - ESTUDANTE: Exame de Seleção 2020 - Técnico de Nível Médio Integrado.** [S. l.: s. n.], 2019f. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/estudante-exame-de-selecao-2020-tecnico-de-nivel-medio-integrado-edital-064-2019>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 072/2019 - Proeja 2020.1.** [S. l.: s. n.], 2019g. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-072-2019-proeja-2020-1>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 075/2019 - PROPI/IFMS Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica -.** [S. l.: s. n.], 2019h. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-edital-no-075-2019-propi-ifms>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 076/2021 - PROEJA 2022.1.** [S. l.: s. n.], 2021g. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-no-076-2021-proeja-2022-1>. Acesso em: 22

jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 078/2019 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2019i. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/ensino-superior-edital-no-078-2019>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 083/2018 - PROPI/IFMS Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica -**. [S. l.: s. n.], 2018b. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/especializacao-em-docencia-para-a-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-edital-083-2018>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 084/2018 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2018c. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/ensino-superior-edital-no-084-2018>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 087/2018 - FIC EaD e Presencial**. [S. l.: s. n.], 2018d. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-087-2018-fic-ead-e-presencial>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 087/2021 - Ensino Superior**. [S. l.: s. n.], 2021h. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/087-2021>. Acesso em: 27 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 088/2021 - Técnico Subsequente EaD 2022.1**. [S. l.: s. n.], 2021i. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/edital-088-2021-tecnico-subsequente-ead-2022-1>. Acesso em: 22 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 094/2021 - Semana do Meio Ambiente 2022**. [S. l.: s. n.], 2021j. Disponível em:

<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/outras/semana-do-meio-ambiente-2022-edital-no-094-2021>. Acesso em: 23 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Especialização em Docência**. [S. l.], 2022e. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-campo-grande/cursos/pos-graduacao/especializacao-em-docencia-1/especializacao-em-docencia>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Especialização em Estratégias para Conservação da Natureza**. [S. l.], 2021k. Disponível em:

<https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/pos-graduacao/especializacao-em-estrategias-para-conservacao-da-natureza/especializacao-em-estrategias-para-conservacao-da-conservacao>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Especialização em Informática Aplicada à Educação - Corumbá**. [S. l.], 2019j. Disponível em:

<https://www.ifms.edu.br/corumba/cursos/pos-graduacao/especializacao-em-informatica-aplicada-a-educacao>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Feira de Ciência e Tecnologia de Corumbá - FECIPAN 2019**. [S. l.], 2019k. Disponível em:

<http://sistemas.ifms.edu.br/feiradecienciaetecnologia/2019/Paginas/apresentacao/?&feira=FE CIPAN>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Feiras de Ciência e Tecnologia 2020**. [S. l.], 2019l. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/feiras-de-ciencia-e-tecnologia-2020/feiras-de-ciencia-e-tecnologia-2020>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Guia de Cursos**. [S. l.], 2023a.

Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos/guia-de-cursos>. Acesso em: 8 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **História do Campus Corumbá**. [S. l.], 2017b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/sobre/historia/historia-do-campus-corumba>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **IFMS em Números — IFMS Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**. [S. l.], 2023b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/ifms-em-numeros>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **IFMS inicia Semana do Meio Ambiente 2020**. [S. l.], 2020d. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/2020/ifms-inicia-semana-do-meio-ambiente-2020>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação**. [S. l.], 2023c. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-campo-grande/cursos/pos-graduacao/profnit/profnit>. Acesso em: 5 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento do Campus Corumbá (PDC)**. [S. l.: s. n.], 2018e. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/planos-1>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 - 10 Infraestrutura**. [S. l.: s. n.], 2018f. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2019-2023>.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Política de Apoio ao Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**. [S. l.: s. n.], 2023d. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/politicas/politica-de-apoio-ensino-resolucao019de27082014.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Política de Extensão**. [S. l.], 2017c. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/assuntos/extensao/politica/politica-de-extensao>. Acesso em: 8 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **POLÍTICA DE INOVAÇÃO DO IFMS**. [S. l.: s. n.], 2017d. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/politicas/politica-de-inovacao-do-ifms.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Processo Seletivo 2021 - Técnico de Nível Médio Integrado - Edital 054/2020**. [S. l.], 2020e. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/estudante-selecao-2021-tecnico-de-nivel-medio-integrado-edital-054-2020>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Processo Seletivo 2022 - Técnico de Nível Médio Integrado - Edital 065/2021**. [S. l.], 2021l. Disponível em: <https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes/processo-seletivo-2022-tecnico-de-nivel-medio-integrado-edital-065-2021>. Acesso em: 22 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Processos Metalúrgicos**. [S. l.], 2020f. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/graduacao/processos-metalurgicos/processos-metalurgicos>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Marketing**. [S. l.: s. n.], 2019m. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos-pos-medio/projeto-pedagogico-do->

- curso-tecnico-concomitante-e-subsequente-em-marketing-campus-dourados.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de Gestão - Exercício 2014**. [S. l.: s. n.], 2015b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2014.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de Gestão - Exercício 2021**. [S. l.: s. n.], 2022f. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/RelatriodeGestodoIFMS2021_verso_final_Diret.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de Gestão - Exercício 2022**. [S. l.: s. n.], 2022g. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022_ifms.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatórios de Gestão**. [S. l.: s. n.], 202DC. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Técnico Concomitante**. [S. l.], 2010a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos/tecnico-concomitante/tecnico-concomitante>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Técnico Integrado**. [S. l.], 2010b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos/integrado/integrado>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Técnico Subsequente**. [S. l.], 2010c. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/cursos/subsequente/subsequentes>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA. **Sobre o IFRO**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/sobre-o-ifro>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Apresentação - Instituto Federal do Tocantins**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- KRUGMAN, Paul Robin. Jeremy Corbyn's opposition to austerity is actually mainstream economics. **The Guardian**, [s. l.], 23 ago. 2015. Politics. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2015/aug/23/jeremy-corbyns-opposition-to-austerity-is-actually-mainstream-economics>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- LAURIS, Renato Pedrosa. Globalização e inflação. [s. l.], 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25371>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- LEITE, Sandra Fernandes. PROEJA: A relação existente entre a Educação Profissional, Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em Debate**, [s. l.], n. Ano 2, n. 2 (2013), p. 41–54, 2013.
- MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação Profissional no Brasil – expansão para quem?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s. l.], v. 27, n. 105, p. 732–754, 2019.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. Accountability em listas abertas. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 18, p. 183–200, 2010.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Confirma o Perguntas e Respostas sobre o Novo Arcabouço Fiscal**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/confira-o-perguntas-e-respostas-sobre-o-novo-arcabouco-fiscal>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio; OSTERMANN, Fernanda.

Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s. l.], v. 101, p. 120–145, 2020.

OLIVEIRA, Renato Almeida De. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, [s. l.], v. 2, n. 03, 2010. Disponível em:

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4337>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil: Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral**. Pouso Alegre, MG: Rosimeire Ribeiro, 2021.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 4–22, 2020.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio - proposta de diretrizes curriculares**. [S. l.]: Moderna, 2012.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. Dados Geográficos – Município de Corumbá. *In*: 2023.

Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/dados-geograficos/>. Acesso em: 31 out. 2023.

QEDU. **Corumbá: Censo Escolar | QEDU: Use dados. Transforme a educação**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/5003207-corumba/centso-escolar/>. Acesso em: 20 out. 2024.

RESENDE, Thiago; TOMAZELLI, Idiana. Bolsonaro dá mais dinheiro para construir escola militar em SP do que para casas populares. **Folha de S.Paulo**, [s. l.], 23 out. 2022. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/bolsonaro-da-mais-dinheiro-para-construir-escola-militar-em-sp-do-que-para-casas-populares.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ROSSI, Pedro *et al.* Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 40, p. e0223456, 2019.

SANTOS, Fernando Soares dos. Financiamento público das instituições federais de ensino superior - IFES: um estudo da Universidade de Brasília - UnB. [s. l.], 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14141>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende *et al.* **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008 Comentários e Reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192.

SKIDELSKY, R.; FRACCAROLI, N. **Austerity vs Stimulus: The Political Future of Economic Recovery**. [S. l.]: Springer International Publishing, 2017. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=FpgnvgAACAAJ>.

TANO, Cleide Francisca de Souza; FRANÇA, Robson Luiz de. Contexto e Política de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. [s. l.], p. 24, 2016.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, [s. l.], v. 17, n. 54, p. 1067–1084, 2017.

VILLAS BOAS, Vinícius. Governo Federal anuncia dois novos campi do IFMS. **IFMS Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**, [s. l.], 12 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.ifms.edu.br/noticias/2024/governo-federal-anuncia-dois-novos-campi-do-ifms>. Acesso em: 15 abr. 2024.

XEREZ, Sebastião Regis Dias. A evolução do Orçamento Público e seus instrumentos de

planejamento. [s. l.], 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ANEXO 1



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PROFEDUC**



IVONEIS MACEDO DUARTE

Projeto de Intervenção - elaboração de Produto Técnico Tecnológico

**FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO
CAMPUS CORUMBÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
(2017-2022)**

Projeto de Intervenção / Elaboração de Produto Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso.

**CAMPO GRANDE-MS
2024**

1. INTRODUÇÃO

O *Campus* Corumbá do IFMS oferta cursos desde o ensino médio à pós-graduação por meio de uma formação intimamente ligada com o mundo do trabalho. Para que ela ocorra, é preciso que o Governo Federal garanta recursos financeiros, que permitam que as políticas públicas educacionais se materializem nas instituições de ensino.

A expansão dos Institutos Federais, do IFMS e o processo de criação do *Campus* Corumbá do IFMS se deu em um contexto um pouco mais progressista no Governo brasileiro, mas que não rompeu com a lógica neoliberal, predominante desde a década de 1990 e que, dentre outras coisas, impõe um modelo de Estado no qual se investe minimamente nas áreas sociais, das quais, a educação. Situação que se agravou ainda mais com o golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff em 2016, seu sucessor, Michel Temer foi responsável, dentre outras ações controversas, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que acirrou a política de austeridade fiscal nas contas públicas brasileiras.

A pesquisa evidenciou que a realidade do financiamento do IFMS e do *Campus* Corumbá, nosso objeto de estudo, parece contrariar a lógica de austeridade nos recursos públicos, se olharmos apenas para montante total investido pudemos observar que não sofreu cortes, entretanto, seria uma leitura equivocada, uma vez que, o incremento de recursos não acompanhou sequer o avanço dos índices médios da inflação ao longo dos anos estudados, o que por si só, acarreta diminuição no potencial de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidos pela instituição.

Para compreendermos isso de modo mais qualitativo, olhamos para a demanda e alcance do atendimento do *Campus* nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a existência de políticas de auxílio discente, que impactam diretamente na permanência dos estudantes, além disso também temos que considerar a inflação no período.

Os indicadores analisados evidenciaram que a atuação prioritária do *Campus* Corumbá do IFMS se dá nos Cursos de Formação Inicial e Continuada - FICs, que são essenciais para capacitar rapidamente e continuamente os profissionais, e no Ensino Médio Técnico Profissional. Os cursos de Graduação e Pós-Graduação também figuram em sua atuação, porém em menor diversidade e quantitativo de estudantes atendidos. A pesquisa evidenciou o aumento da oferta de cursos e leve evolução das matrículas, além do aumento do esforço docente em pro-

jetos de pesquisa e extensão, sem que se tenha ampliado o quadro docente e técnico administrativo nos últimos anos, bem como o montante total de recursos investidos pelo Governo Federal.

Apesar dos avanços em várias áreas, mesmo que não tenha ocorrido cortes drásticos, os recursos financeiros destinados ao IFMS, e conseqüentemente ao *Campus* Corumbá, não acompanharam o crescimento do ensino, pesquisa e extensão, o que na prática reflete a política de austeridade financeira em curso no Brasil. Evidenciando que, a austeridade se dá não apenas pela redução nos valores absolutos investidos, mas com o aumento das atividades, número de alunos atendidos, sem o devido respaldo financeiro, com isso, vivencia-se a intensificação e precarização do trabalho docente e discente e possíveis perdas na qualidade da educação, visto que, como vimos professores atendem cada dia mais estudantes e dão conta de mais projetos de ensino e extensão sem que ocorra melhorias salariais e aumento no número de efetivações do quadro permanente de servidores. O que no ano de 2024 acarretou greve por parte dos funcionários das Universidades e Institutos Federais em busca de reposição salarial acarretada pelas perdas desde 2016, com a promulgação da Emenda Constitucional 95.

Esta discrepância pode prejudicar a qualidade e a continuidade das atividades acadêmicas e científicas e representa um desafio significativo para a sustentabilidade das operações do IFMS e das demais Instituições Federais de Educação Básica e Ensino Superior. A análise macro das operações do IFMS *Campus* Corumbá mostrou oportunidades de crescimento e obstáculos, com isso, para garantir a sustentabilidade e a continuidade das operações institucionais, são necessárias ações e políticas estratégicas eficazes de financiamento que as subsidiem, além da recuperação das perdas salariais do pessoal técnico e docente.

2. JUSTIFICATIVA

Ao estudar o processo de financiamento dos Institutos Federais, tomando como exemplo típico o *Campus* Corumbá do IFMS, evidenciou-se a complexidade que permeia este processo, não só por seus mecanismos de empenho e prestação de contas, que são bastante técnicos, mas sobretudo, pelo contexto político e econômico no qual ocorreu a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, marcado pela ofensiva neoliberal e pela política de austeridade fiscal acirrada pela implementação da Emenda Constitucional 95/2016. Com isso, a progressão nos recursos financeiros investidos não acompanhou sequer os índices da inflação entre os anos 2017 e 2022, isso, aliado ao aumento da oferta de cursos e realização de projetos de ensino e extensão, na prática, implica na diminuição do potencial de investimentos da Instituição, bem como na piora nas condições de trabalho de servidores técnicos e docentes. Deste

modo, mesmo os dados do financiamento do IFMS sendo públicos, seu entendimento requer reflexões e conhecimento mais aprofundado das atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertados, daí a relevância da discussão de parte dos resultados da pesquisa com gestores do Campus, de modo a esclarecermos como o que foi identificado na pesquisa se apresenta no cotidiano do Campus Corumbá do IFMS.

3. OBJETIVO

Discutir e publicizar parte dos resultados da pesquisa com os gestores e comunidade acadêmica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e o público em geral por meio de um episódio do podcast “ConectaAq Pod Cast” disponibilizado no Canal no YouTube “@ConectaAq”.

4. PÚBLICO-ALVO

Gestores, professores, técnicos-administrativos e estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e o público em geral.

5. METODOLOGIA

Com vistas ao alcance do objetivo proposto a aplicação da pesquisa se dará da seguinte forma: elaboração de breve síntese dos resultados da pesquisa que servirá de base para discussão com os convidados do Podcast. Serão convidados a Direção-Geral (DIRGE), o Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN), e os coordenadores da Coordenação de Pesquisa e Inovação (COPEI) e Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (COERI) do *Campus* Corumbá do IFMS para discussão a partir de um roteiro semiestruturado pré-elaborado.

REFERÊNCIA

DUARTE, Ivoneis Macedo. Financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* Corumbá do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2017-2022) / Ivoneis Macedo Duarte. Campo Grande, MS: UEMS: [s.n.], 2024.